

CDU



apresenta proposta para as autarquias

AUTARQUIAS 03

«Na grave conjuntura nacional que o País atravessa, com uma crescente concentração da riqueza, com a acentuação das desigualdades e a multiplicação das exclusões sociais, fruto de uma política errada e classista, as eleições para o Poder Local podem contribuir para alicerçar uma alternativa ao Governo do PSD, quer por razões de política geral, quer por razões especificamente autárquicas.»

Carlos Carvalho

Págs. 16 e 17

Apresentação de candidaturas em Beja - Págs. 4 e 5

Nota da Comissão Política

Pág. 3

O comunismo hoje e amanhã

— conferência de
Álvaro Cunhal
em Ponte da Barca

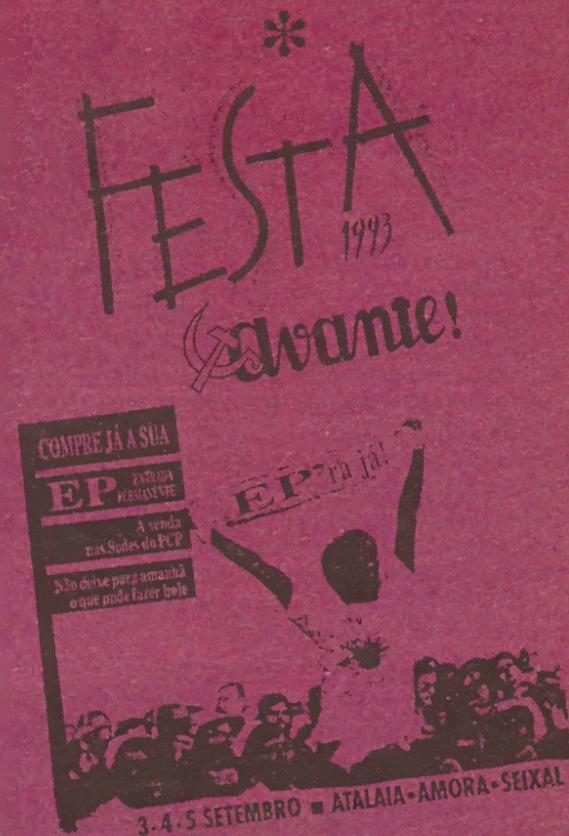
Págs. 20 a 23

A Reforma Penal

— *um debate
urgente*

— artigo de *Odete Santos*

Pág. 22



A EP já está à venda e começam as jornadas de trabalho!

Pág. 24



Representantes de comissões negociadoras sindicais concentram-se em Lisboa junto à residência de Cavaco Silva

RESUMO

19 Quarta-feira

■ O Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, é ouvido na Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, no quadro da discussão do diploma de combate à corrupção ■ A CDU anuncia a candidatura do cabeça de lista Avelãs Nunes, como independente, à Assembleia Municipal de Coimbra ■ Diversas organizações sindicais criticam o chamado «programa de promoção para desempregados de longa duração» apresentado pelo ministro Silva Peneda ■ O Presidente da República, Mário Soares, critica, em Coimbra, durante as comemorações do Dia do Advogado, o actual Código de Processo Penal ■ Registam-se em Copenhaga confrontos violentos entre manifestantes anti-Maastricht e a polícia ■ O presidente norte-americano Bill Clinton anuncia, em Washington, o reconhecimento do Governo de Angola pelos EUA.

20 Quinta-feira

Em solidariedade com os dirigentes da ASPP processados disciplinarmente pelo Governo, centenas de polícias desfilam em Lisboa até à Assembleia da República ■ Por grande maioria, é aprovado o relatório de actividades e contas de gerência da Câmara Municipal de Lisboa ■ Em Itália, demite-se o líder do Partido Socialista Italiano, que abandona o partido acompanhado do presidente e três vice-secretários ■ O Supremo Tribunal da Venezuela decide incriminar o presidente Carlos Andrés Pérez por corrupção ■ Na sequência da demissão do ministro Eliseu Resende, o presidente brasileiro Itamar Franco remodela o governo.

21 Sexta-feira

Num jantar que reuniu em Lisboa representantes do PCP, Os Verdes e Intervenção Democrática, Avelãs Nunes apresenta publicamente o «guia autárquico» da CDU ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público pronuncia-se desfavoravelmente em relação ao projecto de Lei Anticorrupção ■ No «julgamento-farsa» de Dili, Xanana Gusmão é condenado a prisão perpétua, uma sentença que desperta a indignação da generalidade dos círculos políticos portugueses ■ O economista Valdemar Moreira é apresentado como candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Matosinhos ■ Perante os sucessivos protelamentos exigidos pela UNITA, a representante do secretário-geral da ONU, Margaret Anstee, decide suspender as conversações de paz de Abidjan ■ Começa em Espanha a campanha eleitoral para as próximas eleições legislativas ■ Na sequência da decisão da véspera do Supremo Tribunal de Justiça, o Senado venezuelano suspende o mandato do presidente Carlos Andrés Pérez.

22 Sábado

Dois filmes portugueses, «A Dívida», de Bruno Almeida e «Vale Abraão», de Manoel de Oliveira, são galardoados no Festival de Cannes, respectivamente com o Prémio da Semana da Crítica para a Melhor Curta-Metragem e uma menção especial do júri da Confederação Internacional dos Cinemas de Arte e Ensaios ■ O advogado de defesa de Xanana Gusmão anuncia que vai pedir a Suharto uma redução da pena a que aquele foi condenado ■ Reunidos em Kolding, na Dinamar-

ca, os ministros das Finanças dos Doze defendem a necessidade de se recorrer a realinhamentos monetários sempre que necessário, para evitar a intervenção dos especuladores ■ Os EUA, a Rússia, a França, o Reino Unido e a Espanha anunciam a elaboração de um programa de acção comum para a Bósnia-Herzegovina.

23 Domingo

Termina, em Lisboa, a VI Convenção do Partido Ecologista Os Verdes, com a aprovação da estratégia de intervenção do partido e a eleição da Comissão Executiva e do Conselho Nacional ■ Com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, assinala-se em Baleizão o 39.º aniversário do assassinato de Catarina Eufémia ■ À tarde, Carlos Carvalhas participa em Beja na apresentação pública dos cabeças de lista da CDU, pelo conselho, às próximas eleições autárquicas ■ O Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal, termina uma visita de trabalho realizada durante o fim-de-semana ao Distrito de Vizeu ■ O secretário de Estado da Segurança Social garante, em Setúbal, que «todos os subsídios da Segurança Social em atraso serão liquidados esta semana» ■ Começam no Camboja, sob a supervisão da ONU, as primeiras eleições legislativas após a assinatura dos acordos de paz.

24 Segunda-feira

Em conferência de imprensa, a CGTP-IN apela a todos os sectores para o fortalecimento da acção sindical e à solidariedade entre trabalhadores ■ Representantes de 77 comissões negociadoras sindicais concentram-se junto à residência do primeiro-ministro exigindo o desbloqueamento da negociação colectiva ■ O Sindicato dos Professores no Estrangeiro, SDE/Fenprof, acusa o Ministério da Educação de pretender diminuir, em cerca de um terço, a rede de cursos de língua e cultura portuguesas existentes fora do País ■ O ministro da Indústria, Mira Amaral, anuncia a criação de um novo consórcio para o gás natural ■ Norodom Sihanuk apela aos khmers vermelhos para abandonarem a luta armada e voltarem a integrar o processo de paz no Camboja.

25 Terça-feira

Um comunicado da Comissão Política do PCP exige a Cavaco Silva que debata na comunicação social com a oposição a situação política e económica do país ■ No encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, António Guterres acusa o Governo de actuar somente como «oposição à oposição» ■ Testemunhas de acusação no caso do processo Costa Freire e José Manuel Beza dizem que o Hospital São Francisco de Xavier abriu apressadamente, pondo em risco a segurança dos doentes ■ O resultado final do inquérito da Inspecção-Geral de Saúde ao caso da hemodiálise em Évora iliba a administração do hospital e acusa médicos e técnicos ■ Em Angola novas ofensivas da UNITA recomeçam a guerra depois do fracasso das conversações de Abidjan ■ O balanço ao debate televisivo de ontem em Espanha entre Francisco Gonzalez e o líder da direita, José Maria Aznar, regista um recorde de audiência (nove milhões de espectadores) e um empate na credibilidade dos dois dirigentes ■ Na Guatemala, o presidente Jorge Serrano dissolve o parlamento e suspende as liberdades constitucionais.

EDITORIAL

A «missão» de Cavaco e a estratégia nacional

A verbosidade do Primeiro-Ministro ao longo deste mês de Maio tem sido como a chuva: abundante, maçadora e sem efeitos benéficos para o país, antes pelo contrário.

Cavaco Silva também não conseguiu furtar-se à máxima popular «quem muito fala...»

Com efeito, a mais recente oratória cavaquista tem desvendado expressões (involuntárias?) do íntimo pensamento político do actual chefe do PSD, que não são nada tranquilizadoras nem para o futuro do país, nem para o futuro do regime democrático.

Muito mais preocupante do que o belicoso discurso de Leiria e do que a intervenção contumaz de Viana de Castelo é a longuíssima entrevista ao «Expresso», que transpira autoritarismo por todos os poros e revela uma estratégia própria do cavaquismo, que nada tem a ver com uma verdadeira estratégia nacional.

Num país que conheceu durante quase meio século de fascismo a ditadura de uma autoproclamado «homem providencial», Cavaco Silva não hesita em se apresentar, com idêntica megalomania, como um «homem de missão» repetindo a expressão «a minha missão».

E qual seria ela? Seria, nada mais nada menos, «levar por diante todas as reformas» e implacavelmente «mesmo que isso vá contra os interesses instalados, mesmo que isso provoque alguns incómodos e esbarre com dificuldades».

Não se julgue que os «interesses instalados» são os dos grandes potentados capitalistas, os de «grandes» famílias que vêm dos tempos da ditadura, como os Mellos, Espíritos Santos, Champalimaud, ou os modernos grupos como a SONAE ou os Amorrins. Nada disso, evidentemente.

Os «interesses instalados» ou os «privilegiados», também referidos na mesma entrevista, são, no absurdo dicionário cavaquista, os funcionários públicos que julgavam ter «um emprego para sempre» e todos os outros trabalhadores despedidos ou ameaçados de despedimento da LISNAVE, da TAP, dos CTTs, da Telecom, das Pirites Alentejanas e outras empresas, ou os agricultores e pescadores que julgam ter direito a um apoio especial do Estado por se verem batidos pela concorrência estrangeira a que o Estado abriu as portas com a adesão à CEE.

No mesmo cínico dicionário, «os incómodos» são as condições sociais dramáticas para que estão a ser empurrados milhares de famílias de trabalhadores, agricultores e pescadores e as alegadas «dificuldades» são as grandes lutas em curso contra a política de Cavaco.

Cavaco Silva assume-se abertamente como querendo ser o campeão da política de baixos salários e de alto desemprego.

A sua «missão modernizadora» não é outra senão a restauração dos

potentados do capitalismo monopolista, a que tudo o mais é subordinado e sacrificado.

Na concretização desta política, Cavaco Silva tenta subalternizar o papel do Presidente da República, desdenha da sua competência para dissolver a Assembleia da República, alegando «o direito de não lhe dedicar nenhuma atenção», justifica toda a legislação repressiva que está a ser produzida pelo seu Governo e pela sua «maioria» e confirma o propósito de impor uma revisão da lei de imprensa que não é seguramente para garantir melhor o exercício da liberdade de expressão.

São igualmente inquietantes as ideias que o Primeiro-Ministro deixou perceber em relação ao futuro que vislumbra para Portugal.

Confrontado com a questão de se saber que destino está reservado à agricultura e à pesca no nosso país, na dependência do quadro comunitário, não atinou com outra resposta que não

Muito mais preocupante do que o belicoso discurso de Leiria e do que a intervenção contumaz de Viana de Castelo é a longuíssima entrevista ao «Expresso», que transpira autoritarismo por todos os poros e revela uma estratégia própria do cavaquismo que nada tem a ver com uma verdadeira estratégia nacional

fosse uma evasiva alegação de que «não são possíveis soluções milagrosas».

Para os agricultores e pescadores que se debatem com uma situação angustiante a sua resposta, carregada de insensibilidade, foi: tornarem-se competitivos como os espanhóis. O que é um insulto não só aos agricultores e pescadores mas à inteligência de todos os portugueses, pois a competitividade adquirida pelos espanhóis neste domínio foi o resultado de uma longa e persistente preparação com imensos apoios e vultuosos recursos do Estado. Foi isto que faltou em Portugal por culpa não só, mas muito especialmente, dos governos do PSD.

O Primeiro-Ministro tentou fugir à questão de se saber o que vai ser Portugal. Agarrou-se ao PDR e tentou refugiar-se na «valorização dos recursos humanos», como primeira aposta do Governo, enfatizando a educação e a formação profissional.

É caso para lhe responder que não é com certeza com a política elitista simbolizada pelo agarotado Couto dos Santos, com a proliferação do ensino superior privado e altas propinas no público, que consegue a tal melhoria na educação, e não é também com os roubos do Fundo Social Europeu, onde estão envolvidos tantos correli-

gionários de S. Exa., que haverá melhoria na formação profissional.

A bomba maior desta entrevista de Cavaco Silva surge, porém, quando, apertado sobre quais os objectivos estratégicos da sua política, responde com as «vantagens comparativas» que Portugal apresenta: «no turismo, nas florestas e nos recursos mineiros».

Assim, a pergunta angustiada que, com o agravamento da crise socioeconómica, crescentemente se formula na consciência nacional: o que vai ser do futuro do nosso país? A pergunta que o Presidente da República apresenta no prefácio da edição dos seus últimos discursos, nos sugestivos termos: «De que irá viver Portugal quando se acabarem os fundos comunitários?», Cavaco Silva responde com a perspectiva do seu Governo: turismo, eucaliptos e minas.

Tal é destino sombrio que nos reservaria a governação do PSD, se persistisse.

Tudo esprimido, parece que é isto que valem as apregoadas e propagandeadas «Opções Estratégicas até ao Fim do Século».

O cavaquismo tem uma ideia revoltantemente pequena de Portugal.

Tem a visão limitada, dependente, subordinada, que os grupos capitalistas aqui residentes têm em relação aos majestosos congéneres peninsulares e comunitários.

Tem, além disso, como visão indigentemente tecnocrática, dominada pelos conceitos de economias de escala e as rentabilidades tendentes a assimilar a governação do país à gestão de uma empresa.

Apregando a todo o momento que Portugal não tem alternativa para a integração europeia, vai adquirindo e instilando no país uma mentalidade de submissão colonial em relação às altas instâncias e às grandes potências comunitárias como se pode ver nas observações de Cavaco Silva em relação à Alemanha na entrevista em referência.

Por tudo isto, o PSD tem uma pequena estratégia de poder e de dominação de classe, mas não tem nem podia ter uma verdadeira estratégia nacional.

Uma verdadeira estratégia nacional exige antes de tudo uma política de verdade para com o país e não a ocultação dos problemas, dificuldades e condicionamentos por razões políticas, partidárias ou eleitorais. Exige um profundo debate com a participação de todas as correntes de opinião em que se faça uma avaliação desasombrosa das nossas possibilidades e potencialidades. Exige a subalternização de todos os interesses particulares ao interesse nacional. Exige mobilização de todos os recursos e energias nacionais com o objectivo de assegurar, no quadro dos constitucionalismos comunitários, um verdadeiro desenvolvimento próprio. Tal é o caminho para vencer a crise e ganhar o futuro. Ora, tudo isto é contrário à natureza do poder cavaquista.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

*JVA e portes incluídos.

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Nota da Comissão Política do Comité Central

A crise é indesmentível.

É necessária uma política diferente

A Comissão Política do CC apreciou a situação política e social do país, o agravamento da crise, a degradação acelerada da situação social, as responsabilidades do PSD por tal situação, o desenvolvimento dos protestos e da luta e a preparação das Eleições Autárquicas de 1993.

1. A Comissão Política considera que a crise económica e social, consequência da política do PSD ao longo dos anos, é uma realidade indesmentível.

A "democracia de sucesso", o "milagre português", o "Portugal na moda no estrangeiro" e tantas outros slogans propagandísticos ficaram pelo caminho. Pelo caminho ficou também o slogan de Portugal como oásis de prosperidade tão do agrado do Governo há alguns meses atrás. Agora, o Primeiro-Ministro, na sua intervenção no aniversário do PSD, veio dizer com o mesmo tom solene com que prometeu tudo aos portugueses, que "não podemos ficar imunes às dificuldades".

Tal afirmação de aparente resignação, acrescida ao cortejo inauguracionista e à rotineira apresentação de "pacotes" de medidas que não resolvem os problemas de fundo, mostram a preocupação de fugir às responsabilidades da sua política que é a principal causa da difícil situação em que o país se encontra.

A Comissão Política considera ao mesmo tempo como significativo e preocupante para os portugueses, que em vez de uma avaliação da verdadeira situação económica e social, particularmente das suas consequências para os trabalhadores, agricultores, pescadores e, em geral, para a população laboriosa, com a necessária tomada de medidas para lhe fazer face, o Primeiro-Ministro venha, numa demonstração de auto-satisfação e cínica insensibilidade para com a situação de muitos milhares de portugueses, dizer que "autoridades internacionais críveis" consideram que Portugal "é o País europeu que melhor resiste à crise", quando inclusive o seu ministro das Finanças se vê obrigado a admitir para Portugal, neste ano, uma taxa de crescimento zero.

É por outro lado espantoso que o Primeiro-Ministro venha brandir a palavra estabilidade, quando é cada vez mais visível por todo o País a profunda desestabilização e insegurança que a sua política provoca no aparelho produtivo e na vida de muito milhares de famílias.

Que estabilidade têm os trabalhadores aduaneiros, da TAP, da indústria naval, da têxtil, do vidro, das minas, da Função Pública e de tantos outros sectores despedidos, com os postos de trabalho ameaçados ou com os salários em atraso?

Que estabilidade têm os agricultores, os pescadores ou aqueles que no momento da sua passagem à reforma estão sujeitos a verem alterados os critérios de cálculo das suas reformas para lhes diminuir o valor, ou as mulheres que poderão ter que esperar mais três anos para terem acesso à reforma?

Que estabilidade podem ter os reformados e pensionistas com as magras reformas e ainda por cima ameaçados de as perderem pela sujeição a novas juntas médicas?

O PSD já não pode esconder a crise. Ela aí está, revelando as consequências de treze anos consecutivos do PSD no Governo, oito dos quais em governos da sua exclusiva responsabilidade. O PSD procura agora esconder as suas responsabilidades nela.

O Primeiro-Ministro persiste em tentar vender a tese de que a crise económica que se vive no nosso país resulta, exclusivamente, da crise externa, particularmente da que se regista na Comunidade Europeia.

Mas é ineludível e comprovável de que as causas essenciais da crise económica nacional assentam na política económica do Governo, na incapacidade demonstrada nos últimos seis anos para promover alterações de fundo na estrutura e especialização produtivas do País e na política do escudo caro e de elevadas taxas de juro.

É o fundamentalismo do Governo na prossecução rápida e prioritária dos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht, é a primazia dada pelo governo à actividade financeira em prejuízo da actividade produtiva, a causa próxima essencial na profunda crise que o País atravessa.

2. A Comissão Política considera que se revestem de manifesto cinismo político algumas propostas surgidas nos últimos dias, significativamente só após o resultado do 2º referendo da Dinamarca, em que acérrimos defensores do Tratado de Maastricht e da sua rápida ratificação por Portugal, designadamente o PS, advogam agora a antecipação das "conferências intergovernamentais" para 1994, alegadamente tendo em vista a rectificação do Tratado no que respeita aos critérios de convergência da UEM.

Defenderam e colaboraram activamente na ratificação do Tratado, apressadamente e à margem do esclarecimento e da manifestação de vontade do povo português, visando garantir que Portugal ficasse amarrado ao Tratado. E agora, **garantida que foi a ratificação** e começando a fazer-se sentir os resultados inevitáveis da UEM, que anteriormente negavam a pés juntos, pretendem salvar a face perante o País apresentando-se como defensores de uma hipotética "rectificação" do Tratado.

Por acréscimo, falam apenas na hipotética alteração dos critérios de convergência e olvidam as questões de fundo da

tamento das massas trabalhadoras vítimas da grave situação social que se está a viver.

A Comissão Política reafirmando a sua solidariedade aos trabalhadores que lutam pelos seus direitos e pela defesa dos seus postos de trabalho, apela à mobilização e participação na jornada nacional de luta do dia 5 de Junho decidida pela CGTP-IN, como grande afirmação de exigência duma política diferente.

4. A Comissão Política face à gravidade dos problemas que resulta da análise feita pensa que se impõe acabar com os monólogos do Primeiro-Ministro e considera de grande utilidade para o esclarecimento da situação existente e da política necessária, a realização de debates multipartidários nos principais Órgãos de Comunicação Social em particular nas Televisões.

5. A Comissão Política do PCP, tendo em conta a inegável importância do projecto de introdução do gás natural em Portugal, quer quanto às implicações e consequências futuras para a competitividade dos sectores produtivos e para o desenvolvimento do país, quer quanto ao custo do projecto; tendo também em conta que após a ruptura das negociações com a Natgás, a opção da ligação ao gasoduto do Magrebe foi de novo equacionada, sendo agora anunciado que o Governo optou por uma solução mista, mantendo-se, no entanto, vários pontos sem clarificação, tais como com a estimativa de custos do miniterminal para o fornecimento de gás natural liquefeito no porto de Setúbal, eventual segunda fase; custos globais do projecto; garantia da ligação Argélia, Cordoba em 1995, o PCP vai requerer para informação e debate, por intermédio do seu Grupo Parlamentar a presença do Sr. ministro da Indústria, na Comissão de Economia, Finanças e Plano.

6. A Comissão Política examinou os desenvolvimentos mais recentes da preparação das eleições autárquicas, tendo concluído que a situação permite confirmar a perspectiva de atingir os objectivos definidos pela CDU. Contribuem para esse facto a notável obra realizada pela CDU nas autarquias, em maioria ou em minoria, o facto de ter, no essencial, cumprido os programas apresentados em 1989, o descontentamento popular em relação à política do PSD e a ausência de alternativas consistentes por parte do PS. A CDU apresenta-se como alternativa autárquica global ao PSD e ao PS como o salienta a Proposta para as Autarquias/93 divulgada na passada sexta-feira.

A Comissão Política considera, entretanto, que é inadmissível que o Primeiro-Ministro e o Governo confirmem e desenvolvam a sua prática de larga instrumentalização dos órgãos do Estado ao serviço do PSD, designadamente através de campanhas de calúnias organizadas, através de meios e recursos do Estado, da utilização da tutela e das deslocações de membros do Governo.

Tendo já apresentado 72 candidaturas concelhias, das quais 31 em concelhos de maioria CDU, e largas centenas de candidaturas a freguesias, estão previstas para breve as seguintes apresentações de candidaturas a órgãos municipais: **29 de Maio** - Moura, Caminha, Monção e Viana do Castelo; **30 de Maio** - Cascais, Montemor-o-Novo; **5 de Junho** - Serpa, Vila Nova de Famalicão; **6 de Junho** - Vila Viçosa; **10 de Junho** - Borba; **12 de Junho** - Cuba, Nisa; **19 de Junho** - Vidigueira.

7. A Comissão Política considera que na situação em que vivemos, com o atoleiro para onde o PSD está a conduzir o País e o crescimento do descontentamento e da luta, se coloca como questão central a necessidade duma política diferente, duma alternativa ao PSD e à sua política. A Comissão Política do PCP apela aos militantes do Partido para que prossigam e reforcem a intervenção na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, na oposição à política do Governo, no desenvolvimento das lutas, na dinamização da preparação das eleições autárquicas para uma grande vitória da CDU e no fortalecimento do PCP, força essencial para uma alternativa democrática.

25/05/93

A Comissão Política do CC do PCP



Francisco Lopes apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política

UEM, a sua orientação monetarista e neoliberal, a ausência de uma perspectiva social, a transferência de poderes soberanos que impõe a nível das políticas monetária e cambial e da própria orientação da política macroeconómica e as concepções federalistas.

3. A Comissão Política chama a atenção que, arrogante insistência governativa em prosseguir a sua política de degradação dos salários, fazendo dos baixos salários a grande arma para conter a inflação e assegurar a competitividade às empresas, a par do desmantelamento dos serviços sociais fundamentais, terá as mais graves e profundas consequências para as já difíceis condições de vida da grande maioria dos portugueses.

O Governo que se mantém inoperante face à acelerada degradação financeira da Segurança Social determinada pelo avolumar das dívidas do patronato e o não cumprimento das obrigações do Estado, decide como grande solução desferir novos ataques ao sistema de Segurança Social.

O pacote governamental agora anunciado em matéria de emprego, para além de tardio e insuficiente, não resolve as questões de fundo: não se podem minimizar os efeitos sociais do desemprego quando se agravam as suas causas. Mais do que criar "observatórios" do desemprego, impõe-se pôr cobro à intensificação do processo de destruição do aparelho produtivo, de desindustrialização, com a consequente liquidação massiva de postos de trabalho efectivos.

A Comissão Política concluiu que o desenvolvimento das acções de luta e de protesto não só abarca sectores muito amplos e diversos, como tende a assumir formas fortemente radicalizadas com particular destaque para a luta dos pescadores e agricultores.

As vigorosas acções dos trabalhadores da TAP, da CP, da Carris, da Metalomecânica pesada, das Alfândegas, dos agentes da PSP são exemplos inofensíveis e que deveriam ser tidos em conta pelo Governo, da profundidade do descontentamento

TRABALHADORES

Contra a lei da selva no comércio Fepces exige encerramento ao domingo



Durante a greve da semana passada, trabalhadores da TAP, activistas e dirigentes sindicais realizaram no aeroporto da Portela acções de protesto e sensibilização da opinião pública para a justiça da sua luta

Luta na TAP vai continuar

Depois das greves dos dias 12, 14 e 18 de Maio, que paralisaram por períodos de 4 horas o movimento de aviões da transportadora aérea nacional e obrigaram a administração a reprogramar os horários dos voos, os sindicatos representados na empresa reafirmaram a sua exigência de diálogo com a administração e o Governo, ao mesmo tempo que se manifestam prontos para convocar novas greves caso as reivindicações dos trabalhadores não sejam satisfeitas.

O pessoal da TAP luta contra o «regime sucedâneo» e em defesa do acordo de empresa que aquele pretende substituir, exige que a administração faça do diálogo com os sindicatos e a comissão de trabalhadores um método normal de relacionamento e que anule os 69 processos disciplinares instaurados depois da greve de 16 de Abril.

Os trabalhadores reclamam aumentos salariais justos em 1993 e medidas que garantam a defesa da empresa e a manutenção dos postos de trabalho. Exigem que sejam suspensas a elaboração de listas de «disponíveis» e a actividade da *Forum Atlântico* (a empresa contratada pela administração da TAP para convencer trabalhadores a aceitarem as rescisões de contratos por mútuo acordo).

No dia 11, uma delegação dos sindicatos da TAP foi recebida pelo Presidente da República, e o Sitava esteve na semana passada entre as estruturas que, finalmente, foram recebidas pelo secretário de Estado dos Transportes para lhe expor os principais problemas com que se debatem os trabalhadores deste sector.

Representantes de 12 sindicatos, reunidos na passada quinta-feira, desafiaram a administração da TAP para que marcasse uma reunião até anteontem, às 15 horas, particularmente para debater os processos disciplinares e a acção da *Forum Atlântico*. Os sindicatos consideram um «escândalo nacional» o facto de a TAP «pagar centenas de milhares de contos a uma organização parasitária» e apelam aos trabalhadores para que recusem o contacto com a *Forum*, junto de cujas instalações decidiram manter uma delegação permanentemente desde segunda-feira passada. Comentando o anúncio feito à comunicação social por Ferreira do Amaral de que seria negociado um *pacto social* na TAP, a estrutura sindical recorda que «nunca o ministro respondeu às nossas solicitações para dialogar», concluindo: «Contribua o senhor ministro para a normalização laboral prévia da TAP e estarão reunidas as condições para um diálogo construtivo.»

No próximo domingo, dia 30 (em que normalmente seria festejado o Dia do Tripulante), os sindicatos organizam uma prova desportiva: com concentração marcada para as 9 horas, junto à sede do SNPAC na Avenida Gago Coutinho, tem por lema «Vamos correr com o regime sucedâneo».

Ontem, a estrutura sindical deveria voltar a reunir para fazer o ponto da situação e analisar a marcação de novas paralizações.

A Federação do Comércio Retailista subscreveu uma declaração conjunta com os sindicatos reclamando «uma intervenção correctora, por forma a disciplinar os horários» e recomendando a negociação da semana de 40 horas, com 2 dias de descanso

O descanso obrigatório ao domingo, que começou a ser garantido ainda no século passado, foi «uma das primeiras e mais sentidas reivindicações dos trabalhadores do comércio», recorda-se numa moção aprovada pelo plenário de sindicatos da Fepces (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) na sua reunião de 15 de Maio, em Santarém.

Nesse documento, constata-se «muitas e significativas alterações» nas últimas décadas, com o desenvolvimento do comércio e também das reivindicações dos trabalhadores, sublinhando que foram os sindicatos da Fepces, «uma voz única», que lideraram as lutas, quer antes do 25 de Abril pela semana de 44 horas com descanso também ao sábado à tarde (semana inglesa), quer contra as decisões legislativas do PS e do PSD (em 1977 e em 1983) sobre a liberalização dos horários de abertura dos estabelecimentos comerciais.

Os dirigentes da Fepces e dos sindicatos, criticando os representantes do patronato do comércio retalhista e da

UGT por só agora virem a público defender o encerramento obrigatório ao domingo, «registam positivamente as posições de todas as estruturas e organizações que nelas decidam convergir» e decidem apoiar as iniciativas das federações sindical e patronal em defesa daquele objectivo.

Poucos dias depois, a 18 de Maio, a Fepces e a Federação do Comércio Retailista Português divulgam uma declaração conjunta que defende o domingo como dia de encerramento obrigatório dos estabelecimentos comerciais, atendendo «aos interesses dos consumidores e também aos valores culturais, sociais, económicos e religiosos enraizados na sociedade portuguesa; à necessidade de assegurar aos trabalhadores e aos pequenos e médios empresários do sector a possibilidade de disporem de um período de descanso semanal coincidente com o dos restantes membros do seu agregado familiar e dos seus amigos; à necessidade de assegurar as condições mínimas de viabilidade do

sector do comércio a retalho no conjunto do tecido empresarial; ao facto da generalidade dos países europeus optarem pelo encerramento ao domingo na generalidade das actividades económicas e, em especial, no comércio retalhista».

A Fepces e a federação patronal recomendam às organizações suas filiadas que negociem «através das revisões contratuais» a redução da duração semanal do trabalho para 40 horas, com dois dias de descanso, e a penalização «através de regulamentação a consagrar nas convenções colectivas» do trabalho ao domingo e feriados «por forma a desincentivar a abertura dos estabelecimentos nesses dias».

Além de reclamarem a consagração em lei do descanso obrigatório ao domingo dos estabelecimentos comerciais (excepto farmácias, agências funerárias, postos de abastecimento de combustíveis, tabacarias, floristas e lojas de artesanato nas zonas turísticas), as duas federações pretendem que o Ministério do Emprego publique portarias de extensão dos contratos colectivos do comércio a retalho para todas as actividades que não disponham de regulamentação própria.

A liberalização total dos horários do comércio, que veio permitir a abertura de supermercados e centros comerciais ao domingo, provocou o desaparecimento de mais de 20 mil postos de trabalho nos últimos dez anos, afirma a Fepces. Numa nota de imprensa distribuída sexta-feira, a federação sublinha a gravidade desta situação, pois «os postos de trabalho liquidados correspondiam a contratos de trabalho efectivos, com todos os direitos económicos e sociais associados, enquanto que os 5 mil criados nas grandes superfícies são, na sua esmagadora maioria, precários».

O descanso obrigatório ao domingo e a redução do horário estão contemplados no CCTV do comércio retalhista do distrito de Lisboa. Subscrito no princípio de Abril, o contrato estabeleceu a semana normal de trabalho em 42 horas, que serão reduzidas para 40 a partir de 1 de Janeiro de 1994. Além de definir que o domingo, como regra geral, é dia de descanso semanal obrigatório, o CCTV contempla ainda mais um dia de descanso complementar e define regras de compensação dos trabalhadores dos estabelecimentos autorizados a funcionar ao domingo.

Governo promete e não cumpre há anos O Ministério das injustiças

A «ineficácia do Ministério da Justiça» e os prejuízos que acarreta para os trabalhadores de diversos departamentos estiveram em foco numa conferência de imprensa que o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores deu na semana passada e onde foi anunciada a disposição de desencadear a breve prazo novas acções de luta.

Especial realce tiveram as situações em que direitos dos trabalhadores que foram há anos reconhecidos pelo Estado ainda não são cumpridos.

É o caso do suplemento de risco do pessoal do Instituto de Reinserção Social, que está previsto na respectiva Lei Orgânica mas cuja atribuição ainda não é aplicada. Depois de

negociações com os sindicatos da Função Pública, o Ministério da Justiça entregou em Agosto de 1992 uma versão final de um documento que consagrava o suplemento de risco... e em Fevereiro de 1993 veio dizer que, afinal, já não iria haver tal suplemento. O ministro, segundo o seu secretário de Estado adjunto, recusou publicar o que tinha sido acordado alegando uma futura «visão global» que regulasse a atribuição do suplemento de risco ao pessoal de todos os departamentos do Ministério que a ele tenha direito. O sindicato classifica este comportamento como «má-fé negociada em todo o processo», pois o Ministério criou expectativas junto dos trabalhadores do Instituto de Reinserção Social que agora vem defraudar, ao mesmo tempo que vem criar novas expectativas relativamente à publicação de um diploma global sobre o subsídio de risco para situações muito diferentes.

Neste Instituto, refere o sindicato, há cerca de 300 técnicos em regime de estágio, «sem lugar no quadro e que vêm servindo de suporte técnico do IRS, de instituições de menores, da APAVE, com fuga de recursos humanos e económicos».

A cada uma das assistentes sociais que exercem funções na Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores (cujo responsável máximo acumula com a direcção do Instituto de Reinserção Social) o Ministério deve cerca de 2 mil contos por ainda não ter criado os mecanismos necessários para as integrar, como determina o DL 296/91, na carreira técnica superior - denuncia o sindicato, que reafirma a exigência de, como é seu direito legal, participar na reestruturação orgânica que deverá levar à fusão desta Direcção-Geral e do Instituto de Reinserção Social.

Na conferência de imprensa foi também denunciada a situação dos trabalhadores do Instituto de Medicina Legal: a atribuição de um suplemento de risco foi consagrada na Lei Orgânica de 1987, mas ainda não foi publicado o diploma que a regulamenta.

Na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais regista-se «uma enorme carência de pessoal» e há 700 vagas por preencher. Contudo, é admitido pessoal de limpeza em regime de contrato para desempenhar funções administrativas e recebendo 263 escudos à hora - denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Jornada da indústria naval

Os trabalhadores da indústria naval levam hoje a efeito uma jornada de luta contra os despedimentos, o encerramento e o desmembramento de empresas, pelo direito ao trabalho, pela modernização e desenvolvimento do sector e por melhores salários.

Esta jornada, que inclui acções de protesto junto da residência oficial do primeiro-ministro, foi decidida num plenário de representantes que teve lugar em Lisboa na semana passada. Na resolução então aprovada contesta-se vigorosamente o projecto de reestruturação do sector naval que o grupo Mello apresentou ao Governo, afirmando os representantes dos trabalhadores que «o grupo Mello, certo da submissão e capitulação deste Governo perante os interesses da grande capital, exerce sobre ele uma forte pressão chantagista com vista a obter mais alguns milhões de contos à sombra

duma pseudo-reestruturação do sector naval que põe em causa os interesses nacionais e os interesses e direitos dos trabalhadores das empresas envolvidas».

Os trabalhadores, de acordo com a resolução aprovada no dia 19, alertam para a «urgente necessidade de um programa claro e completo de construção de novos navios em articulação com a capacidade disponível dos estaleiros». Naquele documento apontam-se alguns factos que justificam tal posição:

- nos últimos 15 anos, a frota nacional perdeu mais de metade dos seus navios e, dos hoje existentes, 45 têm mais de 10 anos e 15 têm mais de 20 anos;

- dos 16 navios entrados ao serviço em 1990-91, apenas 2 foram construídos em Portugal; os restantes foram adquiridos em segunda mão, têm uma

idade média superior a 10 anos e há alguns com idade para serem abatidos;

- a frota pesqueira, embora numerosa, está envelhecida e ultrapassada;

- embora o comércio externo português continue a assentar no transporte marítimo, os dados relativos a 1990 mostram que a participação da frota nacional foi de apenas 14% das importações e 5,6% das exportações; o saldo negativo de «fretes de mercadorias» (onde predominam os transportes marítimos) na Balança Comercial tem vindo a subir (148 milhões de contos em 1989, 182 em 1990 e 194 em 1991) e atingiu os 103 milhões de contos no primeiro semestre de 1992.

O projecto apresentado pelo grupo Mello «não visa dar resposta a nenhum destes problemas» e «só interessa aos próprios Mellos», acusam os representantes dos trabalhadores da indústria naval.

VITÓRIA UNITÁRIA NOS SEGUROS DO NORTE

Realizaram-se na passada sexta-feira eleições para os órgãos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte, cujos resultados expressaram um significativo reforço da lista apoiada pelos actuais corpos gerentes e encabeçada por Fernando Barbosa de Oliveira, a qual obteve cerca de 65% dos votos, passando de 85 para 98 lugares no Congresso. A lista afectada aos TSD perdeu-se pelos 35% de votos e viu diminuir de 65 para 52 lugares a sua representação no Congresso.

Saiu assim fortemente reforçado o projecto iniciado em 1989, baseado num programa de defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores e que resultou da convergência de comunistas, socialistas e independentes.

«TRANSFORMADORA»

A «Transformadora de Lãs», uma das empresas de lanifícios mais antigas da Covilhã que emprega actualmente uma centena de pessoas, deverá encerrar até ao fim do mês, revelou a Lusa citando fontes sindicais. Mais de uma centena de postos de trabalho estão «em sério risco» por não ter sido aprovado pelos credores o projecto de viabilização da «Mamby». Em Belmonte, a «Vamec» pretende despedir 62 trabalhadores, reduzindo o seu pessoal para metade. Muitas empresas, nomeadamente dos lanifícios, estão a despedir centenas de trabalhadores com contratos a prazo. Estes despedimentos juntam-se aos mais de 300 mineiros da Panasqueira e verificam-se numa região onde não há alternativas de emprego.

GUARDAS FLORESTAIS

Os guardas florestais não tiveram motivos para comemorar este ano o seu dia nacional, que passou anteriormente, refere um comunicado da federação sindical da Função Pública, pois «no espaço de um ano os responsáveis pelo Ministério da Agricultura, e nomeadamente os dirigentes da ex-Direcção-Geral das Florestas, não deram satisfação a qualquer uma das reivindicações» daqueles profissionais: «a carreira profissional não foi revalorizada, o Regulamento de Polícia Florestal não foi actualizado, a formação profissional não se generalizou, as condições de segurança e higiene no trabalho não melhoraram» e a farda e respectivo regulamento, anunciados nas comemorações do ano passado, «não passaram de projecto». Hoje realiza-se uma reunião da federação e do grupo de trabalho dos guardas florestais para analisar a situação decorrente da criação do Instituto Florestal (que veio substituir a Direcção-Geral).

CONTACTOS INTERNACIONAIS

Uma delegação da CGTP regressa hoje de uma visita a Itália e Espanha. Carvalho da Silva e Florival Lança foram recebidos por delegações das Comissões Obreras de Espanha e das centrais italianas UIL, CISL e CGIL, dirigidas pelos respectivos secretários-gerais, a quem apresentaram as conclusões do 7º Congresso da CGTP e

com quem trocaram impressões acerca da adesão da central portuguesa à Confederação Europeia de Sindicatos.

Partiu anteontem de Lisboa o sindicalista alemão Manfred Kiessmeyer que, a convite do Centro de Formação Profissional da CGTP, participou em iniciativas de troca de experiências entre a central portuguesa e a DGB.

VIGÍLIA

Duas dezenas de trabalhadores do matadouro do Porto, há um ano sem local de trabalho, participaram no dia 20 numa vigília frente à delegação do IROMA (Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas), exigindo a garantia de reconversão profissional e de uma bonificação de 20% na aposentação.

ALENTEJO

A União de Sindicatos e a Associação de Municípios do Distrito de Évora manifestaram segunda-feira a sua grande preocupação pelo agravamento da situação social no Alentejo nos últimos meses. Num comunicado conjunto citado pela Lusa aquelas estruturas referem que há numerosas empresas com salários em atraso e a efectuar despedimentos, em particular no sector dos mármoreiros. O Governo contribui directamente para agravar a situação, pois prepara-se para despedir 62 trabalhadores da Segurança Social ao abrigo da lei dos disponíveis.

AGENDA

Hoje à tarde o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito do Porto realiza um plenário público na Praça Gen. Humberto Delgado, com o objectivo de denunciar o encerramento de muitas empresas do sector que estão a lançar no desemprego milhares de operários. Nos dias 28 e 29 tem lugar em Lisboa, na Voz do Operário, o 6º Congresso da Fequifa (Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás), sob o lema «Dignificar o trabalho, defender o emprego, elevar o nível de vida». A 29 e 30, no hotel Altis, realiza-se o 1º Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores da Administração Local, que deverá aprovar um caderno reivindicativo.

TRABALHADORES

«Com os professores, por uma escola de qualidade»

3.º Congresso do SPGL reafirma unidade e combatividade

Foi exigida uma rigorosa avaliação da Reforma Educativa para evitar que o caos se instale no sistema educativo

Com a participação de seis centenas de delegados vindos de quatro distritos, realizou-se nos dias 20 e 21 de Maio num hotel da capital o 3º Congresso do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que apreciou o relatório de actividades desde 1985 (2º Congresso) e debateu a acção sindical e intervenção social, a situação profissional dos professores e o Estatuto da carreira docente, e a Reforma Educativa democrática. Os problemas específicos do Ensino Superior foram analisados numa secção que reuniu quinta-feira à tarde.

Reflectindo o ambiente que predominou no congresso, a resolução sobre «um novo rumo para a Educação», aprovada na sexta-feira, tece fortes críticas à política desenvolvida pelo PSD nesta área (que tem estado a cargo de ministros laranjas desde 1980), aponta as reivindicações dos professores que «a obstinação antidemocrática do Governo e do Ministério da Educação mantém por resolver» e - depois de recordar que «professores, alunos, encarregados de educação, conselhos directivos e escolares, conselhos pedagógicos e autarquias não têm cessado de clamar contra uma Reforma incrementada ao arrepio de qualquer bom senso e dos contextos reais em que tem vindo a ser aplicada» - exige que o ME «proceda a uma rigorosa avaliação da Reforma Educativa» ou «não terá



Ao intervir na abertura do congresso, o presidente da direcção do SPGL, Paulo Sucena, defendeu o reforço do sindicalismo de massas «capaz de unir um grande número de professores no profundo respeito pela sua diversidade e pela autonomia do seu pensamento político, ideológico ou religioso»

qualquer legitimidade para a continuar a generalizar até que o caos se instale, de forma irremovível, no sistema educativo».

O congresso decidiu «promover, no âmbito da Fenprof, um conjunto de acções que mobilizem os professores, no final deste ano lectivo, e lhes abram perspectivas para a continuação da luta no início do próximo ano lectivo», e manifestou o seu apoio a acções já anunciadas: hoje, dia 27, um plenário regional para exigir a inversão do actual rumo da Educação e estabilidade profissional; as escolas do ensino não superior vão parar durante um dia, em

Junho, para avaliar a Reforma; os educadores de infância realizam uma jornada de luta nacional no final do ano lectivo; a 30 de Junho tem lugar uma assembleia nacional de delegados e dirigentes sindicais para julgar a política educativa deste Governo e seleccionar as grandes questões reivindicativas para o início do próximo ano lectivo.

A resolução encarrega a direcção do SPGL de «traçar a estratégia e tomar as medidas necessárias ao reforço da vida democrática em todas as estruturas» do sindicato, que fica mandatado para «de acordo com os princípios sindicais que norteiam a sua actuação,

participar activa e solidariamente com outros trabalhadores em acções que visem a defesa dos direitos sociais, económicos, políticos e sindicais, particularmente num momento como o actual, em que importantes camadas da sociedade portuguesa desenvolvem uma profunda contestação às medidas governamentais lesivas dos seus legítimos interesses e direitos».

Se o Ministério da Educação «se mantiver cego, surdo e mudo às reivindicações dos professores, a luta prosseguirá cada vez mais firme e determinada, mais dura e poderosa», conclui a resolução.

Acções a 4 e 5 de Junho em todo o País

CGTP convoca jornada nacional

A jornada nacional de luta «pelos salários e o emprego, por uma política diferente», convocada pela CGTP para o final da primeira semana de Junho, engloba acções em praticamente todos os distritos e uma grande manifestação em Lisboa, no dia 5, com desfile entre o Marquês de Pombal e o Rossio.

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião de segunda-feira da Comissão Executiva da CGTP, Manuel Carvalho da Silva referiu a realização desta jornada como uma forma de mostrar que os trabalhadores estão dispostos a responder à política do Governo, que não respeita o diálogo com

os sindicatos e não resolve os problemas reais do País. O coordenador da central manifestou especial preocupação pelo crescente número de empresas total ou parcialmente encerradas.

Também na tarde de segunda-feira, representantes de 77 comissões negociadoras sindicais concentraram-se junto à residência oficial do primeiro-ministro para exigirem a sua intervenção no sentido de serem desbloqueados os processos de revisão salarial. O problema, como referia uma nota da CGTP que anunciava a concentração, é que «o patronato diz que o Governo não autoriza a ultrapassar o tecto salarial que

o Governo pretende impor e, quando os processos passam à fase de conciliação, é o Ministério do Trabalho quem afirma não poder obrigar o patronato a negociar».

A Inter acusou recentemente o Governo de estar a esconder a inflação real, produzindo «valores de laboratório para a evolução do índice de preços no consumidor». A central sublinha que a inflação média anual se situa em 8,5% e considera que «o Governo, ao insistir na moderação salarial, dando inclusive o mau exemplo na Função Pública e na contratação no sector público, torna-se responsável pelo elevado índice de conflitualidade».



Representantes de quase oito dezenas de comissões negociadoras sindicais exigiram a intervenção do primeiro-ministro para desbloquear os processos de revisão salarial

NACIONAL

Condenação de Xanana demonstra carácter do regime de Suharto

Amanhã um sinal de solidariedade com Xanana Gusmão será espalhado em todo o território português: a bandeira da cidade de Díli vai ser desfraldada a meia haste nas Câmaras Municipais Portuguesas em sinal de luto pela condenação de Xanana Gusmão a prisão perpétua. A pena aplicada sexta-feira ao antigo chefe da guerrilha em Timor-Leste foi considerada pelo chefe militar indonésio no território, General Theo Syafei, como sendo «aquela que as Forças Armadas queriam», segundo declarações publicadas na imprensa de Jacarta. Um cunho político num julgamento cujo resultado final era previsível e que seria marcado pela frase de Xanana que remataria, após a leitura da sentença e dos meses de um processo imposto por um sistema judicial indonésio que internacionalmente não tem direito para julgar o guerrilheiro: «Viva Timor-Leste!».

O anúncio feito pelo advogado de defesa de Xanana Gusmão de que o seu cliente vai pedir «clemência» ao presidente Suharto é explicada pelo defensor do ex-líder da guerrilha não como um reconhecimento da validade da sentença: «Xanana é um político, a sua atitude e o seu comportamento tem motivações políticas. Não tenho nada a dizer sobre isso, limitando-me apenas a dar-lhe conselhos legais», diria o advogado Sudjono.

Já anteriormente o advogado havia explicado aos jornalistas portugueses presentes em Díli que Xanana Gusmão tem «uma visão política de todo o seu processo», pelo que não estaria «nada preocupado com a sentença que lhe foi aplicada pelo tribunal de Díli». Daí a razão para a apresentação de um pedido de indulto, que personalizará em Suharto as consequências da decisão, em vez de apresentações de recurso a instâncias superiores do sistema judicial indonésio.

A sentença de Xanana apareceu em segundo plano na primeira página do único diário de Timor-Leste que preferiu fazer manchete com um falso relato da agressão aos enviados da RTP a Díli: «Vão-se embo-

ra, não criem problemas» é o principal título do «Suara Timor Timur», sugerindo ser este o sentimento do povo do território relativamente aos jornalistas portugueses. Em antetítulo, lê-se que «o povo agrediu jornalista de Portugal». O jornal, publicado em língua indonésia, publica mais fotografias (três) dos enviados da RTP, Rui Araújo e Godofredo Guedes, rodeados pelos agressores, do que de Xanana.

A sentença aparece somente numa pequena caixa, enquanto o texto principal relata um diálogo inexistente sobre o veredito do Tribunal que teria sido mantido entre o jornalista da televisão e uma das irmãs de Xanana, Filomena. Lê-se no texto do jornal que Filomena evitou falar com Rui Araújo e que até se indignou com o facto de os jornalistas portugueses estarem sempre a pôr em causa as decisões da justiça indonésia.

O «Suara Timor Timur» conta também que a irmã de Xanana disse ao jornalista que «aceitava» o veredito do irmão e que as «decisões da justiça deveriam

ser aceites», o que, como se comprovou com a transmissão pela RTP das imagens, é completamente falso, já que as declarações de Filomena Gusmão têm sentido oposto.

Sem destaque na Europa

A condenação de Xanana não mereceu destaque nos principais jornais dos Estados Unidos e da Europa, excepto na Grã-Bretanha onde o «The Guardian» dedicou mesmo uma página inteira ao assunto, no dia seguinte à leitura da sentença.

Em Portugal, os titulares dos órgãos de soberania condenaram a violência da sentença e reafirmaram o não reconhecimento da legalidade do julgamento indonésio, tendo o Governo anunciado ir fazer um apelo à comunidade internacional no sentido de protestar contra a sentença. Uma oportunidade para relançar uma ofensiva diplomática que se impõe, tal como aliás foi manifestado pelos dirigentes da Resistência timorense no exterior.

Abílio Araújo, chefe da delegação da Fretilin no exterior, diria que a sentença contra Xanana Gusmão «põe em causa o espírito de diálogo, iniciado em Roma», numa referência ao encontro de 21 de Abril passado entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Durão Barroso, e da Indonésia, Ali Alatas, sob os auspícios do secretário-geral das Nações Unidas.

Para a Fretilin, a sentença «demonstra a intolerância do regime colonial expansionista da Indonésia» e «não esconde o carácter assassino do regime de Suharto».

A exigência da libertação de Xanana e o apelo à ONU para «zelar pela integridade física e moral do comandante Xanana Gusmão» foram apelos da Fretilin após o conhecimento da sentença indonésia.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Mais segurança e mais cidadania

Encarar o cidadão como a primeira prioridade da segurança interna, privilegiando simultaneamente a função preventiva e a humanização das forças policiais, eis, em síntese, três das linhas mestras que enformam o projecto de lei do PCP que prevê a criação de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos. Em debate no Parlamento faz hoje uma semana, as soluções nele preconizadas distinguem-se completamente da «visão militarizada e repressiva da função de segurança interna» que tem inspirado a actuação do Governo.

Contrastes que o deputado comunista João Amaral tratou de pôr em evidência, socorrendo-se para o efeito de factos e decisões ilustrativos das opções que nesta matéria cativam o Executivo: encerramento de esquadras da PSP nas áreas urbanas; atrasos e bloqueamentos na construção de novas esquadras em áreas suburbanas; baixíssimo nível de investimento em meios operacionais; substituição da PSP pela GNR em muitas vilas e cidades; manutenção do enquadramento militar de forças de segurança como a GNR; cerceamento de direitos e falta de diálogo com os profissionais; repressão sobre dirigentes das associações representativas, particularmente dos profissionais da PSP.

Tais acontecimentos e decisões, do ponto de vista de João Amaral, não deixam assim margem para dúvidas que o Governo «privilegia a poupança orçamental (que é o que efectivamente resulta das superesquadras) em detrimento da proximidade das populações que as esquadras permitiam»; privile-

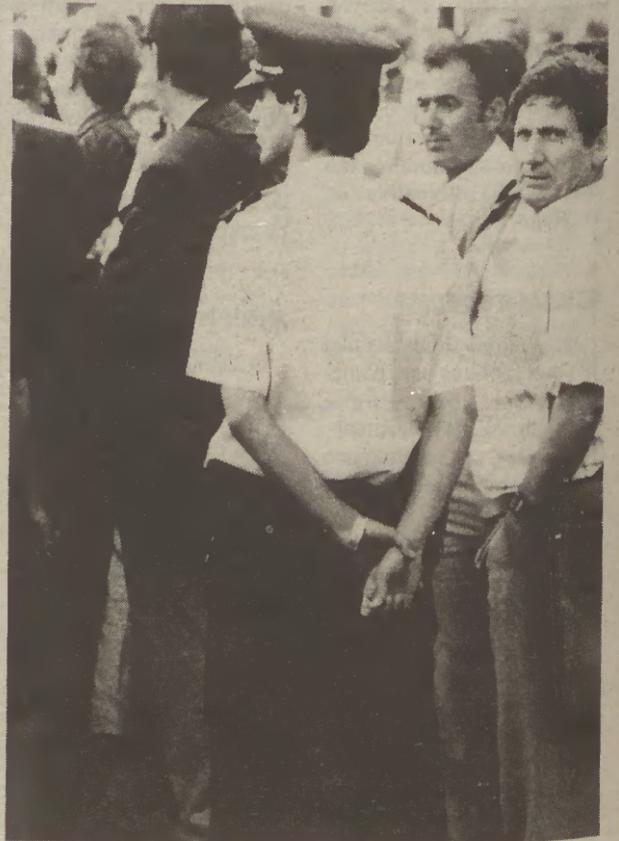
gia uma «policiafechada sobre si mesma, afastada dos cidadãos, militarizada, com direitos diminuídos, em detrimento da uma polícia próxima dos cidadãos, humanista e civilista»; privilegia a «repressão e a polícia-espectáculo das super-esquadras, em detrimento da função preventiva realizada com os cidadãos, com a chamada sociedade civil».

Função preventiva que é precisamente um dos pilares de todo o articulado do diploma subscrito pela bancada comunista, onde está presente a preocupação de relacionar a função de segurança com a sociedade civil, visando uma «polícia aberta ao relacionamento com a sociedade e uma sociedade empenhada em colaborar com a polícia».

Nesse sentido, e partindo igualmente do princípio que nos termos da

Constituição a segurança interna é uma actividade do Estado exercida nomeadamente através das forças de segurança, como frisou João Amaral, o projecto de lei do PCP configura com clareza que os referidos Conselhos Municipais «não interferem na cadeia de comando, nem a nenhum título na vida interna ou nas acções concretas das forças de segurança da respectiva área, estando-lhes igualmente vedada a atribuição de quaisquer orientações ou instruções e, muito menos, ordens».

Do que se trata, isso sim, sublinhou o deputado comunista, é de «criar o espaço de diálogo, de cooperação, de articulação, entre os que directa ou indirectamente estão relacionados com a prevenção da marginalidade e segurança e tranquilidade das populações».



Nota do Gabinete de Imprensa PCP denuncia ilegalidade de julgamento

A condenação de Xanana Gusmão a prisão perpétua constitui uma revoltante decisão que volta a testemunhar a sanha repressiva da ditadura indonésia contra a resistência timorense.

Na opinião do PCP, o que agora se concluiu em Díli não foi um julgamento mas uma vergonhosa farsa política visando desacreditar a resistência do povo maubere contra o ocupante indonésio e enfraquecer a solidariedade internacional à luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e independência.

O Tribunal que condenou Xanana Gusmão não tem qualquer legitimidade, nem jurídica, nem política, nem moral. O julgamento é, a todos os títulos, ilegal.

É necessário manter e reforçar a exigência da imediata libertação de Xanana Gusmão, de Ma Huno e de tantos outros patriotas timorenses encarcerados nas prisões da ditadura indonésia.

É necessário manter e reforçar a solidariedade do povo português com a justa e heróica causa do povo maubere.

Novo Código Penal Um debate incómodo para o PSD

Fortes críticas ao anteprojecto de revisão do Código Penal, nomeadamente ao secretismo que rodeou a sua elaboração, marcaram uma intervenção da deputada comunista Odete Santos proferida no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana.

Todo ele centrado nesta matéria (ver artigo sobre o assunto na página 24 desta edição), o discurso da parlamentar comunista chamou designadamente a atenção para o facto de a reforma anunciada, no tratamento da pena de multa substitutiva da pena de prisão, acentuar as «desigualdades entre os que têm capacidade económica para pagar a pena e os cidadãos de fracos recursos».

Outras opções da reforma foram ainda verberadas por Odete Santos, como a da

extinção do regime de prova, que realmente desaparece do Código, embora se lá mantenha o nome, segundo disse, apenas como «disfarce da falência de uma política de Justiça que não sabe criar as estruturas necessárias ao funcionamento de um instituto ressocializador».

«O debate está lançado na sociedade e manifestamente a contragosto do responsável pela área da Justiça. Chegou a altura de a Assembleia da República intervir neste debate, através de seminários para tratamento dos diversos temas», defendeu Odete Santos, antes de expressar a sua compreensão pela «incomidade do PSD perante a iminência desse debate» e de frisar a necessidade da «divulgação urgente das actas da Comissão Revisora do Anteprojecto de Código Penal».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sector das pescas em perigo PCP lança alerta e propõe medidas

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de resolução contendo 14 medidas destinadas a evitar, enquanto ainda é tempo, a destruição do sector produtivo das pescas.

Esta iniciativa, concretizada na passada semana na sequência de visitas e contactos com pescadores e armadores nos principais portos do País, vem ao encontro das legítimas pretensões por estes publicamente assumidas em várias acções de protesto no sentido de uma nova política para o sector.

É que, a manter-se a actual orientação do Governo para as pescas, o quadro de crise continuará a agravar-se, prevendo-se para o ano em curso o abate de mais de 200 embarcações.

Analisando circunstancialmente esta situação, numa recente intervenção produzida em plenário, o deputado comunista António Murteira chamou a

atenção para o facto de a frota pesqueira ter diminuído 20 por cento desde a adesão de Portugal à CEE (1986), enquanto a produção diminuiu 30 por cento e a importação de pescado aumentou 65 milhões de contos.

Neste período, lembrou ainda, o ano de 1992 foi o pior para a pesca do arrasto costeiro e do largo, ao mesmo tempo que se degradam progressivamente os recursos, desvalorizam-se os preços do pescado na primeira venda (e certas espécies como a sardinha não encontram escoamento), tudo isto tendo como pano de fundo o agravamento das condições de vida dos pescadores, face à diminuição dos postos de trabalho, à instabilidade e precariedade crescentes, e à diminuição dos rendimentos reais.

Não admira, por conseguinte - foi ainda António Murteira a lembrá-lo -, que no centro da contestação por parte de pescadores e arma-

dores esteja o princípio do "horário da segunda venda se iniciar antes ou em simultâneo com o da primeira venda", do mesmo modo que é questionada a situação das lotas paralelas, a política de importação de países terceiros e as quotas concedidas a Portugal, sobretudo em águas internacionais, consideradas manifestamente insuficientes para a rentabilização da nossa frota.

PCP quer discutir política agrícola

Foi já agendado para o próximo dia 3 de Junho o debate em plenário do projecto de lei do PCP sobre a Lei de Bases da Política Agrícola.

A decisão da sua apresentação, respondendo a uma necessidade do País, tal como outras iniciativas a realizar até final da presente sessão legislativa, foi aprovada nas Jornadas Parlamentares do PCP realizadas há perto de duas semanas em Setúbal.

Desse conjunto de iniciativas legislativas destaque para a interpelação em que a formação comunista irá confrontar o Governo não apenas com a problemática dos direitos dos cidadãos,

liberdades e garantias dos trabalhadores, como também com as questões relacionadas com a transparência da vida política.

Uma proposta de debate sobre política monetária e cambial integra ainda o calendário de iniciativas aprovado pelos deputados comunistas em Setúbal, do qual fazem igualmente parte cinco projectos de lei versando matérias tão diversas como sejam os direitos dos trabalhadores, as despesas confidenciais das empresas, a regulamentação da actividade dos partidos políticos e a lei eleitoral para as autarquias locais.

Os lixos que dão cabo do ambiente

"Em Portugal não se aprende com a experiência, nem o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais tem demonstrado capacidade para resolver o problema que se prende com a temática dos resíduos". Quem o diz é o deputado comunista Luís Peixoto, que fundamenta a sua acusação no facto de não existir uma política eficaz que tenha em conta a protecção da saúde humana e ambiental, que organize e planeie medidas capazes de "contornarem os efeitos nocivos da recolha, transporte, armazenagem e depósito de resíduos."

O tema esteve em debate no Parlamento, por iniciativa do Partido "Os Verdes", e não faltaram os exemplos que testemunham essa carência de medidas a todos os níveis, seja no plano da prevenção ou da fiscalização, seja ainda no plano da recolha e tratamento de resíduos.

Invocados pelo parlamentar comunista foram nomeadamente os casos da Metalinez e da serra do Pereiro, qualquer deles paradigmático de como é possível sobrepor interesses privados ao interesse público. No primeiro caso, recorde-se, foram 22 mil toneladas de escória resul-

tantes da reciclagem de sucata de alumínio colocada em Portugal que afectaram negativamente toda a área envolvente à fábrica, com especial incidência na agricultura da região. No caso da serra do Pereiro - um exemplo de como a "armazenagem e tratamento de resíduos sólidos são efectuados às cegas", segundo Luís Peixoto -, foi a instalação de um aterro sanitário, onde nem foram cumpridas as exigências mínimas estabelecidas pelo projecto, que destruiu o ambiente, destruiu a paisagem e inquinou as águas. Depois de defender que a solução

para "o equilíbrio ambiental e a produção controlada de resíduos não passa por um crescimento económico descontrolado", Luís Peixoto considerou que "não bastam intenções" e que é necessária a "estruturação de uma política comum em termos regionais que estabeleça um plano viável para combater à insuficiência actual de recolha, transporte e tratamento dos resíduos sólidos urbanos e outros", uma necessidade que é igualmente extensível ao estabelecimento de "projectos para a viabilidade do seu armazenamento e depósito".

Sem intervenção do Governo Camac corre o risco de encerrar

Não se afigura fácil o futuro da Camac, empresa fabricante de pneus situada em Santo Tirso, em pleno coração do Vale do Ave. Descapitalizada por força de uma gestão criminosa de um dos seus sócios, sem liquidez para cumprir um plano de modernização que resolveria todos os problemas actuais, a empresa corre mesmo o risco, apesar de ser viável, de encerrar e de lançar no desemprego os seus 460 trabalhadores.

Isto se o Governo continuar surdo aos apelos no sentido de ser concedido à empresa um aval ou uma garantia do Estado no valor de 300 mil contos, verba considerada indispensável para um novo arranque que possibilite a sua viabilização financeira e evite o drama social que se adivinha caso esta unidade industrial feche as suas portas.

Muito recentemente, esta situação foi levada ao Parlamento pelo deputado comunista José Calçada, numa intervenção proferida no período antes da ordem do dia, onde foi particularmente realçado o quadro dramático em que vivem estes trabalhadores,

tanto mais grave quanto é certo que um número significativo das suas mulheres se encontra já neste momento no desemprego, em consequência da ruína do sector têxtil em que anteriormente se ocupavam.

Ao olhar do deputado comunista, numa intervenção toda ela virada para os problemas do Norte e das suas gentes, não escapou ainda a situação dos pescadores da Afurada, actualmente transformados "em alvos prioritários" das acções da Polícia Marítima.

"São barcos apreendidos, motores selados, mul-

tas de cem contos por embarcação", e tudo porque, observou, limitam-se a "exercer o legítimo e elementar direito de proverem o sustento e bem-estar das suas famílias, apanhando circunstancialmente berbigão dentro da foz do Douro e em período de «defeso» no que se refere a capturas fundamentais para a subsistência dos seus agregados familiares".

Depois de responsabilizar o Executivo por esta actuação das autoridades marítimas, que não está em sua opinião dissociada do propósito governamental de liquidação da pesca artesanal, José Calçada

lamentou que a mesma eficácia não seja posta quando estão em causa "problemas de natureza estratégica que põem em causa o futuro, a segurança e a independência do País".

É que, aí, salientou, o Governo "encolhe-se, gagueja, faz que não é com ele", dando José Calçada como exemplos desta postura a eventual concretização de dois projectos espanhóis relativamente ao rio Douro, um, prevendo o desvio de parte das suas águas, o outro, relacionado com a instalação de um cemitério de resíduos nucleares próximo das suas margens.



Renegociar os acordos

Evitar a destruição das pescas nacionais, congregando para o efeito os esforços de todas as entidades e agentes envolvidos no sector, constitui a ideia-chave subjacente ao projecto de resolução submetido pelo PCP à apreciação da Assembleia da República.

Das 14 medidas nele contidas, todas elas orientadas no sentido de contribuir para a solução da grave crise que o sector atravessa, destacamos:

- A renegociação dos acordos com a CE em matéria de pescas, com a elevação das quotas de pesca (designadamente em zonas internacionais NAFO e SWALBARD) e redefinição da Política Comum de Pescas;
- Soluções mais justas para os navios nacionais a operar na NAFO, sujeitos a fiscalização;
- Propôr a revisão da política de importação de países terceiros, com direitos de importação nulos ou reduzidos;
- Fiscalizar, com eficácia, as condições higieno-sanitárias, tamanhos, preços de referência e demais documentação legal que acompanha o pescado importado;
- Apoiar eficazmente a pesca artesanal;
- Interditar a realização da segunda venda antes de ter terminado a primeira venda e instruir margens de lucro máximas na comercialização do pescado;
- Avançar medidas imediatas que facilitem o escoamento da sardinha capturada a preços rentáveis e reduzir o tamanho legal do carapau de 15 para 12 cm;
- Apoiar a indústria conserveira em situação económica difícil, visando a sua viabilização com elevados padrões de qualidade;
- Criar mecanismos de compensação financeira aos pescadores e publicar o Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca.

Novas vilas e cidades

Dezoito novas vilas e oito novas cidades foram criadas na passada semana pela Assembleia da República, na sequência de iniciativas legislativas nesse sentido apresentadas por várias formações parlamentares.

Correspondendo à vontade e às aspirações das respectivas populações, estas promoções administrativas mereceram a aprovação unânime do plenário e foram saudadas por José Manuel Maia, em nome da bancada comunista, como o início de "uma nova etapa" capaz de proporcionar "um maior desenvolvimento, mais progresso e

melhor qualidade de vida das comunidades locais". "De parabéns - assim se dirigiu à Câmara o deputado do PCP - estão, pois, as novas cidades do Seixal, Amora, Oliveira do Hospital, Vale de Cambra, Esmoriz, Vendas Novas, Paços de Ferreira e Marco de Canavezes, bem como as novas vilas de Corroios, Sobreda, Charneca da Caparica, Rio de Mouro, Cesar, Rio Meão, Souto, Castelões, Maceira de Cambra, Boidobra, Salir, Aljubarrota, Louriçal, S. Pedro de Rates, Glória do Ribatejo, Cabanas de Viriato, Vila Cova à Coelheira e Ervedosa do Douro.

PCP

IV Assembleia de Organização do Faial – Açores

Realizou-se no passado sábado, na Horta, a 4.ª Assembleia da Organização da ilha do Faial, Açores. Os trabalhos da Assembleia, que decorreram à tarde, estiveram muito virados para a discussão de questões de organização e funcionamento, tendo sido aprovada uma Resolução de Orientação que aponta várias direcções de trabalho para os problemas organizativos, alargamento dos efectivos da Organização, intervenção nas questões locais e laborais, reanimação do Núcleo da JCP, divulgação das propostas e posições do Partido, tratamento das questões de fundos, de entre outros temas.

Outro ponto da Ordem de Trabalhos disse respeito à preparação das Eleições Autárquicas do final do ano, tendo sido aprovada uma Resolução, na qual se inclui a decisão de convocar um Plenário da CDU do Faial para 19 de Junho próximo.

Após a eleição da Comissão de Ilha, procedeu-se à sessão de encerramento, na qual usou da palavra o camarada José Decq Mota, do Conselho Nacional do Partido e Coordenador da DORAA, o qual, depois de apreciar a forma como decorreram os trabalhos, se referir à actual situação política regional, marcada por uma total inoperância governativa, por uma grave crise financeira pública, por crescentes problemas económicos e sociais e pelo comportamento governamental no «caso Natalino Viveiros», o Secretário Regional pronunciado por crime continuado de falsificação de documentos e abuso do poder e que continua em funções.

Referindo-se à Moção de Censura acordada entre o PS, CDS/PP e o nosso Partido e que entrará hoje no Parlamento Regional, o camarada Decq Mota disse: «Há momentos em que, mais do que a eficácia imediata que as atitudes políticas possam ter, torna-se indispensável haver atitudes políticas totalmente claras e compreensíveis. Toda a situação presente exige que a oposição censure politicamente o Governo e se todo o grupo parlamentar do PSD recusar essa censura é bom que tal se saiba, com clareza, pois neste momento crucial, não pode haver lugar a posições dúbias».

Durante os trabalhos da 4.ª Assembleia da Organização do Faial o camarada Luís Bruno, da Comissão de Ilha e da DORAA, que dirigiu os trabalhos da Assembleia, teve um encontro com as rádios e jornais locais a quem informou sobre o andamento dos trabalhos.

Oposição açoriana contra o PSD

No passado dia 20 realizou-se em Ponta Delgada uma reunião cimeira entre as delegações do PS, PCP e CDS/PP na qual foi analisada a actual situação de crise que se vive na vida regional.

Com as delegações dirigidas por Martins Goulart, presidente do PS/Açores, José Decq Mota, coordenador da DORAA, e José Monjardino, presidente da Comissão Política Regional do CDS/PP, a reunião, que despertou grande interesse junto d opinião pública regional, chegou a algumas conclusões que certamente terão repercussão na situação regional dos próximos tempos.

Das conclusões desse encontro merece destaque o acordo conseguido e proposto pelo nosso Partido, segundo o qual são muito necessárias e urgentes acções de larga participação regional que visem a reclamação de total transparência na vida regional, essencial à defesa do sistema constitucional da Autonomia.

Foi igualmente acordada a apresentação conjunto pelos três partidos de uma Moção de Censura do Governo Regional, Moção de Censura essa que dará entrada hoje na Assembleia Legislativa Regional e que será agendada para 3 de Junho.

Os três partidos da oposição parlamentar açoriana renovaram também a reclamação já feita por cada um, segundo a qual o Secretário Regional, Américo Viveiros, acusado de crime cometido no exercício de funções governativas e punível por pena superior a 3 anos, deve ser imediatamente exonerado das suas funções.

Questionados pelos jornalistas, os líderes regionais dos três partidos confirmaram a disponibilidade em prosseguirem com acções convergentes, pois, como afirmou na ocasião o camarada Decq Mota, «só a convergência das várias vertentes do descentamento existente pode garantir uma resposta política séria ao PSD e ao seu governo, pode evitar que o PSD arraste, na derrocada que está a encetar, o próprio sistema autonómico e pode abrir caminho a uma verdadeira mudança no futuro».

Ainda no sábado, a segunda secção debruça-se sobre o «Desenvolvimento do Ensino Superior». O primeiro painel desta secção, continuado pelo segundo, após intervalo, procurará responder a questões sobre o programa para o desenvolvimento do ensino superior público: que autonomia e financiamento e que relação sobre o poder central? Que condições de acesso e de sucesso? Que ensino universitário e politécnico? Que organização pedagógica do ensino? Que investigação? Que avaliação?

No domingo, dia 6, continuam os painéis seguintes das secções I e II e funcionará uma III Secção sobre Associativismo de Pais». A I Secção debruça-se sobre os problemas da estabilidade de emprego, formação, carreiras, intervenção e luta dos professores; a II Secção sobre a situação do ensino superior. Os trabalhos das secções terminarão às 12 horas, seguindo-se a sessão plenária final, com a síntese dos trabalhos, a discussão e aprovação do documento final do Encontro, e, por fim, a intervenção de encerramento de Carlos Carvalhas.

A Organização Regional de Lisboa do PCP proporcionará apoio aos participantes que o necessitem, em relação à dormida de sábado para domingo. Está, por outro lado, prevista a realização, no sábado, de um jantar-convívio, com a participação de quantos nele se inscreverem.



Álvaro Cunhal visita Ponte da Barca e Arcos de Valdevez

Várias dezenas de pessoas aguardavam a chegada de Álvaro Cunhal ao Largo da Lapa, em Arcos de Valdevez, quando, na sexta-feira passada, o Presidente do Conselho Nacional do Partido ali foi de visita. Dirigentes locais do PCP, apoiantes da CDU e população escutaram atentamente as palavras do dirigente comunista. A intervenção de Álvaro Cunhal, de improviso, chamou a atenção para a grave situação que se vive no país, e para a política do Governo de Cavaco Silva e do PSD, que está a levar a agricultura à ruína e os agricultores à falência. As assimetrias regionais aumentam com a desertificação do interior e das regiões periféricas, tendo o distrito de Viana do Castelo diminuído de 8125 indivíduos, sendo desses 5723 dos concelhos de Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca. A precariedade do emprego é um instrumento de maior exploração e factor de insegurança para quem vive do rendimento do trabalho. O sector produtivo do país está a ser paulatinamente desmantelado, não lhe valendo já os «milhões» que entram da

CEE. Em suma, Cavaco Silva prossegue uma política que hipoteca os interesses de Portugal ao estrangeiro.

No jantar, que teve lugar a seguir num restaurante da vila de Arcos de Valdevez e que foi promovido pelas comissões concelhias de Arcos e da Barca, do PCP, participaram cerca de nove dezenas de convivas, militantes e simpatizantes do Partido e da CDU, simpatizantes do PS e de outras forças políticas. Usaram da palavra o camarada António Machado, membro da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP e responsável pela Organização Concelhia de Arcos de Valdevez, e o camarada Álvaro Cunhal. O Presidente da Junta de Freguesia do Soajo, António Enes, presidiu ao jantar.

As intervenções, sem perderem de vista a política do Governo de direita de Cavaco Silva, não puderam deixar de referir a importância da próxima batalha eleitoral. A importância do reforço da CDU como condição para o reforço do Poder Local democrático e como importante contributo para uma viragem na política portuguesa; o empenho de todos os activistas da CDU; a necessidade de todos os votos na CDU, seja para eleger, seja para nos aproximarmos da eleição, seja ainda para manifestar o apoio a uma forma de gestão democrática e participada, em estreita ligação com as populações, foram ideias que mereceram o aplauso dos presentes.

No jantar, com o acordo das forças que integram a CDU, foram anunciados os cabeças de lista para a Câmara e Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, respectivamente, Joaquim da Costa Barreira, de 48 anos de idade, professor, e António Machado, de 65 anos, professor aposentado, actual eleito na Assembleia Municipal.

Depois de ter aproveitado até ao último minuto disponível a sua presença no jantar, o Presidente do Conselho Nacional do PCP dirigiu-se para Ponte da Barca, onde proferiu uma conferência, a convite da Câmara Municipal (ver texto na íntegra, nas páginas 20 a 23).

Educação e Ensino Encontro Nacional do PCP

Com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, vai realizar-se, nos próximos dias 5 e 6 de Junho, um fim-de-semana, o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino. O Encontro terá lugar na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, com o seguinte horário: Sábado, 5 de Junho – das 14.30 às 20 horas; Domingo, dia 6, das 10 às 13 horas.

Sob o lema «Uma Escola Pública para o Desenvolvimento», o Encontro, organizado por iniciativa conjunta da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino, da Comissão do Ensino Superior e da Comissão Nacional de Professores do PCP, «pretende desempenhar um papel de ponto de encontro de opiniões e de debate, de incessante partida para uma reflexão mais apro-

fundada, de via e de desafio para um conhecimento que se quer realmente transformador», afirma um documento de divulgação da iniciativa.

O Encontro vai desenvolver-se com sessões plenárias e secções. A sessão plenária inicial abre com a intervenção do camarada Edgar Correia, da Comissão Política do CC, seguindo-se intervenções gerais, até às 15.30 de sábado. Logo após, funcionam duas secções. A primeira, sobre «Avaliação da Reforma Educativa», terá um primeiro painel sobre a generalização da reforma curricular e novo sistema de avaliação de alunos do ensino básico; o segundo painel incide sobre a gestão e as relações com o poder central, com as comunidades locais e com o poder local, das escolas do ensino básico e secundário.

Quadros Intelectuais em Encontro do PCP

Vai realizar-se no próximo domingo, dia 30, um Encontro de Quadros Intelectuais do PCP, que terá lugar no Hotel Lisboa Plaza, na Travessa do Salitre, 7, em Lisboa. Os trabalhos terão início às 10 horas e prolongam-se até cerca das 18, encerrando com uma sessão pública cerca das 17.45 horas.

O tema proposto para o Encontro, «Os Intelectuais hoje em Portugal», compreenderá dois pontos:

1ª A intervenção dos Intelectuais no desenvolvimento do País, na produção, na definição das políticas sectoriais, na promoção da cultura e na criação literária e artística;

2ª A intervenção dos Intelectuais no associativismo sindical e profissional, na resistência à política de direita e no Partido.

Está prevista a participação no Encontro do secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, que intervirá na sessão de encerramento, com carácter público, onde também serão apresentadas as conclusões.



Seminário sobre SNS

«A Saúde no mercado do Governo PSD. Que alternativas?», foi o tema geral proposto ao debate no Seminário Sobre Serviço Nacional de Saúde, realizado no passado sábado, em Lisboa, e promovido pela Comissão Nacional para as Questões de Saúde do PCP.

Os serviços; o acesso aos serviços; a qualidade, segurança e eficácia; as despesas de saúde; os profissionais de saúde; o Estatuto do SNS e a Constituição; o SNS constitucional e os mecanismos dinamizadores, tais foram os tópicos em que se centrou o debate realizado, que visou responder a múltiplas questões, algumas delas suscitadas pela degradação do actual SNS, mercê da política de direita do Governo de Cavaco Silva.

Questão forte foi a da privatização dos serviços e a transferência para os privados dos sectores tecnologicamente mais evoluídos, acentuando o Seminário a exequibilidade, no quadro de uma política diferente, de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito, com gestão participada e descentralizada.

PCP

Álvaro Cunhal em Lamego e Viseu

A convite da Direcção da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, esteve em visita ao distrito, no passado sábado, o Presidente do Conselho Nacional do PCP, acompanhado de Sérgio Teixeira, da Comissão Política do Comité Central. A visita de Álvaro Cunhal iniciou-se na cidade de Lamego com um almoço-convívio de militantes e amigos do Partido.

Depois, ainda em Lamego, realizou-se um Encontro Distrital da CDU, no qual se fez um balanço do trabalho realizado pelos eleitos da CDU no distrito e aprovaram-se as principais linhas de trabalho e objectivos eleitorais para as próximas eleições autárquicas.

O Encontro Distrital aprovou, por unanimidade, um documento de conclusões que

contém os objectivos principais da CDU às próximas eleições autárquicas.

Pelas 19.00 horas, já na cidade de Viseu, realizou-se um Encontro com a Comunicação Social, seguido de um jantar-convívio de militantes e amigos do sul do distrito e, à noite, no Salão da Assembleia Municipal de Viseu, a DORV, promoveu um debate público, cujo tema foi «a situação política e social e as propostas do PCP». Este debate teve a participação de cerca de centena e meia de pessoas.

Após uma intervenção inicial de Álvaro Cunhal, desenvolveu-se um debate muito vivo e participado relativamente à situação política e social, às propostas do PCP e papel dos comunistas na sociedade portuguesa e à luta por uma alternativa democrática à política de direita do PSD/Cavaco Silva.

Encontro distrital de Viseu da CDU

Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, participaram no Encontro Distrital de Viseu da CDU, realizado no passado sábado em Lamego, no Auditório da Rádio Douro Sul e promovido pela Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP.

Activistas de todo o distrito procederam ao balanço do trabalho realizado pelos eleitos da CDU na região e aprovaram os principais objectivos para a batalha política das próximas eleições autárquicas.

O documento de conclusões, aprovado por unanimidade no Encontro, referindo-se ao balanço do presente mandato afirma «que, numa forma geral os eleitos da CDU no Distrito, mesmo em condições difíceis, realizaram um trabalho positivo no quadro da defesa do Poder Local Democrático e do

desenvolvimento e progresso das suas terras.

«As 6 Juntas de Freguesia da responsabilidade da CDU realizaram um bom trabalho e estão em condições, neste final de mandato, de prestar contas às populações que os elegeram sobre os seus programas eleitorais.

«Na generalidade, o conjunto de obra realizadas excede as propostas que apresentaram ao eleitorado, tendo para a realização de algumas dessas obras contribuído de forma decisiva a AECOD — Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas.

«Daí ser justo saudar todos os eleitos da CDU que contribuem para a AECOD com as remunerações que recebem enquanto eleitos.»

Ilegalidades PSD

Mais adiante, e depois de sublinhar que os eleitos

CDU, mesmo em situações de minoria, avançaram com um vasto conjunto de propostas e de iniciativas, contribuindo para dinamizar e dignificar as Assembleias Municipais em que participam, o documento refere:

«Entretanto, é de salientar que continuam a verificar-se, no Distrito, casos de ilegalidades e irregularidades em Municípios da responsabilidade de PSD, como entre outros é o caso de Tarouca, e onde os vereadores da CDU e os eleitos na Assembleia Municipal requerem há mais de 1 ano uma sindicância que até hoje ainda não foi efectuada, na sequência de outros pedidos de intervenção sucessivamente apresentados desde há 4 anos e o caso de Castro Daire onde ainda recentemente o Presidente da Câmara foi condenado em Tribunal.

«Aliás, o PSD transformou a Tutela Inspectiva, em muitos casos, num instrumento de ingerências inacci-



táveis, procurando uma utilização partidária constante de inspecções, inquéritos e sindicâncias (a situação de Tarouca é disso exemplo flagrante).»

Finalmente, os participantes no Encontro, que apelou ao empenhamento de todos os activistas e apoiantes, definiu os principais objectivos da CDU nas próximas eleições

autárquicas no distrito de Viseu:

«— O aumento do número de eleitos da CDU nos órgãos locais (actualmente 92 em 9 concelhos);

— O reforço das posições da CDU nas Assembleias Municipais e num maior número de concelho (actualmente 12 eleitos em 6 Assembleias Municipais).

«A manutenção das Juntas de Freguesia com maioria CDU (Armamar, Avões em Lamego, Granja em Penedono, Granja Nova, Mondim da Beira e Ucanha em Tarouca) e o alargamento do seu número;

— Ganhar a Câmara Municipal de Tarouca (onde a CDU têm 36% da votação e 2 vereadores em 5).»

Candidatos CDU e objectivos para Viseu

A CDU apresentou as candidaturas dos cabeças de listas à Câmara Municipal à Assembleia Municipal e às Freguesias de Viseu. Em manifesto tornado público no passado dia 18, a CDU anuncia em Viseu o objectivo de «introduzir a prática» dos conceitos de honestidade, trabalho e competência na actividade autárquica do concelho. «Não procuramos», diz o documento, «com a eleição, servir-nos do poder, mas com o exercício do poder servirmos o povo e o município de Viseu, valorizando a democracia participativa — com a intervenção das populações das decisões, iniciativas e trabalho concretos para resolver os problemas».

Adiantando as razões da candidatura CDU em

Viseu, respondendo à pergunta «por que nos candidatamos?», o manifesto esclarece ao mesmo tempo uma série de objectivos por que se propõem lutar os candidatos — «prioridades à resolução de questões básicas da população em detrimento de obras de fachada», assumindo como «primeiras preocupações o abastecimento de água no concelho, em quantidade e qualidade, a criação de uma rede de transportes urbanos com horários e percursos adequados às necessidades, a atenção decidida à rede escolar básica e pré-primária».

«Queremos», diz mais adiante o manifesto, «uma cidade e um concelho onde dê gosto viver e onde as habitações sejam complementares com espaços ver-

des, jardins, parques e equipamentos desportivos e de lazer».

Após sublinhar o entendimento que a CDU faz da gestão autárquica — tendo como referência a humanização da vida e bem-estar das populações e defendendo o equilíbrio ecológico — e considerando que o desenvolvimento passa pelo combate ao isolamento do mundo rural «e pelo combate ao esvaziamento do nosso concelho de serviços públicos (nas áreas da agricultura, do ensino, dos correios e telecomunicações, etc.)», o manifesto afirma o empenhamento da CDU na defesa activa da Regionalização (no respeito pela vontade das populações), da colegialidade dos órgãos autárquicos e do Poder Local como compo-

nente essencial do regime democrático.

Os candidatos

À Presidência da Câmara Municipal, a CDU de Viseu apresenta o Dr. Manuel Rodrigues. Nascido em Arcozelo das Maias, Oliveira de Frades, em 1953, Manuel Rodrigues é licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Professores do Quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Alves Martins, de Viseu. Director do Centro de Formação de Professores da Associação de Professores de Viseu, é membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Professores da Região Centro e preside ou é membro de

direcções de várias associações culturais e de solidariedade. Manuel Rodrigues, autor da obra «Os Baldios» (Caminho, 1977), é ainda Presidente da Direcção do Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu e membro da Direcção da CNA. Foi candidato CDU à Assembleia da República em 1991.

O primeiro candidato da CDU à Assembleia Municipal de Viseu, António Macário Monteiro, nasceu em 1953, em Vila Nova de Paiva, e é membro da Comissão Executiva da DORV do PCP. António Monteiro é membro do Conselho Nacional da CGTP/IN, Coordenador da União dos Sindicatos de Viseu e da Direcção Distrital do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública e também

membro do Conselho Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Foi candidato à Câmara de Vila Nova de Paiva pela APU e pela CDU, e também à Assembleia da República, pela CDU.

Os primeiros candidatos às assembleias de freguesia do concelho de Viseu são: Dr. Fernando Augusto Machado, professor, de 46 anos, candidato à AF de Coração de Jesus; Francisco Manuel de Almeida, professor, 34 anos, à AF de Santa Maria; Modesto Augusto dos Santos Amaral, operário da Construção Civil, 27 anos, à AF de Povolid; José Afonso Teles de Figueiredo, operário metalúrgico, de 36 anos, à AF de S. Cipriano; Afonso Gestruedes Clemêncio, professor, de 50 anos, à AF de Rio de Loba.

PODER LOCAL

Com a presença de Carlos Carvalhas Convívio da Juventude CDU do Distrito de Lisboa

A Juventude CDU do Distrito de Lisboa organizou no passado dia 22 um Encontro/Convívio muito animado, que teve como ponto de encontro o Cabo da Roca, a que se seguiu uma "visita-surpresa" e um excelente almoço, com convívio "acolado", no Parque dos Castanheiros, concretamente na Volta do Duche, tendo por fundo o palácio e a vila de Sintra.

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, esteve presente e proferiu uma intervenção, que transcrevemos a seguir. Presentes igualmente diversos autarcas, nomeadamente o presidente da Área Metropolitana de Lisboa e da Câmara de Vila Franca de Xira, Daniel Branco, o vereador da CM de Lisboa e responsável pelo Pelouro da Juventude, Rego Mendes, e,

claro, o vereador "anfitrião" da CM de Sintra, Lino Paulo.

Camaradas e amigos
Neste encontro da Juventude CDU permitam-me apenas algumas breves palavras. A Juventude está farta de discursos e de promessas.

Discursatas, retóricas e promessas é com o PSD.

Durante anos os seus governos têm procurado instalar na juventude teses e ideias profundamente conservadoras: consumismo acrítico, individualismo exacerbado, competição desenfreada e sucesso a qualquer preço, mesmo esmagando os outros. Fomentou a passividade, a submissão, a hipocrisia e o carreirismo.

Exibiu a juventude em folclóricas campanhas e afirmava que a juventude estava com o PSD.

O «herói» juvenil da banda desenhada do PSD era o *yuppie* pessoalmente realizado, de um dia para o outro, ferozmente individualista, o tecnocrata encerrado no seu bunker, com o seu vídeo, televisão e computador pessoal, o jovem empresário...

Para embrulhar os seus heróis usou toadas as técnicas de marketing e as mais sofisticadas tecnologias de imagem.

Mas a dura realidade é a dura realidade.

Os *yuppies* foram esmagados pela especulação bolsista, muitos dos tecnocratas têm hoje o seu emprego ameaçado, os jovens empresários vêm que afinal a política do PSD está ao serviço do grande capital.

A crise instala-se e a juventude está na primeira fila das primeiras vítimas.

Viver pior do que a geração precedente é, à beira do terceiro milénio, o que é imposto pelo PSD a milhares de jovens, como consequência de uma política virada para o negociadismo e para os senhores do dinheiro.

Precriidade, incerteza, insegurança, selecção impiedosa pelo dinheiro e origem social, eis o que lhes toca e o que os marca, mesmo quando se encontram ainda no sistema escolar.

Mas, desfazendo ideias feitas acerca da sua rendição aos falsos valores do PSD, aos valores do egoísmo e do salve-se quem puder, recusando ser carne para canhão ao serviço da acumulação do grande capital, uma boa parte da juventude tem vindo a mostrar o seu inconformismo, a rejeitar as ideias paternalistas, passadistas e retrógradas, e vêm mostrando a sua sede de justiça e apego aos valores da solidariedade, fraternidade e progresso.

Mostram em relação a Timor, mostraram no autêntico levantamento contra a PGA, têm mostrado na sua intervenção e luta contra o racismo, pela reforma do



ensino, pela defesa e segurança nas escolas, pelo combate ao tráfico de droga e da toxicoddependência, contra a injusta e prepotente ameaça das propinas.

Os jovens, em número crescente, exprimem a sua revolta, recusam a resignação e a serem conduzidos como se não tivessem voz própria, afirmação própria e espírito crítico.

Daqui saúdo a Juventude CDU dizendo-vos que o vosso empenhamento e intervenção em todo o processo das eleições autárquicas é a melhor garantia de um trabalho autárquico virado para a juventude e para os seus reais problemas.

A juventude portuguesa não está condenada a conjugar a sua vida com a acentuação das desigualdades, as exclusões, o trabalho infantil, as injustiças, quer as que a tocam directamente, quer as que recaem sobre um número crescente de cidadãos e de famílias.

Intervenham, participem e reivindiquem. Façam da CDU e da política autárquica

da CDU um projecto cada vez mais jovem e actuante que dê resposta aos vossos anseios e problemas.

A juventude pode contar como PCP na sua luta e intervenção, pode contar com o seu apoio às suas justas reivindicações, pode contar com o seu empenho pelas causas mais generosas.

Na preparação das eleições autárquicas, a Juventude CDU de novo se está afirmando como uma realidade singular da vida nacional, sabendo que estas constituem uma exigente batalha política em que se avalia a política local, mas também a política geral.

Estamos confiantes que um forte e alargado empenhamento da Juventude CDU permitirá também garantir, em Dezembro próximo, uma grande votação na CDU que confirme e reforce as suas posições e que constitua um contributo para uma alternativa democrática na vida política do País.

Braga

CDU renova-se e reforça-se

A Mudança, no sentido de uma Gestão democrática e dinâmica, a maior transparência da acitividade Municipal, um travão ao presidencialismo e ao autoritarismo; a maior isenção no tratamento dos munícipes; o rigor na gestão de escassos recursos, é a grande aposta da CDU no concelho de Braga.

A equipa para essa Mudança — «que passa pela retirada da maioria absoluta e absolutista do PS» — foi publicamente apresentada num Encontro com a Comunicação Social local, acto que também levou à Casas dos Crivos da Cidade, na passada quinta-feira, muitos apoiantes da CDU.

Após a apresentação de todos os nomes — a lista completa de candidatos à Câmara Municipal e os 15 primeiros da lista para a Assembleia Municipal, como foi dito, «parte do reforçado e renovado conjunto de personalidades com que a CDU vai este ano concorrer aos dois órgãos municipais e a um maior número de Assembleias de Freguesia» — passou-se a um diálogo vivo de perguntas e respostas entre os jornalistas e os dois cabeças de lista.

Alfredo Casais-Batista, membro do PCP, candidato à CM, referiu algumas linhas da candidatura da CDU e fez, a propósito, críticas à gestão socialista de Mesquita Machado.

O Dr. António Macedo, independente, que este ano encabeça a lista da CDU à AM, apresentou-se como católico e socialista,

partido que deixou porque na sua prática política e gestão autárquica «já nada tem de socialista». Na sua intervenção explicou razões por que se candidata pela CDU, «onde estão as pessoas com quem comungo de muitos ideais, onde vejo vontade sincera e possibilidade de contribuir para a resolução dos problemas do povo, atitude que sempre foi a minha ao longo de toda uma vida de médico e cidadão preocupado com o meu semelhante».

A CDU de Braga reafirmou a sua confiança na obtenção de bons resultados. O grande número de contactos estabelecidos nesta fase de preparação de listas, confirma essa confiança quanto às expectativas e objectivos eleitorais da CDU: a eleição de um vereador para a CM e o aumento do número de eleitos nas Assembleias, Municipal e de Freguesia.

O espaço aberto, plural e unitário, em que a CDU se traduz e reflecte, mantém toda a sua vitalidade. «Ao lado dos comunistas, outros bracarenses — ecologistas, activistas ou não do PEV, democratas sem filiação partidária e outros a quem as suas simpatias tradicionais levaram à decepção — têm dado assinaláveis provas de empenhamento no esforço comum em prol do objectivo prioritário de reforçar a CDU, como contributo indispensável para uma gestão democrática, eficaz, participada e transparente no próximo mandato 94/97», sublinhou-se.

Ribeira de Pena

À conquista de representação

A CDU — Ribeira de Pena, depois de realizar algumas reuniões com os seus activistas e apoiantes decidiu apresentar para candidato à Câmara Municipal de Ribeira de Pena, Manuel Silva, 60 anos natural da Vila de Cerva, membro fundador da Intersindical Nacional, membro do PCP, para a Assembleia Municipal Arnaldo Magalhães, 46 anos funcionário da EDP, natural da freguesia de Salvador, Ribeira de Pena, actual deputado na Assembleia Municipal de Ribeira de Pena pela CDU.

Ao apresentar publicamente a sua candi-

datura aos órgãos municipais no concelho de Ribeira de Pena, a CDU «propõe-se contribuir para um interno debate público dos problemas do concelho».

Como grande objectivo para as próximas eleições autárquicas no concelho, a CDU considera que «faz falta na Câmara Municipal uma oposição firme, coerente e construtiva capaz de promover os interesses do povo da região». E finaliza:

«É com intenção de aumentar a nossa votação e a nossa representação nestes órgãos municipais que apresentamos os nossos candidatos.»

Santos Cardoso e Avelãs Nunes cabeças de lista em Coimbra

A apresentação dos «Primeiros Candidatos da CDU à Câmara e à Assembleia Municipal de Coimbra». Realizou-se na passada semana, num hotel de Coimbra. Estiveram na Mesa: o Professor Jorge Veiga (Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, eleito da actual Ass. Municipal e mandatário das listas Autárquicas/93); o Dr. Santos Cardoso, (actual vereador da CDU na C. Municipal); o Professor António Avelãs Nunes (primeiro candidato à Ass. Municipal); Alberto Januário (membro da actual Ass. Municipal); e Francisco Guerreiro (membro do CC do PCP e Coordenador da Com. Concelhia de Coimbra do PCP).

Na sessão, o Professor Jorge Veiga apresentou os dois candidatos, numa intervenção de que respigamos algumas passagens.

«O Administrador Santos Cardoso, que encabeçará a lista concorrente à Câmara Municipal, tem todo um percurso académico feito em Coimbra, desde a escolaridade básica e secundária até à Universidade. Diplomado em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública, exerceu, durante dez anos, funções de Administrador do Hospital Pediátrico local. Portador de uma longa experiência autárquica depois do 25 de Abril,



António Avelãs Nunes, lidera a lista para a Assembleia Municipal



Santos Cardoso à frente da lista para a CM de Coimbra

Santos Cardoso foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e exerce, desde 1986 até à presente data, as funções de Vereador eleito pela CDU, com os pelouros de Administração no mandato anterior e de Ambiente, Salubridade e Abastecimento no actual mandato.

«Avelãs Nunes, cabeça de lista para a Assembleia Municipal, é um conceituado Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Fortemente empenhado nos movimentos estudantis da sua época — a década de 60 — foi Director da revista Via Latina em 1961/62, tendo pertencido, a partir dos anos 70, à redacção da Vértice. Foi Secretário de Estado dos Governos pós-25 de Abril nos domínios da Educação e da Investigação Científica, devendo destacar-se a importância

intervenção cívica que actualmente vem protagonizando como membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação e como Presidente da Associação Portuguesa de Amizade e Cooperação Luri Gagárine.

«Como independente e integrando as coligações FEPU, APU e CDU, foi por diversas vezes candidato em eleições Autárquicas, Legislativas e para o Parlamento Europeu.

«Faz parte de órgãos colegiais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é membro, eleito pelos seus pares, da Assembleia e do Senado da mesma Universidade.

«Docente da área de Economia Política na Faculdade de Direito, tem publicado vários livros e artigos sobre assuntos da sua especialidade científica.»

Polícias em manifestação Solidariedade com Carreira, Torres e Goreti

A suspensão dos processos disciplinares a três dirigentes da Associação Sócio-Profissional da Polícia de Segurança Pública (ASPP), o direito à sindicalização e a aceitação do diálogo por parte do Ministério da Administração Interna (MAI)

foram as razões para uma nova manifestação de polícias, quinta-feira passada em Lisboa, cujo percurso fez a ligação entre o Rossio e São Bento, depois de passar pela Praça do Comércio. O objectivo era entregar um documento com as posições da

ASPP ao presidente da Assembleia da República e no MAI, só que em nenhum dos locais os dirigentes da associação seriam recebidos pelos mais altos responsáveis das duas instituições.

Polícias de Lisboa, Setúbal, Portagalre, Faro, Porto e

Coimbra estiveram nesta manifestação. Palavras de ordem como «Loureiro deixa-te de excessos, arquiva os processos», «Os polícias têm razão, o Governo é que não» ou «Loureiro não sejas tosco, vem falar connosco» estavam inscritas nos diversos panos exibidos pelos agentes que trajavam à civil, empunhando no entanto as suas carteiras profissionais.

Associados à iniciativa apoiada pelo Conselho Europeu de Sindicatos de Polícia, deslocaram-se a Lisboa 10 dirigentes sindicais da polícia espanhola, a exemplo do que já aconteceu a 21 de Abril de 1989, quando uma manifestação de agentes da PSP sofreu uma carga da polícia de choque.

Frente à Assembleia da República, José Carreira, presidente da ASPP e um dos três dirigentes sindicais sobre os quais estão instaurados processos disciplinares, falaria aos manifestantes através de uma forma insólita: uma gravação em cassette, posteriormente destruída. A explicação para o facto deve-se ao facto de os dirigentes da ASPP estarem proibidos de prestar declarações públicas, já que esse é o motivo para a instauração dos já referidos processos disciplinares, quando Carreira, Goreti e Torres teceram críticas à reestruturação da PSP.

Sérgio Vieira, da Associação dos Funcionários de Investigação Criminal de Lisboa da Polícia Judiciária (ASFIC/PJ), exortou todos os grupos parlamentares e todos os deputados a «promoverem alterações legislativas que, de uma vez por todas, ponham cobro às injustiças verificadas».

As preocupações manifestadas em nome da ASFIC/



Representantes de sindicatos europeus estiveram com os polícias portugueses



Os agentes da PSP não desistem da sua luta apesar da repressão que se abate sobre os dirigentes da ASPP

JCP define autárquicas como prioridade

A Direcção Nacional da JCP, na sua primeira reunião após o IV Congresso realizado em Abril passado, abordou a preparação das eleições autárquicas, assumidas como tarefa de primordial importância no quadro da actividade da JCP, apelando à participação dos jovens na campanha da CDU.

No comunicado saído dessa reunião de há duas semanas, salienta-se «a necessidade de iniciar desde já a dinamização de um amplo movimento de Juventude CDU», definindo-se algumas linhas de actuação que levem a aumentar o número de jovens candidato nas listas da Coligação, privilegiando jovens destacados no seio do movimento juvenil. A JCP pretende que se elaborem programas específicos para a juventude, tendo em conta as diversas realidades regionais, com o contributo do maior número possível de jovens, envolvendo-os na sua discussão.

Ainda para as eleições autárquicas, a JCP pretende «procurar apoios de jovens de diferentes sensibilidades», formando comissões de jovens apoiantes da CDU, que participem na discussão dos programas e na campanha eleitoral.

Potencializar a Festa do «Avante!», enquanto momen-

to de encontro com muitos milhares de jovens, «na transmissão da nossa mensagem e na afirmação da juventude CDU» foi outro dos objectivos expressos pela direcção da JCP que fez a apreciação da actividade da organização, congratulando-se com a sua dinâmica, salientando entre as próximas iniciativas um encontro que debaterá «a actualidade do ideal comunista» que se realiza no próximo sábado no Porto, na Escola Preparatória Gomes Teixeira, e que contará com a presença do Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal. Outra das iniciativas salientadas foi a da Solidariedade com Angola.

Também alguns aspectos da situação juvenil foram apreciados nesta reunião da direcção da JCP, que manifestou a sua solidariedade com todos os estudantes universitários que «continuam a justa luta contra as propinas e pela defesa do ensino superior público» congratulando-se com as vitórias alcançadas «que se traduzem no não ao pagamento em numerosos locais». Os jovens comunistas repudiam a «acção intimidatória e de controlo, levada a cabo pelos SIS - Serviços de Informação e

Segurança». A JCP considerou que para os estudantes do 12.º ano, obrigados a uma acumulação de provas em curto período de tempo (aferição e específicas), «a prova de aferição não é mais que uma barreira desnecessária», lembrando que não estão resolvidos os problemas fundamentais: a falta de vagas nas universidades públicas e a eliminação do *numerus clausus*.

Outro aspecto abordado na reunião foi o crescente nível de desemprego, denunciando-se a recusa do Ministério da Tutela em divulgar números estatísticos oficiais, apelando a JCP «a todos os jovens, particularmente os jovens trabalhadores, que participem em acções específicas de defesa dos seus interesses, bem como na Jornada de Luta da CGTP-IN, no dia 5 de Junho, para protestarem contra a política deste Governo e pelo direito ao trabalho, ao ensino e a uma vida digna».

Encontro distrital de Aveiro

No fim-de-semana passado realizou-se o encontro distrital de Aveiro da JCP no qual participaram três dezenas de jovens e onde foi aprovada por maioria a nova Comissão Distrital, que na primeira reunião procederá à eleição do secretariado. Um balanço às lutas juvenis no distrito, a expressão do reforço orgânico da JCP nos últimos meses, a definição de objectivos a alcançar pelos jovens comunistas de Aveiro no que diz respeito ao ensino secundário e superior, assim como no mundo do trabalho foram alguns objectivos do encontro.

/PJ, que formalmente convocou a manifestação mais uma vez por impedimento da ASPP, foram desenvolvidas numa moção entregue a um representante do presidente da Assembleia da República. A moção solicita ao Parlamento uma nova discussão de uma petição assinada por cerca de 12 mil pessoas, «decidindo finalmente colocar Portugal em pé de igualdade com os seus parceiros comunitários, reconhecendo a legalidade do sindicalismo policial».

O documento exige ainda a efectiva abertura ao diálogo e o «arquivamento dos processos disciplinares contra os dirigentes da ASPP» por parte do Ministério da Tutela e do comando-geral da PSP.

Carvalho da Silva no desfile

Os processos disciplinares estão «feridos de ilegalidade», diz a moção, que solicita ainda a revisão da reestruc-

turação em curso na PSP, acolhendo as propostas das autarquias, das populações e dos próprios agentes. A moção seria entregue no dia seguinte no MAI.

O protesto dos polícias recebeu a saudação das duas centrais sindicais, mas só Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, se incorporou no desfile em acto de solidariedade com os polícias.

Agentes da Guarda Fiscal, protestando contra a extinção deste corpo policial, e familiares dos agentes da Guarda Nacional Republicana, em protesto contra a aplicação do regime de disciplina militar, integram-se também no desfile.

O dispositivo policial convocado para acompanhar a manifestação era relativamente numeroso mas primou pela discrição, sendo visível no rosto de alguns agentes o constrangimento por estarem a vigiar uma acção de protesto realizada por colegas.

VI Convenção Nacional «Verdes» querem reciclar o presente

A consolidação de uma proposta política ecologista que garanta um desenvolvimento sustentável e o futuro das próximas gerações foi o principal objectivo da VI Convenção Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), realizada no fim-de-semana passado em Lisboa sob o lema «reciclar o presente, garantir o futuro».

Na convenção foi aprovada a estratégia de intervenção eleitoral do PEV, reafirmando-se a participação deste partido nas eleições autárquicas integrando as listas da Coligação Democrática Unitária (CDU), referindo-se ainda o documento, aprovado com um voto contra, à importância de «reforçar os poderes e competências do Parlamento Europeu, dado ser o único órgão directamente eleito pelos cidadãos dos países da CEE», considerando-se ser da maior importância «trabalhar para conseguir manter a representação do PEV» naquele órgão. Sobre eleições presidenciais o PEV encara a hipótese de

apresentar um candidato próprio. Quanto à estratégia de intervenção, aprovada por unanimidade, deverá ser objecto de correcção e alterações pelos órgãos nacionais agora eleitos, que convocarão uma convenção extraordinária para aprovação do texto final.

Os temas abordados incluem, entre outros, «um mundo em convulsão»; «a conflitualidade no planeta»; «do conflito entre superpotências à aceitação do conflito norte/sul»; «o racismo e a xenofobia como manifestação da crise económica, social e política dos países industrializados»; «as novas preocupações sociais da humanidade»; «ambiente e desenvolvimento sustentável»; «a realidade ecológica e sociopolítica portuguesa»; e «reciclar o presente, garantir o futuro».

A convenção elegeu 14 membros para a Comissão Executiva Nacional e 35 para o Conselho Nacional.



Em Aveiro, decorreu o encontro distrital da JCP

INTERNACIONAL

Pobreza

Um em cada quatro europeus que vive na pobreza é britânico, proporção que só Portugal ultrapassa entre os países membros da CEE, refere um estudo da CEE, publicado no jornal britânico «The Observer».

O estudo considera que a pobreza atinge todos os cidadãos que auferem rendimentos semanais inferiores a 150 dólares (cerca de 22 800 escudos).

Dos 50 milhões de «pobres europeus», cerca de doze milhões são britânicos, refere o estudo.

As razões apontadas para o «elevado» número de «pobres» britânicos são a recessão económica, o desemprego e os «baixos salários».

O estudo da CEE salienta ainda que um quinto dos desempregados da CEE são britânicos e que a esperança de vida no Reino Unido é a menor entre os doze da CEE.

África do Sul

Mais de 700 presos, na maioria negros, morreram nos últimos três anos e meio nas cadeias sul-africanas, diz o jornal «Star», que qualifica de pelo menos curiosas as explicações oficiais a esse respeito.

De Julho de 1989 a Dezembro de 1992, houve 705 mortes nas prisões da África do Sul, diz o jornal, citando um relatório oficial.

O jornal detectou no relatório um número anormalmente elevado de presos atingidos por raios, vítimas de explosões de caldeiras, caídos de telhados, afogados em piscinas onde tinham mergulhado «contra as ordens dos guardas» e, num caso, um detido sucumbiu a queimaduras provocadas pelo vapor libertado numa casa de banho.

Um médico legista, Jonathan Gluckman, disse no ano passado que examinara os cadáveres de mais de 200 pessoas mortas enquanto mantidas sob detenção. Mais de 90 por cento foram mortos pela polícia. Segundo disse.

Moçambique

As Nações Unidas prevêem o regresso a Moçambique de 700 mil dos cerca de 1,5 milhões de refugiados moçambicanos actualmente em países vizinhos.

A previsão vem expressa num documento de 73 páginas, compilado pelo gabinete das Nações Unidas para a Assistência Humanitária em Moçambique (UNOHAC), integrante na operação das Nações Unidas para o país (ONUMOZ).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) anunciou em Maputo que cerca de 200 mil refugiados moçambicanos regressaram ao país desde 1992, após a assinatura do acordo geral de paz.

O Malawi, com cerca de 1,1 milhões de refugiados moçambicanos, lidera a lista dos países que acolheram as vítimas da guerra.

Rússia

O desemprego deverá atingir no final deste ano cerca de cinco milhões de russos, que representam entre 6,0 por cento e 7,0 por cento da população activa, afirmou o director da Agência Federal para o Emprego da Rússia.

Segundo o director desta Agência, Fedor Prokopov, o desemprego afecta as diferentes regiões da Rússia de forma diversa.

«Nas regiões de Kostroma, a Nordeste de Moscovo, o desemprego é entre três a quatro vezes superior ao registado, em média, nas outras regiões da Rússia», sublinhou Fedor Prokopov.

A maioria dos desempregados russos são mulheres entre os 35 e 42 anos, com um filho a cargo.

Guatemala

Aministia Internacional denunciou que os assassínios que se registaram durante décadas na Guatemala prosseguem, apesar das promessas do actual governo.

Um Relatório desta organização internacional, divulgado em Londres, admite que «o Governo talvez tenha mudado mais», acrescenta, «as violações dos direitos humanos continuam como no passado».

A Organização não-governamental cita casos de desaparecimentos, torturas e execuções, e indica que entre as vítimas figuram crianças, militantes dos direitos humanos, jornalistas e sindicalistas.

«O número de assassínios políticos pelas forças governamentais diminuiu, mas há que ver se se trata de uma melhoria duradoura», comenta a Aministia Internacional, acrescentando que «os violadores dos direitos humanos do passado continuam em liberdade».

Em Junho, realiza-se uma Conferência mundial sobre os Direitos Humanos organizada pelas Nações Unidas que abordará nomeadamente os direitos das populações indígenas e das crianças, vítimas típicas de violação na Guatemala, conclui o relatório.

Angola

Acentua-se isolamento internacional da UNITA

A guerra continua a devastar Angola. Num quadro internacional em que entretanto se acentua o isolamento da Unita, claramente responsabilizada pelos observadores do processo de Paz pelo fracasso das conversações de Abidjan, e o governo americano reconhece oficialmente o governo de Angola.

«Legalidade e democracia não fazem infelizmente parte do dicionário político da Unita e é por isso que a guerra vai continuar», afirmou o chefe da delegação governamental, em conferência de imprensa ainda realizada em Abidjan, em que lançou à comunidade internacional um apelo no sentido de que «apoie os esforços do governo angolano de encontrar a paz para Angola».

No apelo, o general Higinio Carneiro sublinhou que «apesar de a paz depender dos angolanos, todos os outros países não podem ficar indiferentes ao holocausto que actualmente se regista em Angola devido à ambição pessoal de Jonas Savimbi».

«Somos todos membros de uma mesma comunidade, que se chama humanidade, e quando a História

pedir contas do que se passa actualmente em Angola, os primeiros réus serão os angolanos e logo a seguir os réstantes membros da comunidade internacional, em especial os países observadores do nosso processo de paz», acrescentou.

Numa curta síntese do que tem sido o processo de diálogo, Higinio Carneiro salientou: «Nunca fugimos ao diálogo e foi por isso que reunimos a primeira vez com a Unita no Namibe, e depois em Adis Abeba e agora em Abidjan». «Da primeira vez assinámos um cessar-fogo que a Unita, passados dois dias, violou ao ocupar as cidades do Uige e do Negage. Depois, em Adis Abeba, por altura da primeira reunião, os representantes da Unita disseram não possuir mandato para assinar a paz».

A posição agora assumida pela Unita em Abidjan foi entretanto denunciada em comunicado dos observadores do processo de paz.

Os representantes de Portugal, Estados Unidos e Rússia afirmam que a suspensão das conversações se deveu «primordialmente à actual recusa da Unita em rubricar um conjunto de princípios que permitiria iniciar o processo conducente ao cessar-fogo, à concessão da ajuda humanitária a todo o país, à libertação de prisioneiros, à conclusão dos acordos de Bicesse e à reconciliação nacional».

Os observadores consideram que «a recusa da Unita em rubricar o protocolo significa que esta não quis acompanhar o governo de Angola no envio à comunidade internacional de um necessário sinal de boas intenções».

Neste quadro, o reconhecimento oficial do governo angolano pelos EUA, constitui objectivamente

mais um contributo para o isolamento da Unita.

Manifestando o seu regozijo pelo facto, o MPLA e «o governo de unidade nacional a que preside», afirma em comunicado a sua «completa disponibilidade e abertura para o respeito escrupuloso e recíproco dos interesses mútuos que ligam Angola e os Estados Unidos da América».

Em Portugal, o embaixador angolano, Rui Mingas, comentou que a decisão da administração Clinton traz «pelo menos, oxigénio a todos aqueles que durante tanto tempo pugnam por manter o respeito pelos compromissos assumidos».

Rui Mingas vê na decisão de Clinton «o reconhecimento de todos aqueles que tentaram levar Angola a assumir-se perante a comunidade internacional como um país renovado que vai ao encontro das grandes realidades evidenciadas no mundo».

Benguela

Vítimas da guerra

Os refugiados de guerra na província de Benguela vivem o dilema da escolha entre morrerem de fome ou serem abatidos a tiro quando se rouba alimentos em qualquer parte — é o dramático dilema descrito nas páginas do «Jornal de Angola».

A ajuda alimentar aos deslocados «é incipiente», refere. Terão sido «desviados para canais secretos» de comercialização produtos básicos, como arroz, leite, açúcar, farinha de milho e óleo de palma, que deveriam aliviar-lhes a fome durante o segundo semestre deste ano.

«Morrer de fome ou a tiro» em Benguela constitui o «novo dilema social» que se vive nos arredores da cidade, diz o diário luandense. Recentemente, um esfomeado foi mortalmente alvejado numa plantação de banana do vale do Cavaco, quando pretendia «roubar banana».

Em Benguela, vêem-se diariamente «um pouco por toda a parte» mendigos a deambularem sem rumo certo; «transformados em autênticos andarilhos da fome».

Esses andarilhos «procuram restos de comida em bares, restaurantes ou lanchonetes (normalmente, contentores transformados em locais de venda de alimentos), quando não batem à porta de alguma família», diz o jornal.

Os «infelizes não poupam esforços nem têm pudor», refere o jornal. Esfomeados «chafurdam os lixos», adultos fisicamente debilitados juntam-se aos «exércitos dos meninos da rua» ou «acercam-se dos tambores de lixo».

Por vezes, conta, «nem o lixo oferece alguma coisa» e isso obriga os mendigos à «rotina» do passeio pelos restaurantes e bares. Quando «tudo está vazio», a miudagem chega

ao ponto de «lamber as gotas de sorvete caídas no chão», tentando assim saciar a fome.

A situação tem proliferado em Benguela e está a «preocupar os que têm consciência da vida humana e dos prejuízos sociais» causados pela «falta de protecção dos homens», diz o jornal.

Na «cidade hospitaleira» de Benguela, «poucos são os que estendem a mão (da esmola) aos pedintes».

Apénúria terá atingido também as famílias que sempre «gozaram de vida desafogada».

Hoje, ao pedido de esmola, dizem: «Não tenho nada, estamos todos assim...»

A penúria alimentar entre os cerca de 16 mil deslocados de guerra concentrados em Benguela, litoral de Angola, é «tão preocupante» que o «Jornal de Angola» interroga-se se «as pessoas terão capacidade para resistir por mais tempo».

PCP comenta reconhecimento do governo de Angola pelos EUA

O reconhecimento do Governo da República Popular de Angola pelos EUA, sendo em si um acontecimento positivo, mais não faz que pôr cobro à situação insólita e insustentável em que os EUA se haviam colocado recusando ao longo de 18 anos reconhecer o Governo legítimo de um país independente e soberano, membro prestigiado da ONU e da comunidade internacional.

Representa também o fracasso de uma política — que entretanto não terminou

— de apoio e conluio com a UNITA (hoje profundamente desmascarada e desacreditada) na sua acção terrorista pela tomada do poder e a destruição das conquistas libertadoras do povo angolano.

O PCP confirma ao MPLA e ao povo angolano a sua solidariedade, com os votos de que, alcançada a paz, o futuro confirme inteiramente a sua independência e as suas livres opções.

Hungria

Partido Operário denuncia
ofensiva anticomunista

A Confederação dos Sindicatos Húngaros, central sindical com forte peso de militantes comunistas, venceu as primeiras eleições pluralistas intersindicais realizadas na Hungria desde 1990.

Com um milhão de aderentes, a Confederação dos Sindicatos Húngaros obteve 45,22 por cento dos votos nas eleições para os Conselhos de Segurança Social e 50,10 por cento nas eleições para os Conselhos de Reformas.

A Central ficou claramente à frente dos outros seis sindicatos concorrentes.

A Liga Democrática dos Sindicatos Independentes (Liga, 200 mil aderentes) obteve nas eleições para os Conselhos de Segurança Social 13,3 por cento e os Conselhos Operários (70 mil aderentes) alcançaram apenas 12,80 por cento.

A primeira destas duas centrais é considerada próxima da Aliança dos Democratas Livres, principal partido da oposição em termos eleitorais. Os Conselhos Operários têm o apoio do Fórum Democrático, partido dirigente da coligação conservadora no poder.

De salientar ainda que esta vitória da Confederação dos Sindicatos segue-se a signifi-

ficativos sucessos do Partido Operário Húngaro (constituído por comunistas) em eleições locais.

Estes factos ganham ainda maior relevo por coincidirem com um claro esforço governamental para isolar os comunistas, nomeadamente ilegalizando os seus símbolos com uma legislação que os poria a par dos símbolos nazis.

O que para além de constituir flagrante violação dos direitos humanos e em particular dos direitos civis e políticos, surge como uma forma - nem sequer muito subtil - de torrear (é o mínimo que se pode dizer) o que as próprias regras do jogo democrático estão a fazer saltar à vista - o apoio de que os comunistas húngaros dispõem, entre os trabalhadores e por parte populações de diferentes zonas do país.

Em síntese - se a democracia não serve o poder, violam-se as regras da democracia.

Reportando-nos aos factos: no passado dia 14 de Abril, o Parlamento húngaro adopta uma lei pela qual "quem difundir, utilizar ou expor publicamente a cruz gamada, as insígnias SS, (...) a foice e o martelo, a estrela vermelha de cinco pontas ou os símbolos que os represen-

tam (...) - comete um delito."

Face à situação assim criada, o Partido Operário Húngaro propõe que esta nova disposição legal seja apreciada pelo Tribunal Constitucional, como contrária à Constituição.

No documento enviado ao Tribunal Constitucional, a direcção do Partido Operário afirma que a lei em causa visa "discriminar e excluir da vida política uma parte significativa da sociedade húngara - as pessoas de diferentes sensibilidades de esquerda".

A carta ao Tribunal considera que tal disposição legal viola a Convenção Internacional dos direitos civis e políticos, que "reconhece o direito de cada um à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, direito que inclui a livre opção de convicções e o direito a exprimir, praticar e transmitir a sua convicção, seja de forma individual, seja colectivamente com outras pessoas, publicamente ou num círculo privado".

A direcção do Partido Operário Húngaro sublinha que "a utilização dos símbolos, bandeiras, insígnias dos partidos é um instrumento da expressão da livre convicção", e afirma: - "com esta lei, foi desencadeada

uma campanha psicológica contra o Partido".

Na carta diz-se ainda que "nem os interesses da segurança do Estado, nem os da garantia da segurança pública" estão em causa.

O documento enviado ao Tribunal constitucional refere as implicações internacionais da nova medida legislativa.

"A interdição de utilização pública da foice e do martelo assim como da estrela vermelha de cinco pontas atinge o conjunto do movimento operário internacional... O direito internacional não proíbe a utilização destes símbolos. Em primeiro lugar porque são os símbolos do trabalho, dos milhões de trabalhadores de todos os continentes: a foice e o martelo simbolizam respectivamente o trabalho agrícola e industrial. A estrela de cinco pontas é um apelo à solidariedade dos trabalhadores dos cinco continentes.

"Estes símbolos são antigos emblemas do movimento operário que não estão ligados a regimes autoritários".

Por último, é salientada a falta de ética na redacção do texto da lei, ao colocar ao mesmo nível as insígnias do movimento operário e as dos fascistas.



A nova lei para os imigrantes vai atingir em particular os jovens

França

Governo de direita
contra imigrantes

Associações, sindicatos e partidos de esquerda multiplicam, em França, as críticas à reforma do código da nacionalidade - significativamente a primeira lei proposta pelo governo de direita de Edouard Balladur à Assembleia Nacional - que dificulta a aquisição da nacionalidade francesa.

As críticas vão também contra o projecto de lei que reforça os poderes da polícia em matéria de controlos de identidade, e que visa igualmente a exclusão dos imigrantes.

As igrejas católica e protestante afirmam-se contra estas medidas, sublinhando a solidariedade com os imigrantes "num momento em que novas disposições legais dão a impressão que lhes são atribuídos todos os males que afligem a sociedade francesa".

A reforma do código da nacionalidade deverá ser ainda aprovada pelo Senado, a Câmara Alta do Parlamento francês, depois de ter sido adoptada a 13 de Maio pela Assembleia Nacional (Câmara dos Deputados).

Antes da adopção da nova lei pela maioria de direita da Assembleia, todos os jovens filhos de pais estrangeiros nascidos em território francês adquiriam automaticamente a nacionalidade francesa.

A nova legislação obriga os jovens a pedirem voluntariamente a nacionalidade francesa entre os 16 e os 18 anos, a qual poderá ser recusada se o jovem tiver algum antecedente judicial.

A nova lei exige também que o jovem tenha residido em França durante os cinco anos que antecedem a formulação do pedido de nacionalidade.

Em comentário a esta inquietante reforma do Código da Nacionalidade, Madeleine Rebérioux, presidente da Liga francesa dos direitos do homem, afirmou, referindo-se à natureza do texto da lei: "Há uma forte e perigosa carga simbólica. No fundo, dirige-se ao imaginário colectivo dos franceses, apontando-lhes os estrangeiros como responsáveis pelos seus problemas, como os culpados que é preciso evitar que contaminem a nação francesa.

"Esta noção de contaminação é inerente a todo um tipo de xenofobia desde o século XIX, a xenofobia nacionalista. E nós receamos particularmente os seus efeitos no quadro desta lei."

Comunistas sul-africanos
criticam Pretória
por não reconhecer Luanda

O Partido Comunista Sul-Africano (SACP) criticou severamente a recusa de Pretória em reconhecer o governo angolano, afirmando que a decisão confirma alegações da manutenção do apoio de Pretória ao movimento de Jonas Savimbi.

O responsável das Relações Internacionais do SACP,

Essop Pahad, afirmou em Joanesburgo que o posicionamento do governo de Frederik De Klerk «somente serve de encorajamento à rejeição por Savimbi dos resultados eleitorais e ao retorno daquele à guerra».

«É lamentável que, mesmo após a administração Clinton ter finalmente reconhecido o governo angolano, o regime de De Klerk possa pretender que assume uma abordagem equilibrada (ao problema de Angola)», considerou Pahad.

A reacção dos comunistas sul-africanos surge na sequência de um porta-voz do governo ter afirmado que Pretória só reconhecerá plenamente o governo de Angola uma vez completadas as eleições presidenciais naquele país, entretanto obstruídas pela iniciativa de guerra e a recusa de facto ao entendimento por parte da Unita.

Jacques Malan, porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano, respondia ao desafio lançado a Pretória por Nelson Mandela, dirigente do ANC, para que seguisse o exemplo dos Estados Unidos no reconhecimento do governo angola-

Balcãs

Conferência em Atenas

Por iniciativa do «Movimento contra a Guerra e pela Paz nos Balcãs», realizou-se em Atenas, a 22 e 23 de Maio, uma conferência interbalcânica, em que o Comité Português para a Paz nos Balcãs esteve representado por António Abreu.

Nesta conferência internacional foram temas de debate: uma solução pacífica dos diferentes problemas na Jugoslávia e entre os diferentes países balcânicos; acções contra os perigos do nacionalismo e do chauvinismo; direitos do homem e

direitos das minorias; modalidades práticas para o estabelecimento da Paz, da amizade, da confiança recíproca e da segurança entre os povos balcânicos.

Na sequência desta conferência interbalcânica e da Assembleia do Conselho Mundial da Paz que se realizou em Basileia, Suíça, nos próximos dias 3 a 6 de Junho, e que conta igualmente com participação portuguesa, deverá realizar-se em Lisboa, a 8 de Junho, uma reunião pública sobre a situação nos Balcãs.



Por iniciativa da Associação Portugal/Cuba, realizou-se na Sociedade Capricho Setubalense, no passado dia 22, uma sessão de solidariedade com Cuba, que contou com a participação do General Vasco Gonçalves, Almirante Rosa Coutinho e embaixador cubano German Blanco Puyol

Num jantar-convívio em Lisboa

CDU apresenta Proposta para as Autárquicas



Carlos Carvalho sobre as eleições autárquicas «Uma oportunidade para o povo português afirmar uma vontade de mudança»

Neste jantar de convívio e de manifestação de apoio à CDU, saudando a generosa presença de todos vós, queria saudar também os nossos parceiros da Coligação: o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática e todos os democratas independentes que unem os seus esforços e vontades neste grande espaço democrático que é, de facto, a Coligação Democrática Unitária.

A importante batalha política que representam as eleições autárquicas de 1993 decorre, desde logo, pelo facto de o Poder Local ser um instrumento fundamental na resolução dos problemas das populações, de ser um factor de enriquecimento da vida democrática, instrumento e estímulo à democracia participativa. Mas a sua importância é acrescida por decorrerem numa situação de acentuada crise económica e social, num quadro de ofensiva geral do PSD contra os direitos dos trabalhadores.

As eleições autárquicas serão, neste quadro, também uma importante oportunidade para o povo português afirmar uma vontade de mudança de rumo e de condenação da política de direita.

Temos dito, e reafirmamos, que na grave conjuntura nacional que o País atravessa, com uma crescente concentração da riqueza, com a acentuação das desigualdades e a multiplicação das exclusões sociais, fruto de uma política errada e classista, as eleições para o Poder Local podem contribuir para alicear uma alternativa ao Governo do PSD, quer por razões de política geral, quer por razões especificamente autárquicas.

As eleições de Dezembro constituem, assim, uma exigente batalha política que requer o empenhamento de todas as estruturas da CDU e uma intensa e dinamizadora intervenção de todos os seus democratas e militantes.

Uma batalha também por uma política radicalmente diferente, que tenha como prioridade responder aos problemas fundamentais do País, nomeadamente aos problemas dos trabalhadores e do povo, e que respeite e aprofunde as características da democracia portuguesa em todas as suas vertentes: política, económica, social, cultural.

Uma política que ponha de lado os critérios da convergência nominal de Maastricht, que o mesmo é dizer que combata as políticas restritivas monetaristas e anti-sociais levadas à prática pelo Governo do PSD.

Uma política que combata o nepotismo, a arrogância do poder, a governamentalização do Estado, a opacidade dos actos administrativos, a fuga ao controlo democrático e ao debate multipartidário, práticas que são indignidades infligidas ao espírito democrático, e que vão criando o caldo de cultura à banalização da corrupção e à desconfiança e indiferença dos cidadãos pelas instituições democráticas.

Por isso, concebemos também o Poder Local como uma escola de democracia, que favoreça a intervenção dos cidadãos, que estimule o seu sentido crítico e criativo, que os torne autores da sua própria vida e da vida da autarquia local.

Trata-se de uma concepção contrária à do PSD que, do ponto de vista do «sistema de governo local», tem procurado sistematicamente afastar os cidadãos da gestão pública, fomentar

a passividade, substituir a colegialidade pelo presidencialismo e pelo poder pessoal e sem controlo nos executivos.

A mesma orientação que se materializa na subalternização das Assembleias Municipais e de Freguesia, dificultando o papel de contribuição construtiva, debate, fiscalização e apresentação de alternativas que estes órgãos devem ter.

A mesma orientação que leva o Governo a fortalecer os governadores civis e as Comissões Coordenadoras Regionais (CCR), estruturas controladas pelo PSD, e a manter a escandalosa inconstitucionalidade por omissão que representa a não instituição das regiões administrativas, apesar das sucessivas promessas eleitorais e das necessidades decorrentes de um desenvolvimento participado e integrado, e mesmo das exigências que decorrem de uma reforma administrativa democrática.

A mesma orientação que leva o PSD a conceber os *media* como um instrumento da arte subtil da sua desinformação, da sua palavra de ordem «Resignai-vos portugueses e portuguesas que mesmo assim vivemos no melhor dos mundos...», e o que vocês vêem nas expressões de cólera e luta dos agricultores, dos pescadores, dos trabalhadores e dos estudantes, não passam de factos marginais organizados pelas «forças de bloqueio»...

A mesma orientação que mais recentemente tem levado, de pacote em pacote, de promessa em promessa, o Primeiro-Ministro e sucessivos ministros, de forma programada para efeitos mediáticos, a anunciar miríficos milhões depois de terem sido obrigados a abandonar a teoria do «oásis» e a terem de reconhecer a grave crise económica e social que atinge a vida nacional.

O intenso descontentamento e insegurança que percorre muitos estratos da sociedade portuguesa e a amplitude e diversidade das movimentações sociais de protesto que estão em curso indicam, na nossa opinião, o caminho necessário e indispensável para travar a política do Governo, a intensificação da luta de massas, coordenada com a acção institucional e com a preparação das eleições autárquicas.

Somos oposição firme e consequente, oposição que critica e propõe, que denuncia e constrói. A característica fundamental da nossa acção nas autárquias é a existência de muito mais obras realizadas quando comparado com a gestão de outras forças políticas e asseguradas com uma gestão democrática e participada.

Por isso, partimos com confiança para as próximas eleições autárquicas, pelo prestígio conquistado no trabalho realizado, pelo respeito adquirido no cumprimento da palavra dada, pela dedicação e empenho com que os eleitos da CDU põem na resolução dos problemas.

Como se afirma na «Proposta da CDU para as Autárquicas/93», a Coligação tem fortes razões para confiar na escolha das populações.

A conjugação dos esforços dos homens, mulheres e jovens que integram a CDU, e uma viva, verdadeira e dinâmica campanha eleitoral, permitirão uma grande votação na CDU, que confirme e reforce as suas posições e que constitua um contributo para uma alternativa democrática na vida política do País, para bem dos portugueses e de Portugal!

Na passada sexta-feira, a Comissão Coordenadora Nacional da CDU promoveu, no restaurante Valenciana em Lisboa, um encontro-jantar para a apresentação da Proposta da CDU para as Autárquicas/93, presidido pelo Professor Avelãs Nunes, que apresentou a Proposta, e tendo por oradores o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho (que encerrou as intervenções), Isabel de Castro, membro da Comissão Executiva do PEV, e Blasco Hugo Fernandes, presidente da Comissão Directiva da ID.

A iniciativa reuniu delegados da CDU de todo o País, decorrendo num ambiente de grande animação e convívio. Entre os mais de 200 participantes contavam-se numerosos e prestigiados autarcas, além de diversas personalidades, que fizeram questão de apresentar o seu público apoio à Coligação Democrática Unitária.

Pelas 20 horas, já o salão da «Valenciana» se encontrava quase cheio. Na mesa que dominava, ao fundo, o vasto serpentear de convivas até ao outro extremo do salão, o locutor Cândido Mota deu início ao conjunto de intervenções da noite com a segurança profissional e a boa disposição que se lhe reconhece.

O primeiro orador foi o Professor Avelãs Nunes: de forma coloquial, fez a apresentação da Proposta da CDU para as Autárquicas/93, que transcrevemos ao lado, antecedendo-a de um vivo protesto contra a condenação de Xanana Gusmão e a ilegitimidade da actuação do governo indonésio em relação a Timor e à luta dos timorenses pela liberdade e a autodeterminação.

As autarquias CDU vão mais longe

Seguiu-se no uso da palavra Blasco Hugo Fernandes, presidente da Comissão Directiva da ID, que após sublinhar que «um dos princípios básicos e programáticos da Intervenção Democrática (ID) que moldam a sua concepção de sociedade, é o da valorização e materialização da democracia participativa nos planos político, económico, social e cultural, a nível nacional e local», afirmou:

«Nos cerca de 20 anos pós-Abril, a árvore do poder local democrático lançou profundas raízes e adquiriu frondosa copa sob a qual as populações aprenderam a reconhecer a sua importância, a distinguir, no seu seio, o trigo do joio e, consequentemente, a valorizar a acção das formações políticas, como a CDU, na defesa e resolução desinteressada e empenhada dos seus problemas.

«Não admira que assim aconteça. As autarquias CDU oferecem trabalho, competência e honestidade, o que, só por si, representam um capital

precioso, sobretudo nos dias de hoje onde o egoísmo, o laxismo, a ausência de valores e de princípios são moedas correntes».

«Mas as autarquias CDU vão mais longe», disse. «A montante e a jusante da actividade desenvolvida, no equacionamento e solução dos problemas locais, procuram implicar ampla e profundamente as populações, mobilizando a sua inteligência e criatividade na construção autárquica comum, num quadro que se pretende de verdadeira democracia participada. Trata-se da segunda componente dos bons resultados nas autarquias CDU».

Um projecto de transformação

Isabel de Castro, membro da Comissão Executiva do PEV, falou de improviso. Explicando que Os Verdes «não têm do ambiente uma visão abstracta - quando falamos de fábricas lembramo-nos de quem lá trabalha, quando falamos de rios poluídos pensamos nos que sofrem as consequências», a oradora afirmou que o seu Partido está na CDU porque esta Coligação «tem um projecto de transformação». «Nas zonas geridas pela CDU - sublinhou - os problemas não se prendem com as infra-estruturas básicas, que já estão realizadas, ao contrário do que acontece em muitas autarquias dirigidas por outras forças políticas. Esse patamar está ultrapassado. Agora avança-se para o patamar seguinte, relacionado com a planificação, a gestão do território, o aproveitamento dos recursos, a protecção do ambiente, a preparação do futuro». E acentuou: «É este o nosso entendimento da participação na CDU».

Finalmente, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, proferiu a intervenção que concluiu os discursos do encontro-jantar, e que transcrevemos também nestas páginas, seguindo-se o repasto e um animado convívio entre os mais de 200 participantes, que ilustramos.





/93

Os cinco pontos duma Proposta nacional

É a seguinte, a Proposta da CDU para as Autárquicas/93 apresentada ao País na passada sexta-feira:

1. A CDU presente como grande força e alternativa autárquica

A CDU é uma coligação permanente na área do poder local juridicamente constituída pelo PCP e pelo PEV, mas que representa na realidade um largo espaço político unitário onde, com os dois partidos, intervém destacamente a ID e participam numerosos democratas e independentes.

A CDU estará presente nas próximas eleições autárquicas com uma proposta coerente e consistente que combina a obra realizada à inspirada e traduzida pelo lema «trabalho, honestidade e competência» à com a capacidade inovadora para encontrar as melhores soluções para os problemas e rasgar novos horizontes ao poder local.

A CDU é uma grande força autárquica, presentemente maioritária em 50 municípios e 345 freguesias, a que se juntam as posições das forças políticas que constituem a CDU na maioria que administra o município de Lisboa e 37 das suas freguesias. A CDU apresentará candidatas a praticamente todos os órgãos autárquicos do País.

A CDU assume-se como alternativa global ao PSD e ao PS em razão das suas posições e influência e sobretudo porque as suas orientações, a sua prática, a sua Proposta para as Autárquicas/93 exprimem um projecto nacional e um projecto autárquico perfeitamente diferenciados em relação ao da direita e ao do próprio PS, que com esta em tantos aspectos e tantas vezes se confunde.

2. O vasto trabalho realizado pela CDU

A CDU realizou um vastíssimo trabalho nas autárquicas que foi consolidado e aprofundado no actual mandato.

A percentagem de população abrangida com abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos e recolha de lixos nas autárquias geridas pela CDU é claramente superior à média nacional e atinge o dobro da percentagem da população abrangida em municípios administrados por outras forças políticas. No presente mandato, verificou-se um esforço particular no sentido de melhorar os níveis de abastecimento e a qualidade da água, de ampliar as redes de esgotos, de melhorar a limpeza urbana e a recolha de lixos, de avançar no tratamento de águas residuais e resíduos sólidos.

Proseguiu-se um vasto esforço de construção de estradas e caminhos municipais, que atinge centenas de quilómetros, além da recuperação e pavimentação de outras, facilitando as comunicações e quebrando o isolamento de muitas localidades.

Desenvolveu-se um profundo e generalizado esforço no domínio do ordenamento do território, tendo como base uma concepção integrada do desenvolvimento, a preservação ou recuperação do ambiente e da paisagem, os interesses das populações e a luta pela correcção de assimetrias regionais.

Foram desencadeadas múltiplas acções na área cultural, quer através da construção de equipamentos, quer através do apoio aos criadores culturais e da preservação e recuperação do património cultural, envolvendo centros históricos, conventos, castelos e outros monumentos, bem como a valorização de tradições e costumes e o apoio à etnografia e artesanato.

Desenvolveram-se e aprofundaram-se acções na área desportiva, quer construindo equipamentos, organizando provas e outras iniciativas, quer apoiando colectividades, com especial atenção para a juventude e as crianças.

Foi prestada particular atenção à construção de zonas

de recreio e lazer, à criação de espaços verdes e de equipamentos para a infância, juventude e terceira idade.

Acentuou-se a acção na área da educação, com particular realce para a construção de escolas, para a articulação da escola com o meio e da autarquia com os pais e os professores e para a acção social escolar.

Desenvolveu-se uma inovadora política específica de juventude com iniciativas para os jovens e apoio e estímulo ao associativismo juvenil que criou melhores condições de vida para os jovens dos respectivos municípios.

Pugnou-se pela segurança das populações através de acções de sensibilização relativas à protecção civil e de apoios às corporações de bombeiros e à construção de novos quartéis e esquadras.

Deu-se assinalável contributo ao fomento de habitação económica (ao mesmo tempo que se procedeu à responsabilização do Governo pela ausência de política de habitação que é da sua exclusiva competência), apoiando as cooperativas de habitação económica, promovendo a recuperação de bairros degradados ou clandestinos e fomentando programas de autoconstrução.

Prestou-se uma crescente atenção à área do desenvolvimento económico, criando zonas e realizando loteamentos industriais, promovendo feiras de actividades económicas e produtos de cada região, criando gabinetes para informar e atrair o investimento, inovando com iniciativas variadas de apoio directo às actividades económicas, dando uma atenção cada vez maior ao turismo.

Avançou-se na racionalização e modernização de serviços, na personalização e humanização do atendimento dos cidadãos, na desburocratização, na descentralização para as freguesias, na saúde ocupacional e na melhoria de instalações e serviços para apoio dos trabalhadores das autarquias.

Quando em minoria a CDU realizou igualmente um trabalho digno de nota tanto nos pelouros que foram distribuídos aos seus vereadores, quando tal aconteceu, como no combate a políticas erradas e na apresentação de alternativas através dos seus eleitos nas câmaras e juntas e nas Assembleias Municipais e de Freguesia.

O trabalho realizado não é isento de insuficiências. Foi igualmente afectado pelas políticas de corte de verbas e de imposição de encargos, centralização de poderes e ingerências. Mas, em todo o caso, confirma a CDU como uma grande força política, cuja gestão se revela altamente benéfica para as populações, marcando com o seu estilo o Poder Local e enriquecendo a vida democrática em Portugal.

3. Orientações para o próximo mandato

Na continuidade do valioso trabalho realizado, a CDU propõe-se no próximo mandato reforçar a atenção à qualidade das soluções adoptadas, estimular a participação dos cidadãos, através das antigas e de novas formas, prestar particular atenção às actividades socioculturais, ao ambiente e à luta pelo desenvolvimento económico, sem prejuízo do prosseguimento da construção de infra-estruturas e equipamentos.

Tendo em conta a gravidade das situações existentes à cuja responsabilidade cabe ao Governo e as responsabilidades da CDU, força maioritária na área metropolitana de Lisboa, será uma preocupação essencial trabalhar e contribuir para humanizar a vida nas cidades e nas áreas metropolitanas, combater a solidão, a marginalidade e os fenómenos de exclusão social, apoiar os trabalhadores imigrantes e as minorias étnicas.

Tendo em conta o facto de dois terços da população portuguesa viver no litoral e outra parte o aproveitar para recreio e lazer, tendo em conta as suas potencialidades e a degradação de uma boa parte deles, constituirá preocupação fundamental da CDU garantir o seu correcto aproveitamento e fruição, tendo em conta os inte-

resses das populações, e a conservação das riquezas naturais e paisagísticas e do património cultural.

Tendo em conta a deplorável situação do interior do País, em que prossegue a desertificação, o encerramento de serviços, a degradação das condições de vida, o envelhecimento da população e o atraso económico, a CDU lutará por uma política determinada de correcção de assimetrias regionais e de desenvolvimento do interior de Portugal.

Dispondo de candidatas com provas dadas na gestão autárquica e na luta em defesa das populações, ligados aos concelhos e freguesias onde são candidatas, com um património único de realizações, experiências e entreatada, a CDU estará em condições de, no próximo mandato, honrar a confiança que lhe for dada e de cumprir os programas eleitorais que apresentará.

4. Sobre a regionalização e a valorização do Poder Local

Tendo em conta a necessidade de promover o desenvolvimento equilibrado do País, realizar a reforma democrática da Administração Pública e alargar a democracia e a participação popular, a CDU insiste em que é urgente instituir as regiões administrativas.

A CDU insiste na necessidade do Governo cumprir a Lei de Finanças Locais, transferindo para os municípios as verbas a que têm direito e pondo termo à imposição de encargos sem contrapartidas.

A CDU preconiza a revisão do regime de tutela administrativa, limitando-a à mera fiscalização da legalidade e pondo termo à sua instrumentalização.

5. A importância de votar CDU

A par da grande importância que revestem para a vida das populações e das localidades e dos reflexos que terão no desenvolvimento regional e na regionalização, as próximas eleições autárquicas terão também evidentes repercussões na evolução da política geral do País.

Na verdade, o acto eleitoral de Dezembro representa uma ocasião política especial para que os portugueses exprimam todo o seu descontentamento com a política governamental do PSD, responsável, em grande medida, pela grave crise económica, social, política e moral em que o País está mergulhado.

As eleições autárquicas marcam também o início de um novo ciclo eleitoral. Os seus resultados poderão assim influenciar os resultados das eleições que se lhe seguem e contribuir para favorecer as condições para a criação de uma alternativa democrática à política e ao governo de direita.

Nas eleições autárquicas, o eleitorado escolherá prioritariamente as melhores propostas e os melhores candidatos para darem concretização às atribuições das autarquias ao serviço das populações. Nesse sentido, a opção pela CDU é a opção mais segura, garantida pelas provas dadas pela coligação democrática, que as populações reconhecem e os próprios adversários tantas vezes elogiam. A opção pela CDU é a que representa a mais firme e consequente condenação da política do Governo e traduz o decidido apoio às forças políticas que mais têm feito e mais se dispõem a fazer para afastar a direita do poder e fazer vingar uma alternativa democrática.

A CDU tem, por isso, fortes razões para confiar na escolha das populações.

21 de Maio de 1993

A Comissão Coordenadora Nacional da CDU-Coligação Democrática Unitária

«Conferência de Álvaro Cunhal»

«O comunismo hoje e amanhã»

«"Ciclo de Conferências e Debates"»
«"Conversas com endereço"»
Ponte da Barca- 21. Maio. 1993

Na passada sexta-feira, o camarada Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do Comité Central do Partido Comunista Português, deslocou-se a Ponte da Barca, onde, a convite da Câmara Municipal, participou numa conferência subordinada ao tema "Passado e Futuro do Comunismo em Portugal". Publicamos hoje, na íntegra, o texto da conferência:

O tema proposto para esta palestra - "O comunismo hoje e amanhã" - no ciclo promovido pela Câmara Municipal, cujo convite agradeço, sugere a necessidade de, perante as profundas alterações na situação mundial, nomeadamente a derrocada da URSS e de outros países do leste da Europa, responder a legítimas interrogações que certamente muitos de vós colocam ao reflectir sobre a questão: afinal o que é ser comunista hoje?, existem de facto hoje objectivos para os comunistas?, se existem, quais são?

Nesta palestra procurarei dar resposta a estas interrogações. Desde já adianto em síntese, como ideia introdutória, que a História, os factos, a vida mostram e justificam que afinal o comunismo continua a responder às necessidades e mais profundas aspirações dos trabalhadores e dos povos.

Procurarei, nas breves palavras que uma palestra consente, justificar esta afirmação.

1

A apreciação certa da época em que vivemos

Para quem queira ajuizar com segurança do significado dos grandes acontecimentos, tanto à escala mundial como à escala nacional, e das perspectivas da evolução da sociedade, torna-se necessária uma apreciação segura da época actual.

Neste findar do século XX, multiplicam-se as interpretações e caracterizações do que o século significou e significará na História da humanidade. Considerando a derrocada da URSS e dos regimes do leste da Europa, a mudança daí resultante da correlação mundial de forças e a nova pretensão de restabelecimento do domínio, exploração e hegemonia mundial pelo imperialismo, espalha-se a ideia de que o projecto comunista fracassou, de que "o comunismo morreu", de que "o comunismo não tem futuro" e de que afinal o capitalismo mostrou ser um sistema capaz de resolver os problemas da humanidade, um sistema superior e melhor que um sistema socialista.

Temos opinião diferente.

Nem o projecto comunista de uma sociedade nova e melhor deixou de ser válido, nem o capitalismo se mostrou ou mostra capaz de resolver os grandes problemas da humanidade e se pode considerar um sistema definitivo.

O capitalismo sofreu e certo alterações ao longo do século XX nas suas estruturas económicas e sociais. Desenvolveram-se a internacionalização dos processos económicos e sistemas de cooperação e de integração. As forças produtivas receberam poderoso impulso com a revolução científico-técnica.

Mas o capitalismo manteve e mantém as suas características essenciais, como sistema de exploração, opressão e agressão, marcado por injustiças, desigualdades e flagelos sociais. O capitalismo é um sistema em que há classes que exploram e classes que são exploradas, classes que dominam e outras que são dominadas, classes que governam em seu proveito e outras que, para seu mal, são governadas, classes que constituem uma minoria da população que concentra a riqueza e a usufrui em excesso e classes que constituem a esmagadora maioria da população que

vive com graves carências e que, em vastíssimos sectores, vive numa zona social sombria de pobreza e miséria.

Internacionalmente, o capitalismo é um sistema em que os países mais desenvolvidos, mais ricos e mais fortes exploram, dominam, subjagam e oprimem pelas mais variadas formas os países mais atrasados, mais pobres e mais fracos, mantendo e criando no mundo zonas imensas de fome que afecta e mata milhões de seres humanos.

Historicamente, o capitalismo no século XX está marcado por duas guerras mundiais que causaram muitas dezenas de milhões de mortos, por guerras regionais, por intervenções e agressões militares, por actos de terrorismo de Estado, por ingerências e imposições a outros povos da vontade dos mais poderosos.

Só quem esteja directamente interessado num tal sistema, ou quem não pense ou não queira pensar no que ele é e significa, é que pode considerar o capitalismo como um sistema que corresponde às necessidades, aos interesses, às reais aspirações dos povos.

Continuam assim a ser justas, justificadas e actuais a indignação e a luta contra os males do capitalismo. Continua a ter validade o ideal de uma sociedade melhor, na qual sejam eliminados a exploração, as desigualdades, as injustiças e os grandes flagelos sociais e seja dada satisfação às necessidades, interesses e mais profundas aspirações dos trabalhadores e dos povos.

Neste findar do século XX, a experiência do século mostra que há razões para que se não faça marcha atrás na História, se não limite a mais justa aspiração humana a um sonho sem esperança ou a uma utopia, mas que se insista na luta por um ideal que precisamente neste século XX começou a ser concretizado e realizado - o ideal comunista.

Ao ajuizarmos dos acontecimentos ocorridos neste século e as revoluções que tiveram lugar, muitas pessoas não reflectem que, com a revolução russa de 1917 e a criação da URSS, o Homem se lançou à tarefa pela primeira vez em muitos milhares de anos de História de construir uma nova sociedade sem classes exploradas nem classes exploradoras, uma sociedade de seres humanos livres e iguais.

Assiste-se actualmente a um esforço febril para reescrever a História. Procuram apagar ou ocultar os males insanáveis do capitalismo. E apagar, adulterar e caluniar tudo quanto a luta dos trabalhadores e dos povos trouxe de positivo para a humanidade.

E certo que o empreendimento da construção da nova sociedade - a sociedade socialista - se revelou mais difícil, mais complexa, mais irregular, mais acidentada e mais demorada do que nós, os comunistas, previmos e anunciámos.

Absolutizaram-se como leis objectivas de curso imparável leis relativas à evolução económica e social num determinado período histórico. Absolutizaram-se leis tendenciais relativas ao sistema capitalista que, sendo tendenciais, podiam ser contidas, e de facto de certa forma o foram,

por factores que as contraditavam. Acreditou-se na irreversibilidade do socialismo. Considerou-se quase como fatal que a competição económica entre os dois sistemas se resolveria a curto prazo a favor do socialismo.

Subestimaram-se factores subjectivos, todas as consequências de erros graves, a possibilidade de a partir do próprio poder político após a revolução se verificar um afastamento dos ideais comunistas conduzindo à mudança efectiva do exercício popular do poder político, à degeneração da democracia socialista, à estagnação e ulterior bloqueio das forças produtivas, à oposição do povo ao poder e, como resultado, à degeneração e desagregação do sistema socio-económico socialista.

Mau grado essas incorrectas apreciações e previsões, o facto é que o século XX ficará marcado na História precisamente por esse empreendimento gigantesco de transformação social que foi a concretização da sociedade socialista. Pelas suas grandes realizações e conquistas. Pela transformação radical do bem-estar dos povos. Por importantes direitos alcançados pelos trabalhadores. Pelo ruir do sistema colonial e a conquista da independência por povos secularmente dominados, explorados e colonizados por Estados estrangeiros. O que marca o século XX na História não é qualquer superioridade do capitalismo, mas as profundas e revolucionárias transformações sociais verificadas pela luta dos trabalhadores e dos povos do mundo.

O século XX não foi o século do "fim do comunismo" (como para aí apregoam) mas sim o século do "princípio do comunismo" como concretização e edificação de uma nova sociedade para o bem do ser humano.

2

A ortodoxia e a resposta criativa à realidade

Está condenado a ser ultrapassado pela História qualquer projecto político que se mantenha fixo, imóvel, incapaz de dar resposta às novas situações, aos novos fenómenos, aos novos acontecimentos.

A vida social está em permanente movimento. Num período histórico determinado, um projecto político que mantenha coerentemente linhas e objectivos fundamentais, para que seja válido não pode em caso algum fechar os olhos às realidades, nem cuidar que a teoria e as soluções práticas encerram verdades absolutas imodificáveis. Nós, os marxistas, consideramos que, na sociedade como na natureza, existem nas situações e nos fenómenos relações objectivas de causa e efeito. Somos deterministas. Mas não somos fatalistas. A dialéctica que enforma os nossos princípios teóricos aborda e explica a realidade em movimento, é crítica por natureza e implica que se recusem verdades absolutas, incluindo na formulação de "leis da dialéctica".

É uma acusação maldosa acusar o PCP de ser um partido ortodoxo. Ortodoxia é imobilidade e cristalização de pensamento, fé em vez de convicção política, incapacidade de reflectir, de analisar objectivamente e de acompanhar criativamente na elaboração teórica as mudanças das realidades objectivas.

Por isso, a reflexão actual do nosso Partido não é nem poderia ser a mesma de quando, há 72 anos, o PCP foi criado. Aprendemos com a vida, com os factos, com as realidades, com as experiências.

Corrigimos e enriquecemos as nossas análises. Estudamos as mudanças em todos os aspectos da sociedade e da vida da humanidade.

Este posicionamento explica e significa que o ideal comunista, o nosso projecto de sociedade socialista para Portu-



RESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
TRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



gal, não é hoje precisamente igual ao que era quando o nosso Partido foi criado.

Durante muitos anos, a sociedade socialista, tal como a apontamos como objectivo, foi definida (e foi correcto tê-la definido assim) segundo duas referências fundamentais: as definições genéricas, por vezes circunstanciais, de Marx, Engels e Lênine e as soluções e realizações do primeiro Estado socialista - A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Os processos e transformações revolucionários ao longo do século, o empreendimento da construção do socialismo nas condições económicas, sociais e políticas mais variadas em países de todos os continentes, a diversidade das vitórias e êxitos e as derrotas e fracassos e, nomeadamente, a derrocada da URSS e dos países do leste da Europa, indicaram porém que não há nem pode haver um modelo universal de socialismo, que a diferença de situações implica a diferença de soluções, e que na construção da nova sociedade há que discernir os elementos que a impulsionam e asseguram e factores negativos que a contradigam e possam conduzir à sua própria destruição.

Avançando nos caminhos desconhecidos da construção da sociedade nova não só é indispensável descobrir as soluções certas mas é também indispensável a prevenção e atenção à surpresa e ao inesperado e a preparação para se estar em condições de dar, com criatividade, respostas adequadas às novas situações.

3

A teoria e a revolução

Se consideramos um século XX como o século de grandes conquistas e mudanças sociais revolucionárias, coloca-se a questão de saber a que forças sociais e políticas se devem essas conquistas e mudanças.

As grandes transformações progressistas realizadas no mundo ao longo do século XX estão ligadas a três elementos principais de que são inseparáveis: a luta dos trabalhadores, designadamente da classe operária, das massas populares, dos povos submetidos; a acção de forças revolucionárias orientadoras e mobilizadoras da energia popular transformadora, com papel preponderante dos partidos comunistas; uma teoria revolucionária, o marxismo-leninismo, que ganhando as massas se tornou uma força material e que permitiu não apenas explicar o mundo mas ser um guia para a acção transformadora.

A reflexão sobre estes elementos e o seu papel comportam numerosos aspectos que, pela sua amplitude e complexidade, não cabem no âmbito de uma curta palestra. Permite que afluam apenas algumas questões relativas à teoria.

Primeira observação.

Considerando a influência e a força da teoria revolucionária no século XX, é infundada a tentativa de opor o pensamento de Marx ao pensamento de Lênine e vice-versa. As teorias de Marx foram desenvolvidas por Lênine a partir da análise do desenvolvimento do capitalismo, das transformações económicas e sociais, dos novos conhecimentos científicos, da experiência da luta revolucionária.

É sintomático que aqueles que começam por abandonar Lênine, acabam por abandonar Marx.

O abandono do leninismo por alguns partidos comunistas conduziu-os a converterem-se em partidos social-democratas ou social-democratizantes. O abandono do pensamento de Marx por partidos socialistas e social-democratas, que durante muitos anos se afirmaram de inspiração ideológica marxista, conduziu-os a afastarem-se totalmente de posições socialistas.

Segunda observação.

Com Marx, a utopia converteu-se em pensamento político e este em acção revolucionária. Com Lênine, o projecto político e a acção revolucionária converteram-se na revolução vitoriosa, na realização concreta do objectivo de construção da sociedade nova - a sociedade socialista, considerada como primeira fase do comunismo.

Silenciar Lênine é silenciar a revolução socialista, a grande e histórica realização da Revolução de Outubro e o poderoso e determinante impulso que a revolução socialista e a teoria revolucionária deram à luta emancipadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo ao longo do século XX.

Nós, os comunistas portugueses, consideramos como elemento vivo do nosso património ideológico, da nossa experiência política, dos nossos objectivos, os ensinamentos históricos do pensamento e da

acção tanto de Marx como de Lênine. O marxismo-leninismo, teoria dialéctica que é, mantém a validade e actualidade dos seus princípios e valores essenciais.

Terceira observação.

Ao mesmo tempo que confirmamos a teoria revolucionária de actualidade neste findar do século, sublinhamos que a teoria não pode ser compreendida como um todo de princípios tidos como verdades absolutas e imutáveis. A teoria nasce da vida e deve responder criativamente à vida.

Esta afirmação exige que se abordem em termos históricos com abertura e serenidade algumas grandes incompreensões.

Durante muitos anos, verificou-se na generalidade dos partidos comunistas uma cristalização e absolutização de princípios teóricos, que no momento dado corresponderam com rigor a uma situação determinada, mas que deixaram de corresponder em novas ou noutras situações.

Foi frequente, no movimento comunista, procurar-se resposta às situações, não através da análise respectiva e do correspondente aprofundamento e enriquecimento teórico, mas através da transcrição de textos de Marx e Lênine, de contestável validade nas novas condições.

Na definição da perspectiva da revolução socialista pesou, sem dúvida, uma visão simplista dos processos económicos, sociais e políticos e a sobreposição de análises, princípios e ideias cristalizadas às mudanças por vezes profundas da realidade.

Assim, por exemplo, partindo da justa conclusão de que, num estágio avançado do desenvolvimento do capitalismo, a apropriação pelos capitalistas dos meios de produção tendo como corolário a exploração dos trabalhadores não só contraria como impede o desenvolvimento das forças produtivas, concluiu-se (e correctamente) que tais contradições seriam superadas pelo modo de produção socialista, ou seja, pela propriedade social dos principais meios de produção e pela abolição da exploração capitalista, abrindo caminho ao rápido e impetuoso desenvolvimento das forças produtivas.

As revoluções socialistas que se verificaram no mundo mostraram que essa conclusão era justa. A Revolução de Outubro de 1917 transformou a atrasada Rússia semifeudal na segunda potência económica do mundo num tempo historicamente curto. Em praticamente todos os países onde se verificaram revoluções socialistas, foi impressionante o desenvolvimento das forças produtivas nomeadamente na indústria e agricultura.

Tanto os princípios teóricos como a prática tornaram legítima a conclusão de que, na competição económica entre o capitalismo e o socialismo, agravando-se a crise económica do capitalismo e prosseguindo o ritmo do desenvolvimento económico dos países socialistas, estes ultrapassariam o capitalismo num curto período histórico, o que significaria a vitória do modo de produção socialista em termos mundiais, a aproximação da mudança histórica do capitalismo pelo socialismo.

A questão que se coloca hoje à nossa reflexão é o saber quais as razões por que a partir de determinado momento tal evolução não prosseguiu. Quais as razões por que afrouxou o ritmo do desenvolvimento económico e se entrou numa fase de estagnação nos países socialistas, nomeadamente na União Soviética. Quais as razões por que o capitalismo nos países mais desenvolvidos teve capacidade de um novo e poderoso arranque das forças produtivas, nomeadamente com as novas conquistas científicas e as novas e revolucionárias realizações tecnológicas.

A realidade mostra que se considerou de forma esquemática a evolução das sociedades, que se atribuiu um valor absolutizado a leis objectivas do desenvolvimento. Mostra, por outro lado, que na construção da nova sociedade se abandonaram princípios, orientações e soluções integrantes do ideal comunista, que, se tivessem sido assegurados e aplicados, estamos convictos de que teriam confirmado o rigor da referida conclusão teórica.

Pela nossa parte, reflectimos sobre estas lições e tiramos as necessárias consequências na investigação, elaboração, correção e aprofundamento da teoria e na definição mais rigorosa do projecto de uma sociedade socialista para Portugal.

4

O fracasso de um "modelo" que se afastou do ideal comunista

Esta forma do PCP compreender a teoria e a prática revolucionárias vem de há muitos anos. Tornou-se particularmente imperativa com a derrocada da URSS e do regime existente noutros países no leste da Europa. Estes acontecimentos foram festivamente anunciados pelos propagandistas do capitalismo como prova de que a revolução socialista tinha sido um logro histórico, o fracasso histórico do ideal comunista. Anunciaram, em consequência, "a morte do comunismo" e daí logo concluíram e anunciaram alguns a inevitabilidade e próxima morte dos partidos comunistas.

Tais ideias, profusamente espalhadas, suscitam algumas considerações fundamentais.

Em primeiro lugar, tanto a Revolução de 1917 na Rússia, a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a construção da sociedade nova, como outras revoluções de carácter socialista que se verificaram no leste da Europa, na Ásia, na América e com objectivos mais limitados em África, foram assinaladas por extraordinárias realizações, transformações e conquistas progressistas de carácter económico, social, cultural e político que, como atrás foi referido, transformaram, no século XX, a face do mundo.

Em segundo lugar, o que fracassou não foi o ideal comunista mas um "modelo" de sociedade que em aspectos fundamentais se afastou de tal ideal. Não foram apenas "erros humanos", embora também o tenha havido, mas uma concepção, uma prática política e um exercício do poder que de facto se afastaram do ideal comunista.

Afastaram-se no que respeita à questão central do poder e do seu exercício, substituindo-se o poder dos trabalhadores, o poder popular, por um poder fortemente centralizado cada vez mais distante das aspirações, participação, intervenção e vontade do povo.

Afastaram-se no que respeita à democracia sempre justamente proclamada como elemento e valor integrante da sociedade socialista mas que depois de uma fase revolucionária sofreu na sua vertente política graves limitações de carácter repressivo e infracções à legalidade.

Afastaram-se no que respeita às estruturas socioeconómicas e ao desenvolvimento económico com a centralização e estatização excessivas, a eliminação de outras formas de propriedade e de gestão, o desprezo pelo papel do mercado e a desincentivação do empenhamento e produtividade dos trabalhadores.

Afastaram-se no que respeita à natureza e ao papel do partido comunista, em que se verificou igualmente uma direcção altamente centralizada e burocratizada, o distanciamento progressivo dos trabalhadores e das massas populares, a fusão e confusão das funções do partido e do Estado e a imposição administrativa de decisões tanto no partido como no Estado.

Afastaram-se, no que respeita à teoria, por um lado, pela cristalização e dogmatização do marxismo-leninismo, por outro lado, pela revisão e abandono de princípios essenciais - num caso e noutro pela sua imposição como ideologia do Estado.

Estas considerações são de particular importância não apenas para a análise histórica dos acontecimentos, mas como experiência que se impõe assimilar para a definição mais rigorosa dos objectivos futuros dos comunistas para a construção do socialismo.

Em terceiro lugar, uma tão grave situação exigia não apenas a correcção de erros pontuais mas mudança radical das orientações e uma real reestruturação da sociedade no plano económico, social e político. Consolidando as grandes conquistas revolucionárias, restabelecendo o poder político do povo, instaurando efectivamente a democracia no Estado, no partido e na sociedade, superando a estagnação, aproveitando as potencialidades do sistema socioeconómico muito longe de estarem esgotadas - impunha-se promover a renovação criativa e o reforço da sociedade socialista.

Ao anunciar-se a "perestroika" na União Soviética, esses objectivos foram apontados como objectivos fundamentais e isso explica a posição favorável e a atitude solidária que o PCP então adoptou para com o PCUS. Explica também as reservas que desde a primeira hora adiantamos em relação à atitude negativista relativamente ao passado, a novas formulações ideológicas e principalmente às concepções, objectivos, forças e processos contra-revolucionários visando a destruição do socialismo e a restauração do capitalismo que logo começaram a desenvolver-se à sombra da "perestroika" e que adquiriram extrema gravidade por partirem das mais altas instâncias do poder do Estado e do partido, de dirigentes que traíram os seus compromissos e deveres.

A evolução da situação na URSS e países do leste da Europa comprovaram infelizmente as reservas e atitudes do PCP relativamente ao processo em curso da "perestroika". A derrocada e liquidação da URSS e a catastrófica situação que foi criada nesses países, a mudança da correlação de forças a nível mundial, e o aproveitamento da nova situação pelo imperialismo para tentar de novo impor a sua hegemonia mundial contra a luta libertadora dos trabalhadores e



dos povos, utilizando todas as armas (económicas, financeiras, políticas, diplomáticas, militares), as ingerências, intervenções, agressões e guerras a que diariamente assistimos indicam que não só subsiste como se reforça a necessidade da luta dos comunistas por aqueles objectivos que foram através do século a razão de ser da sua existência e da sua luta.

Em quarto lugar, nós, os comunistas portugueses, não tínhamos realizado em todos os seus elementos, e muito menos explicitado antes da derrocada na URSS e noutros países do leste da Europa, análises e críticas que actualmente fazemos. Tivemos esperança (que os acontecimentos mostraram ser demasiado optimistas) numa correcção dos apontados aspectos negativos da evolução e da política nesses países.

É porém indispensável sublinhar que na nossa luta, nos nossos conceitos, no nosso Programa, nos nossos princípios teóricos, na nossa prática revolucionária, nos nossos objectivos do socialismo para Portugal, **há muito tínhamos adoptado e seguido um caminho próprio basicamente diferente de um tal "modelo" e a nosso ver traduzindo o ideal comunista tal como em aspectos essenciais nós, os comunistas portugueses, sempre o entendemos e lutámos e lutamos para que venha a ser realizado em Portugal.**

Um "modelo" fracassou. Mas o ideal comunista continua válido, vivo e com futuro.



mo monopolista, promovendo a rápida centralização e concentração de capitais, acentuando a distância entre um pólo de grande riqueza acumulada e um pólo de pobreza e miséria.

Na social, promovendo o desemprego e a precarização do emprego, os despedimentos, os tectos salariais, a liquidação de direitos e benefícios sociais, a situação de miséria dos reformados e deficientes, a discriminação das mulheres, a degradação dos serviços de saúde, a habitação inacessível, o ensino vedado à grande massa dos jovens através do aumento das propinas.

Na política, desrespeitando a Constituição e a legalidade, governamentalizando e absolutizando o poder, liquidando mecanismos de fiscalização da acção governativa, espartilhando os direitos da oposição, criando novas políticas políticas, protegendo a própria corrupção, apossando-se e instrumentalizando grandes meios de comunicação social, elaborando novas leis eleitorais que lhe assegurem manter-se no poder mesmo quando em futuras eleições perca a maioria.

Na cultural, ressuscitando valores retrógrados e reacionários e impondo uma política de partidarização e capela no ensino e na intervenção do Estado nas áreas da ciência e das artes.

Na nacional, tomando na CEE uma atitude submissa e de sacrifício dos interesses portugueses a interesses estrangeiros e fazendo ratificar o Tratado de Maastricht, atentatório da independência e soberania de Portugal.

Nós, comunistas, concebemos de forma diferente os elementos e os valores da democracia.

6

Democracia e socialismo

Não tem qualquer fundamento a ideia muito espalhada nas campanhas anticomunistas de que os comunistas lutam de facto por transformações económicas e por objectivos sociais, mas não pela liberdade, não pela democracia política.

Analisando com atenção **o que foram ao longo dos anos - no tempo da ditadura, na revolução de Abril, desde então e agora - os objectivos da luta imediata e a curto e a médio prazo e os objectivos programáticos do PCP, encontramos sempre com incontestável evidência (ainda que respondendo com medidas diversas a situações diversas) a simultaneidade e complementaridade de objectivos democráticos nas áreas económica, social, política e cultural, dando sempre particular relevo à liberdade e à democracia política.**

A vida tem mostrado que uma das mais sólidas indicações do verdadeiro sentido dos programas ou promessas de um partido ou de um governo relativas ao futuro é o sentido da sua acção presente. **O verdadeiro sentido dos programas de um partido pode ler-se, mais talvez do que nas palavras, nos seus actos, na sua acção, na sua luta através dos anos.**

A coerência de uma força política revela-se tanto quando nos seus objectivos mais distantes estão presentes valores da sua luta imediata, como quando nos objectivos da sua luta imediata estão presentes valores dos seus objectivos mais distantes.

Examine-se a luta quotidiana e os programas do PCP através dos anos.

Não é excessivo lembrar que, ao longo de quase meio século de ditadura fascista, **o PCP foi a grande força da resistência, o grande impulsor e organizador da luta popular e democrática e que face à repressão e ao terror nenhuma outra força política travou um combate mais decidido, com tanta dedicação e sacrifícios, pela liberdade e pela democracia.**

Não é excessivo lembrar que gerações e gerações de comunistas dedicaram as suas vidas à luta pela liberdade e

a democracia. Que milhares de comunistas sofreram perseguições, prisões, torturas, condenações por tribunais fantoches. Que houve comunistas que viveram e lutaram na clandestinidade 10, 20 e até 30 anos seguidos. Que houve comunistas que passaram nas prisões 20 anos e mais. Que houve comunistas torturados pela polícia até à morte por se negarem a trair os seus camaradas. Que muitos comunistas conseguiram evadir-se das prisões, para de novo se consagrarem à luta com todas as duras exigências e perigos.

Tão-pouco é excessivo lembrar que **no 25 de Abril**, os comunistas, ao contrário das acusações que contra eles foram movidas, tiveram um papel em muitas circunstâncias decisivo para a instauração das liberdades e da democracia.

É pura invenção dizer que os comunistas com o 25 de Abril quiseram instaurar uma ditadura. Quem quis impedir a instauração de um regime democrático e impor a instauração de uma ditadura foram aqueles que logo em Julho de 1974, quando do Governo Palma Carlos, tentaram um golpe, e tentaram outro em 28 de Setembro e outro ainda em 11 de Março de 1975 e ainda aqueles que, tendo participado no 25 de Novembro desse ano, quiseram levar o golpe até às extremas consequências pretendendo entre outras medidas ilegalizar o PCP e liquidar o movimento sindical.

Sem possibilidade de contestação, os comunistas tiveram em todos esses anos **um papel do mais alto relevo para a instauração do regime democrático, a elaboração da Constituição pela Assembleia Constituinte, e a sua promulgação em 2 de Abril de 1976.**

A dura e ímpar experiência do PCP, no que respeita ao conhecimento directo ao longo de dezenas de anos de ditadura do que significam, no concreto, a ausência de liberdade e a repressão, e o facto de, ao longo dessas dezenas de anos, a luta pela liberdade e a democracia ter sido um objectivo central e um eixo central da luta do Partido em todas as frentes, **inseriu e radicou os valores da liberdade e da democracia nos objectivos do PCP a curto, a médio e a longo prazos, incluindo o objectivo de construção de uma nova sociedade libertada da exploração, da opressão, das injustiças, desigualdades e flagelos sociais do capitalismo - uma sociedade socialista.**

As mesmas conclusões se podem tirar examinando os Programas do PCP.

Assim foi no Programa do PCP aprovado em 1965 para a revolução antifascista caracterizada como uma "revolução democrática e nacional" tendo como "objectivo central" a conquista da liberdade no quadro de oito objectivos fundamentais: destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático, liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral, realizar a reforma agrária na região do latifúndio, elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, democratizar a instrução e a cultura, libertar Portugal do imperialismo, reconhecer aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência e seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

Assim foi na Revolução de Abril na acção dos trabalhadores e das massas populares que levou às grandes conquistas democráticas que vieram a ser consagradas na Constituição.

Assim tem sido na luta contra a política dos governos de direita desde que se desencadeou o processo contrarrevolucionário.

Assim é no actual Programa do PCP para "uma democracia avançada no limiar do século XXI", que aponta "cinco componentes ou objectivos fundamentais": um regime de liberdade no qual o povo decida o seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno; um desenvolvimento económico assente numa economia mista ao serviço do povo e do País; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo; uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Assim é também na sociedade socialista que propomos como perspectiva ao povo português. Também a sociedade socialista por que lutamos deverá aprofundar os objectivos democráticos nas quatro vertentes e incorporar e desenvolver os elementos fundamentais (económicos, sociais, políticos e culturais) da democracia avançada (Programa do PCP, XIV Congresso, Cap.III. Pg. 69), em cuja definição e concretização se "projectam, como realidades, necessidades objectivas, experiências e aspirações, os grandes valores da Revolução de Abril".

O XIV Congresso do PCP, realizado em Dezembro do ano passado, teve como lema **"Democracia e socialismo - o futuro de Portugal"**. Este lema aponta duas ideias e dois elementos fundamentais do nosso projecto e da nossa luta.

A luta quotidiana, os objectivos imediatos, as ideias programáticas a curto e médio prazos, o projecto de uma sociedade socialista para nós, os comunistas portugueses, tiveram sempre a democracia como elemento essencial.

Democracia económica, social e cultural que são inexistentes em países de sistema capitalista e são elementos integrantes do ideal comunista. E democracia política que em países de sistema capitalista é limitada, espartilhada e discriminada com critérios de classe; e que segundo o ideal comunista deve assegurar o poder popular efectivo, a fiscalização e controlo da acção governativa, formas de democracia participativa, um Estado democrático e a igualdade e

5

As quatro vertentes da democracia

A relação entre socialismo e democracia foi, ao longo do século e continua a ser na actualidade em Portugal e no mundo, um dos grandes temas da luta ideológica e política.

A experiência do movimento revolucionário mundial e a experiência da nossa própria luta confirmam a ideia de que **são inseparáveis e complementares quatro vertentes principais da democracia: a económica, a social, a política e a cultural.**

Acrescente-se que a experiência confirma também que **uma quinta vertente, a vertente nacional, a independência e soberania nacionais** (que os processos de internacionalização e de integração podem pôr em causa) é com frequência necessária para assegurar num país dado (é o caso de Portugal) a democracia e o seu aprofundamento.

Da mesma forma, a experiência confirma, em sentido inverso, que **governos ao serviço do capital desenvolvem, embora em graus diversos, uma actuação antidemocrática nessas mesmo quatro vertentes e frequentemente também uma actuação antinacional na quinta vertente indicada.**

Há quem pretenda convencer que na sua prática política as quatro vertentes são separáveis. Há partidos que se afirmam grandes defensores da democracia política e ao mesmo tempo defendem - e, quando no governo, promovem - o domínio e o poder dos grandes grupos monopolistas e a liquidação de direitos e liberdades dos trabalhadores.

É, porém, fácil de ver que, **num país capitalista, à ausência de democracia económica e social correspondem com evidência graves limitações à democracia política.**

Esta tese não é nova da nossa parte. O PCP assumiu uma posição crítica nomeadamente em relação aos chamados regimes de democracia burguesa parlamentar em países em que o sistema socioeconómico é o capitalismo monopolista.

Num país de capitalismo monopolista, a democracia política tem uma natureza de classe e é fortemente condicionada e mesmo determinada por essa natureza de classe. O sistema de poder e o Estado são concebidos para garantir o domínio não apenas económico mas político do grande capital. Embora a igualdade de direitos dos cidadãos seja reconhecida em termos legais, são impostas de facto gravíssimas discriminações e desigualdades. A abissal desigualdade económica e de meios financeiros e materiais entre as classes exploradoras e as classes exploradas cria uma desigualdade efectiva no exercício das liberdades e direitos democráticos. O poder político é exercido directamente pelo grande capital (capitalismo monopolista de Estado) ou indirectamente pelos seus agentes. Como garantia suprema, a democracia política num país capitalista é em geral concebida (nomeadamente através de sistemas eleitorais) de forma a impedir que os trabalhadores possam vir a substituir os capitalistas no governo.

Na situação portuguesa actual, a acção do Governo do PSD é um exemplo esclarecedor de ofensivas antidemocráticas simultâneas, complementares e inseparáveis nas quatro vertentes apontadas.

Na economia, reconstituindo e restaurando o capitalis-

EM FOCO

o efectivo exercício de direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

Ao contrário do que nos acusa o anticomunismo, o ideal comunista é, de todos os projectos políticos conhecidos, o ideal mais democrático e humanista.

7

A Revolução de Abril e o socialismo

A Revolução de Abril constituiu um dos momentos mais empolgantes na História de Portugal. Desencadeada pelo levantamento militar do dia 25 e seguida no imediato por um levantamento popular, a revolução transformou profundamente a sociedade portuguesa. Foi antes de mais o derrubamento da ditadura fascista, a libertação da opressão e do terror de 48 anos, a conquista da liberdade e a instauração de uma democracia política. Mas foi mais do que isso. Foi também a libertação do domínio absoluto sobre a economia e a política dos grandes grupos monopolistas com a nacionalização dos sectores básicos. Foi a substituição da imensa propriedade latifundiária do Ribatejo e Alentejo por novas explorações que, no processo de reforma agrária, desbravaram terras incultas, aumentaram radicalmente a produção, puseram fim ao desemprego e asseguraram o melhoramento das condições de vida das populações nessas regiões. Foi a conquista de importantes direitos e benefícios sociais pelos trabalhadores, as mulheres, os jovens, as camadas mais desfavorecidas.

Existem grandes diferenças de opinião acerca da caracterização da Revolução de Abril. Nós, os comunistas, no tempo da ditadura, no VI Congresso realizado em 1965, ao definirmos no Programa do nosso Partido os objectivos da futura revolução antifascista, não a caracterizámos como uma revolução socialista, mas sublinhámos entretanto que a sua realização completa "criaria condições favoráveis para a evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo".

Muitos daqueles que hoje combatem a Revolução de Abril, considerando que foi um mal e um erro e que assim reescrevem a História, acusam o PCP de ter querido, contra a vontade geral, impor transformações de carácter socialista e de ter apontado à revolução o caminho do socialismo.

Tais opiniões exigem um esclarecimento.

Ao contrário de partidos que procuram fazer esquecer o que foram as suas declaradas posições e o que foram as suas promessas, nós, os comunistas, nunca tivemos nem temos nada a esconder do que foram e são os nossos objectivos, a nossa intervenção e a nossa luta.

Se se fala do 25 de Abril, da democracia e do socialismo, vale a pena lembrar dois factos.

O primeiro é que a Constituição elaborada e aprovada em 1975/76 pela Assembleia Constituinte definiu "a República Portuguesa" como "um Estado democrático" (...) que tem por objectivo "assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras" (art. 2º). Explicou que "a organização económico-social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialistas, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos" (art. 80º) eliminando a formação de monopólios privados, procedendo a nacionalizações e realizando a reforma agrária (art. 81º). Além destes preceitos, toda a Constituição caracterizava o sistema e o regime como uma "fase de transição para o socialismo" (art. 89º).

Ora, a Constituição não foi apenas obra dos deputados comunistas, nem aprovada apenas com os votos dos comunistas que, aliás, tinham apenas 30 lugares no total de 250. A Constituição foi elaborada pela Assembleia Constituinte e foi aprovada com os votos favoráveis do PS e do próprio PSD (então PPD).

O segundo facto que muitos procuram fazer esquecer, é que não era só o PCP mas a generalidade das forças que apoiavam a liquidação do fascismo e que no seu programa apontavam a democracia portuguesa como caminho para o socialismo.

Assim, o Programa do Partido Socialista então dirigido por Mário Soares, proclamava ("Declaração de Princípios" aprovada no Congresso de Dezembro de 1974) que "o capitalismo é uma força opressiva e brutal", que "o PS luta pela sua total destruição" (1.11.), "combate o sistema capitalista e a dominação burguesa" (1.6.), "repudia o caminho daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas e até socialistas, acabam por conservar, deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo" (1.7), defende "um plano escalonado de nacionalizações" (2.2.5.) e "um plano escalonado de reforma agrária visando a expropriação do latifúndio" (2.2.7), etc.

Também o actual PSD, então PPD, tendo como secretário-geral Sá Carneiro, apontava o mesmo caminho. No Programa aprovado no 1º Congresso Nacional realizado em 23/24 de Novembro de 1974 criticava "a propriedade privada sem limitações substanciais". Indicava como objectivo "modificar a estrutura da economia expandindo progressivamente o sector da propriedade social dos meios de produção" (p. 100). Defendia as nacionalizações, nomeadamente em "sectores-chave e indústrias básicas" (p. 103)



como um dos meios para conseguir o estabelecimento de uma sociedade justa e livre" (p. 102) e uma "reestruturação fundiária" a considerar um "Instituto da Reforma Agrária" (p. 115). Em síntese, declarava ser objectivo do PPD a "implantação em Portugal" de "um socialismo democrático e humanista" (p. 99).

Tanto as profundas transformações e conquistas revolucionárias realizadas pela revolução como a inscrição do socialismo nos Programas dos partidos como o objectivo explicitamente proclamado mostram como tais transformações e conquistas correspondiam a necessidades objectivas e à opinião e vontade popular expressas nesses anos na irresistível vaga revolucionária.

Graves divisões e conflitos nas forças armadas, pressões e ingerências externas, excessos anarquizantes de grupos esquerdistas, conspirações, golpes e tentativas de golpes contra o curso revolucionário, por parte de partidos e forças que declaravam apoiá-lo, conduziram a um processo contra-revolucionário que ainda actualmente continua, visando a destruição de conquistas de Abril e a restauração do capitalismo monopolista do tempo do fascismo, a destruição de direitos fundamentais dos trabalhadores e, se não a instauração de uma nova ditadura, a degeneração da democracia política e a instauração de um regime de cariz autoritário.

O PS meteu o socialismo na gaveta. E o PSD nem sequer o meteu na gaveta porque muito simplesmente o rasgou desde a primeira hora.

O PCP teve e tem um comportamento diferente. Como desenvolvimento da democracia avançada em todas as suas vertentes, o objectivo da construção de uma sociedade nova, uma sociedade socialista, é um objectivo assumido como uma das razões de ser do próprio Partido.

A luta por uma sociedade socialista não é para o PCP palavras ditas porque num momento determinado correspondem aos ventos dominantes. É um ideal, é um objectivo, é uma convicção, é uma luta, sempre clara e coerentemente assumidos, mesmo nas condições mais difíceis e desfavoráveis.

Tal como, ao definirmos os objectivos da revolução antifascista, da revolução democrática e nacional, dizíamos que a sua realização completa "criaria condições favoráveis para a evolução da sociedade portuguesa rumo ao socialismo" assim também, actualmente, ao propormos ao povo português o programa de "uma democracia avançada no limiar do século XXI", apontamos "a sociedade socialista como objectivo e como perspectiva".

8

Ser comunista, hoje e amanhã

Este objectivo de transformação da sociedade portuguesa constitui um dos traços essenciais da identidade do PCP.

Respondendo à questão "O que é ser comunista hoje?" pode assim principiar-se por dizer que ser comunista é ter como objectivo a construção em Portugal de uma sociedade socialista que, ao contrário do que sucede com o sistema socioeconómico capitalista, **conceba e concretize como inseparáveis as quatro vertentes da democracia.**

Mas a nossa resposta à pergunta "O que é ser comunista hoje?" contem necessariamente numerosos outros aspectos relativos às ideias, aos objectivos, à acção, à luta, à mentalidade, aos conceitos éticos dos comunistas portugueses.

Ser comunista, num partido como o Partido Comunista Português, que sempre foi, é e se define como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é defender (sempre com os trabalhadores, sempre com o povo) os seus justos interesses, direitos e aspirações, contribuir para a sua organização, a sua unidade e o desenvolvimento e êxito

das suas lutas. E não só. Defender também os interesses e direitos dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das mulheres, da juventude, dos reformados, dos deficientes, de todos aqueles que são atingidos e feridos pela política ao serviço do grande capital e que constituem uma ampla frente social de cuja intervenção na vida nacional dependerá o futuro do país. E estar sempre atento a todas as grandes desigualdades, injustiças e discriminações sociais e lutar e organizar a luta para que sejam corrigidas e para lhes pôr termo.

Ser comunista, na continuidade da acção do PCP ao longo de mais de 72 anos da sua existência, é lutar consequentemente pelas liberdades e a democracia (lutar nas movimentações sociais, na Assembleia da República, nas autarquias, no Parlamento Europeu, em todas as áreas da vida nacional), lutar com as massas populares, lutar pela unidade dos trabalhadores, pela confluência da luta das classes e estratos sociais antimonopolistas, lutar pela unidade ou convergência das forças democráticas, lutar por uma alternativa democrática. É defender o desenvolvimento económico tendo também como elemento integrante o progresso social, nomeadamente o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral e não como sucede com a política do Governo actual em que se procura o crescimento económico à custa do agravamento das condições de vida e de trabalho do nosso povo.

Ser comunista é lutar pela amizade e cooperação dos povos, das nações e de Estados, pela paz e a segurança, ser patriota português, defensor da independência e soberania nacionais e do direito inalienável do povo português decidir do seu próprio destino e ser também activamente solidário para com os trabalhadores e os povos de todos os países na luta pelos seus justos direitos e aspirações.

Ser comunista, nas condições actuais de Portugal, é lutar não apenas nas palavras mas nos actos contra um Governo de direita que não serve o povo nem o país, que arruína a economia portuguesa, degrada a situação social, perverte a democracia e compromete a independência e soberania nacionais.

Ser comunista é confiar no povo e nas potencialidades populares de compreensão, de determinação, de luta e de realização. É manter sempre estreita ligação com o povo, transmitindo ao povo os conhecimentos, a capacidade e a experiência do Partido, e recebendo do povo elementos essenciais para o conhecimento rigoroso dos problemas e receber também opinião, e apoio, e estímulo, e participação que se traduzem em poderosa energia revolucionária capaz de transformar a vida social para melhor. É ter consciência de que são os povos que acabam sempre por decidir da História e de que o socialismo só poderá ser construído por decisão e empenhamento do povo e nunca contra a sua opção e vontade. É ter confiança em que a luta, o futuro para a humanidade será melhor que o presente.

Ser comunista é compreender e praticar a política não para se servir da política em benefício próprio, mas para através da acção política servir o povo e o país. Com verdade, com convicção, com serena firmeza, com consciência tranquila. Mantendo vivos no pensamento e na acção valores básicos elementares como a igualdade de direitos, a generosidade, a fraternidade, a justiça social, a solidariedade humana.

Talvez tendo por certo que este fim do século é "a morte do comunismo" há quem diga que, se nós, comunistas, nos afirmamos de pé, firmes e convictos, é para morrermos de pé. A verdade (como já temos referido) é que, se assim nos afirmamos e assim somos, não é para morrer de pé, mas para de pé continuar a viver e a lutar, com confiança (fundamentada na análise das realidades) que o nosso ideal corresponde de tal forma às necessidades e aspirações mais profundas do nosso povo, que **um dia dele será o futuro.**

A Reforma Penal

— um debate urgente

■ Odete Santos

Um dos debates que neste momento atravessa em certos sectores, a sociedade portuguesa é o que se centra em torno do anteprojecto de revisão do Código Penal.

Não porque o ministro da Justiça tivesse mostrado disponibilidade (e muito menos iniciativa) para aceitar esse debate mas porque o anteprojecto concluído em 1991, e conhecido de protagonistas do foro judicial começou logo por suscitar dúvidas, controvérsias, acesas discussões.

E mesmo tomadas de posição.

Nem sempre todas devidamente fundamentadas, tem de reconhecer-se.

Num ponto são, no entanto, comuns as críticas.

O processo de elaboração e de conclusão do anteprojecto rodeou-se de secretismo, indesejável numa área tão sensível como o do Direito Penal.

Entre a versão de 1991 e a que actualmente se encontra para apreciação no Conselho de Ministros há diferenças. E a partida de uma versão para a final processou-se à revelia de profissionais do foro, de organizações que tutelam interesses das vítimas, dos agentes envolvidos na área da prevenção e da repressão criminal, e à revelia dos Deputados sobre os quais pesa a real ameaça de terem de votar de sopeão uma proposta do Governo, como aconteceu com a aprovação do actual Código Penal.

Mas o debate, por iniciativa da sociedade civil, instalou-se.

Líquido é que o actual Código Penal teria de ser alterado.

Anunciado como um Código Liberal, propiciando uma melhor ressocialização do delincente, não resistiu à injustiça que lhe está imanente, resultante de uma super valorização dos crimes contra o património relativamente aos crimes contra as pessoas.

E não resistiu também quanto ao proclamação ideal de ressocialização. Pois quanto a isso também não provou.

Seria mirífico aliás acreditar que tal pudesse concretizar-se quando sabemos que o combate à criminalidade passa por um programa integrado cujos pontos essenciais são:

1 — Uma política que vá erradicando factores que conduzem à marginalidade e à criminalidade, uma política que combata o desemprego, a pobreza, a toxicodependência, geradora, esta, da grande maioria de crimes contra o património.

2 — Uma reforma do Direito Penitenciário, que considere que o recluso mantém a titularidade dos direitos fundamentais do Homem.

3 — Uma lei penal que proteja os bens jurídicos fundamentais da comunidade, despida de excecções moralistas, de valores normalmente muito discutíveis.

Uma lei que não seja ditada por objectivos meramente economicistas pela finalidade de poupar nos gastos com o sistema penitenciário.

Relativamente ao 1º ponto — o da Política Social — pode afirmar-se que a comunidade tem perfeita consciência de que a criminalidade que atinge entre nós proporções alarmantes, tem na base uma política que conduz ao desemprego, à impossibilidade de inserção na vida activa, à pobreza.

Foram estes os factores apontados pelos inquiridos num trabalho do CEJ de 1991, como as mais importantes causas da violência que se verificam na sociedade portuguesa.

Quanto ao nosso sistema penitenciário, cremos que as palavras do senhor ministro da Justiça confessando que as nossas cadeias eram escolas de crime, sem apontar qualquer restia de esperança na reformulação do sistema, são a confissão da falência da sua política.

Não sendo, assim, de esperar ainda que a revisão do Código Penal fosse totalmente de aplaudir, que da aplicação da mesma resultasse um eficaz combate à criminalidade.

Como diz Giuseppe Lattanzi, uma nova lei penal vale pouco se não lhe corresponder uma eficaz execução.

Foi o que aconteceu com algumas das disposições do actual Código Penal.

Assente assim que a revisão do Código Penal de 1982 tem de ser acompanhada de outras medidas que não se vislumbram, pese embora o pessimismo que daqui resulta, temos de constatar que o anteprojecto obedeceu, pelo menos em teoria, a um primeiro objectivo que foi o de punir mais gravemente os crimes contra as pessoas do que os crimes contra o património. O que em parte foi conseguido.

Mas nem sempre, quer porque inexplicavelmente se baixam medidas abstractas da pena em crimes graves contra a vida e a liberdade, quer porque se chegam a discriminar comportamentos contra a liberdade e autodeterminação sexual, quer porque alguns crimes graves se optou pela multa em alternativa à pena de prisão.

Aliás, a revisão do Código teve esse mesmo objectivo: a de privilegiar, sempre que possível, a pena de multa sobre a pena privativa da liberdade. Não rejeitamos esta filosofia. Mas há que doseá-la bem.

Face à completa omissão da política do Governo quanto a medidas de combate à criminalidade, ou melhor face à política governativa que conduz à formação de uma nova pobreza, a opção do anteprojecto pelas penas de multa, não surge sempre como uma opção de ressocialização do delincente, mas objectivamente, como uma medida economicista.

Não somos dos que defendemos as longas penas de prisão, uma pena caracterizada pela expiação retributiva do condenado, nem nos parece que devam ser afastadas opções que assegurem a punição através de penas não privativas da liberdade.

Mas o que há que prevenir é que se beneficiem certos estratos sociais, os de melhor fortuna, fregueses dos tribunais em certos crimes como os de burla qualificada, que segundo o anteprojecto em certos casos, expiam apenas com o pagamento de multas.

E há que impedir que as anunciadas boas intenções da lei revisora não a tornem num instrumento de poder da classe dominante contra os mais carenciados, aqueles que não podem pagar a multa e que acabam por cair nas Escolas do Crime.

A este respeito, a reforma anunciada, no tratamento da pena de multa substitutiva da pena de prisão, merece nota negativa, pois acentua as desigualdades entre os que têm capacidade económica para pagar a pena e os cidadãos de fracos recursos.

Neste aspecto a reforma é um retrocesso face à lei vigente.

É que, a ser aprovado, tal como está, o anteprojecto, a pena de multa substitutiva da pena de prisão (que no actual Código se mantém sempre como pena de multa) quando não fôr paga, ou frustradas

todas as outras possibilidades de obter o pagamento regressaria à pena de prisão originária.

O cidadão de poucos recursos seria assim discriminado perante os favorecidos pela fortuna.

É claro, dir-se-á, que a pena pode ser suspensa, e manter-se a liberdade.

Mas o legislador não deixou, mesmo assim, de acentuar as desigualdades.

É que, paga a pena de multa, o cidadão que a pode pagar fica livre de ser julgado recidivante no caso de cometimento de outro crime. Mas o outro, o de bolsos vazios, que também é cidadão, esse, com a pena de prisão suspensa, se cometer um crime mesmo negligente que seja, se com uma bicicleta atropelar um peão e lhe causar ferimentos, verá quebrada a suspensão da execução da pena e terá de cumprir a prisão que vira substituída por multa.

Somos assim críticos em relação a algumas opções da reforma. Como a da extinção do regime de prova, que realmente desaparece do Código, embora se lá mantenha o nome (impropriamente) como disfarce da falência de uma política de Justiça que não sabe criar as estruturas necessárias ao funcionamento de um instituto ressocializador. Como é esse, o de regime de prova, através do qual o delincente não chega a ser julgado, ficando sujeito a medidas

que possibilitem a sua recuperação.

Somos críticos em relação a outras soluções que destacaremos, não sem antes afirmarmos o nosso distanciamento face a críticas erradas, sem fundamento, e não sem antes destacarmos que é positivo que, nomeadamente em relação aos crimes sexuais, em grande parte se pretende despojar o Código vigente de concepções moralistas discutíveis.

E positivo que estes crimes surjam agora como crimes contra a liberdade e a autodeterminação das pessoas.

É positiva a reformulação feita do crime de exploração do trabalho infantil (que já hoje é punido como crime) e a reformulação do crime de maus tratos a cônjuge, com a redacção proposta será mais fácil provar esses crimes.

Mas é negativo:

— que nos crimes de homicídio simples se tenha abrangido a medida abstracta da pena (hoje punido com uma pena de 8 a 16 anos passaria a ser punido com uma pena de 5 a 15 anos)

— que nos crimes de homicídio qualificado se tenha baixado o mínimo de pena de 12 anos para 10 anos

— que os crimes de maus tratos a cônjuge se torne um crime semipúblico (isto é, será precisa a apresentação de queixa por parte do cônjuge) quando se sabe que da previsão feita no actual Código (que dispensa a apresentação de queixa) resultou maior transparência da vida familiar.

E ninguém poderá defender, em nome da privacidade familiar, que um cônjuge (normalmente a mulher) sofra constantes maus tratos, uma vida de tortura sem que sobre o agressor caia qualquer punição, apenas porque a violentada receia pela sua integridade física se apresentar a queixa.

Uma percentagem significativa da população portuguesa passou a considerar como um acto muito violento a agressão do marido à mulher (no inquérito do CEJ 50,5% dos inquiridos deram essa resposta, sendo de destacar a alta percentagem de homens que assim responderam 41,3%).

De facto, os maus tratos a cônjuge são um problema de toda a sociedade e o aforismo «entre marido e mulher não metas a colher» vai perdendo o seu sentido.

É ainda negativo:

— que crimes graves como o de rapto e de raptos de menor com intenções libidinosas ou para o exercício de prostituição, sofram diminuição nos mínimos de pena;

— que o sequestro em certos casos seja menos punido ou punido até só com multa;

E quanto aos crimes sexuais, não sendo verdadeiro, como alguém proclamou, que o abuso sexual de crianças é menos punido que o abuso sexual sobre adultos, é no entanto negativo:

— que se continue a considerar a mulher culpada do crime de violação quando se continua a prever como atenuante especial o facto de vítima através do seu comportamento ter contribuído de forma sensível para o facto. Pois quê?

Não chega ao legislador o que a este respeito já consta da parte geral do Código?

É preciso impor ao juiz que colabore na forma mais extrema de opressão das mulheres que é a da criação do sentimento de vergonha e de culpa a respeito da sua própria vida?

É ainda negativo:

— que no conceito de violação não se incluam actos de cópula incompleta e outros actos sexuais de extrema violência que acabam por ser punidos com menor intensidade. E nem se diga que há razão para tal, pois se considera a possibilidade de a mulher ficar grávida.

Bastará então prever a gravidez, como agravante, sem necessidade de criar um tipo especial de crime.

De facto notamos ainda resquícios nesta parte do Código, do valor mercantil da fidelidade e da virgindade da mulher, como linearmente decorre da manutenção do crime de estupro.

E da manutenção da repressão da sexualidade da mulher quando a fraude sexual de que é vítima a mulher pode ser punida apenas com pena de multa. De facto não se concebe



Opções estratégicas do PDR definidas sem a participação do País

■ Lino de Carvalho

1. E do conhecimento público que o Plano de Desenvolvimento Regional que vai condicionar o futuro dos portugueses até ao final do século está em fase adiantada de elaboração.

São opções que vão marcar o destino colectivo dos portugueses, do País, nos próximos anos.

É uma questão de máxima importância e seriedade para o futuro do País à qual ninguém pode ficar indiferente e da qual a Assembleia da República, as autarquias, o movimento sindical, os partidos políticos não podem ficar arredados do respectivo debate. Debate que envolve a avaliação dos primeiros seis anos de integração comunitária (na qual de inclui o primeiro PDR) e a definição das opções e estratégias que devem enquadrar o próximo Quadro comunitário de Apoio (1994/1999).

A verdade, contudo é que quase nas vésperas do Governo do PSD apresentar o próximo Plano de Desenvolvimento Regional à Comissão das Comunidades Europeias o pouco que se conhece é pela leitura da imprensa, das entrevistas e dos discursos que, aqui e além, diversos membros do Governo vão proferindo. Ninguém, a não serem as estruturas da Administração Central, está a participar na definição dos objectivos e estratégias para o futuro do país.

Prepara-se o processo para que Cavaco Silva e o Governo venham, proximamente, apresentar os factos consumados, o produto final de um «Plano» cujas orientações e estratégias são elaboradas exclusivamente no âmbito da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e das CCR's. Tudo em círculo fechado, tudo no segredo dos mais chegados ao círculo do Primeiro-Ministro.

De tal modo o círculo é fechado que ainda há poucos dias ouvimos o Secretário de Estado dos Recursos Naturais afirmar na Assembleia da República que não conhecia a lista dos projectos na área do ambiente proposta para o Fundo de Coesão, quando já tinham sido entregues à Comunidade pelo menos em Março/Abril passados e cuja lista, num total de 59 páginas, foi já publicitada pela própria Comissão das Comunidades. Ou o Secretário de Estado mentiu à Assembleia da República ou ignora de facto os projectos. Ou então está de tal modo exclusivamente preocupado com a sua campanha de candidato a vereador autárquico que abandonou, de vez, os assuntos dos Ministérios...

2. A forma como o Governo trata a Assembleia da República e, em geral, o País é intolerável e não pode ser indiferente a ninguém que o Parlamento cada vez menos participe, acompanhe, avalie, fiscalize a actividade do Executivo e os problemas do País.

Intolerável porque este comportamento desmente completamente as encenações do Primeiro-Ministro de que quer uma administração aberta e a participação dos cidadãos. O que o Primeiro-Ministro quer é cada vez mais o secretismo na administração e a ausência de reflexão crítica, de debate, de participação da sociedade. O seu vezo autoritário e o seu isolamento são cada vez mais evidentes.

Intolerável porque o Governo quer fugir ao debate da avaliação dos resultados do Primeiro Plano de Desenvolvimento Regional e ao confronto democrático com a oposição das suas opções para o País.

O Governo e o Primeiro-Ministro repetem em *reprise* e para pior o que se passou há 4 anos.

Percebe-se a razão. A economia portuguesa perdeu competitividade em relação aos principais países da Comunidade, designadamente aos que são os nossos maiores concorrentes como a Espanha, e o Governo não quer reconhecer isso.

A própria «Análise Económica e Social» que o Governo entregou recentemente no Conselho Económico e Social subordinado ao título pomposo «Preparar Portugal para o século XXI» reconhece um dado que divulga (que não no texto elaborado) que, desde 1986 se agravaram as desigualdades e assimetrias regionais, criaram-se novos desequilíbrios territoriais (51,3 por cento do VAB continua a ser gerado em menos de 4 por cento da área do País), desertificou-se o interior, as regiões menos desenvolvidas do País, em particular as zonas do interior, estão hoje mais longe das médias da Comunidade do que estavam há anos atrás.

O Governo não quer confrontar-se com os próprios relatórios de estruturas da administração pública onde se afirma que «o processo de desenvolvimento prosseguido até ao momento não tem tido os instrumentos e os meios adequados à eliminação de estrangulamento e problemas...»;

O Ministro Valente de Oliveira apresentou ao FEDIP e o SIBR como exemplos de sucesso nas entre-

vistas que dá e, por isso quer atrasar o mais possível uma acareação indispensável com relatórios de execução do PDR das próprias CCR's onde se pode ler, por exemplo que «o SIBR não tem produzido os efeitos desejados na correcção do défice de desenvolvimento industrial»;

Como certamente terá dificuldade em explicar porque é que apesar do volume de fundos comunitários e nacionais os rendimentos reais dos agricultores caíram, nos últimos seis anos, mais de 30% e a agricultura portuguesa está hoje mais fraca do que antes.

Esta falta de informação, esta fuga ao debate não se reflecte somente, e já seria bastante, na Assembleia da República.

As autarquias são chamadas a entregar listagens de projectos mas estão longe de participar na definição dos objectivos e estratégias para o próximo Quadro Comunitário de Apoio. E quanto aos projectos depois alguém decidirá, que não com a participação dos próprios.

3. Estamos a pouco mais de um mês do calendário anunciado pelo Governo para ter pronto o PDR e fazer a sua apresentação em Bruxelas.

A sessão legislativa está, também, ela própria, a aproximar-se do seu termo. O Ministro Valente de Oliveira que, em palavras, se colocou à disposição da Assembleia da República, comprometeu-se a debater em Fevereiro as opções que enformarão o próximo Quadro Comunitário de Apoio. Não o fez.

Estamos em finais de Maio e o que se conhece é pela leitura da imprensa.

O Primeiro-Ministro e a equipa do Ministério do Planeamento terão distribuído, em 15 de Abril, ao Conselho de Ministros, um livrinho vermelho, seguramente mais laranja do que vermelho, intitulado «Preparar Portugal para o século XXI à Análise Económica e Social». Presume-se que é o mesmo que entregou esta semana aos parceiros sociais. Mas, para a Assembleia da República ele é clandestino.

As auto-estradas para as legislativas de 96, ao que parece, terão direito a uma parte de leão dos novos fundos estruturais. Mas o Governo não quer confrontar o seu frenesim estradístico com o facto de os grandes eixos de comunicação só por si não significarem desenvolvimento se não forem acompanhados de reestruturação e reforço do aparelho produtivo nacional.

Ora, Cavaco Silva quer furtar-se a debater, em público, a avaliação dos impactos do primeiro quadro comunitário de apoio; quer fugir a confrontar o desmantelamento e a desestruturação do aparelho produtivo a que está a proceder com o necessário modelo de desenvolvimento para o País, a estratégia de industrialização ou o futuro da agricultura portuguesa.

As perspectivas que o País tem pela frente, no final do primeiro PDR, são preocupantes.

As expectativas que o Governo anunciou quando da Cimeira de Edimburgo estão longe de se concretizar. Estamos longe da duplicação dos fundos estruturais e no máximo (incluindo o Fundo de Coesão) os novos recursos comunitários decorrentes do Pacote Delors II não deverão ir além de 1,7 vezes mais do que o primeiro Quadro Comunitário de Apoio. Se já eram insuficientes, então a perspectiva agrava-se.

Mas privilegiam, não por razões conjunturais ou por qualquer fatalismo, mas porque isso faz parte do modelo de sociedade fechado e autoritário que o PSD prossegue, de falta de vontade política e de fuga ao debate de ideias, de opções, de estratégias para o País. Temos um Governo, isolado, alheado do País e dos portugueses, sem uma estratégia nacional de desenvolvimento, promovendo cada vez mais políticas clientelares.

Não se pode tolerar que o PDR, que vai influenciar e condicionar decisivamente o futuro próximo do País, projectando-se para lá das próximas eleições legislativas e do horizonte de vida do actual Governo seja elaborado de costas voltadas para o País, sem diálogo e com a marginalização da Assembleia da República, das autarquias, do movimento sindical, dos portugueses.

Por isso o Grupo Parlamentar do PCP sublinhou, na passada semana a necessidade do presidente da Assembleia da República desenvolver as diligências adequadas a que o Governo cumpra, de facto, a Lei de Acompanhamento da Participação de Portugal nas Comunidades Europeias e que, com urgência se desloque ao parlamento para debater à antes dos factos consumados à as opções e as estratégias do próximo Plano de Desenvolvimento Regional.

É uma exigência do funcionamento democrático das instituições. É uma necessidade do regime.

como alguém que finge ser o marido (por exemplo um irmão gémeo) e, mercê desse fingimento, violento a mulher de outrém, não seja punido como um violador.

E é ainda negativo, mesmo inconcebível:

— que o abuso sexual de pessoas incapazes de resistir seja substancialmente menos punido que o de pessoa normal, o mesmo acontecendo em relação ao abuso sexual de pessoa internada.

Então os reclusos não mantêm a titularidade dos direitos fundamentais do ser humano?

Reprovável é:

— que se tenha discriminado a conduta do proxeneta em relação ao adulto quando não se prove a intenção lucrativa ou o exercício profissional;

— que os actos homossexuais graves com menores de 16 a 18 anos possam ser punidos apenas com multa até 240 dias;

— que a utilização de menores de 14 anos em fotografias, filmes ou gravações pornográficas também possa ser punida com uma pena de multa até 240 dias (em alternativa à pena de punição até dois anos).

E que espécie de protecção goza o menor (de qualquer idade, 10, 12, 14 anos por exemplo) se o fomento e o favorecimento de prostituição por proxenetas tem no artigo 176º o mínimo de 6 meses de prisão (que claro, pode ser substituída por multa)?

É neste área dos crimes sexuais que mais se evidenciam as contradições entre enunciados positivos, e algumas concretizações laxistas e outras retrógradas, e mesmo algumas omissões.

Voltaremos, aliás, a desenvolver este tema (dos crimes sexuais) mais detalhadamente.

Não será, por exemplo, de punir como crime o assédio sexual, neutralizando o género? Isto é: prevendo como vítimas, mulheres e homens?

Não será também de neutralizar o género em relação à violação?

De enquadrar nesta os actos sexuais de relevo?

De adoptar para a violação uma definição como a do Código Penal Francês?

Ou, como a do Código Penal Norueguês que pune quem, com violência ou fazendo temer pela vida ou bem-estar, force outrém à prática sexual?

Enfim, perante tantas interrogações, dúvidas e críticas que o ante-projecto suscita, não cederá a impermeabilidade aos debates do senhor ministro da Justiça?

Ou não gosta de se ver confrontado com afirmações que fez sobre a necessidade de protecção das vítimas de crimes e a redacção que ele mesmo deu ao actual artigo 129º do Código Penal, redutora dos direitos das vítimas à indemnização?

O debate está lançado na sociedade e manifestamente a

contra-gosto do responsável pela área da Justiça.

Chegou a altura de a Assembleia da República intervir nesse debate, através de seminários para tratamento dos diversos temas.

É necessária a divulgação urgente das actas da Comissão Revisora.

Compreendemos a incomodidade do PSD perante a iminência desse debate.

Os lobbies que dentro dele exigem uma maior representação prometendo (falsamente) aos cidadãos, por esta via, uma maior segurança, pretendem desta forma escamotear as responsabilidades do Governo no aumento da criminalidade através da sua política anti-social.

Os outros, receiam que a concepção optimista da Comissão Revisora, e em especial do professor Figueiro Dias, na ressocialização do delinquente venha a evidenciar ainda mais a omissão governativa quanto às medidas necessárias. Ao franquear as portas da prisão, o delinquente tem à sua espera o desemprego, o mundo da droga, a pobreza, a marginalidade, tudo inserido em novas formas de opressão sobre os mais desprotegidos.

E contra isto não há concepção optimista que resista.

A menos que... se mude de política.

E de governo, naturalmente.



Correr, jogar, disparar, escalar,
pensar, navegar, pedalar, lançar...

O desporto em Festa

Futebol de salão, chinquillo, tiro com dardo, damas, xadrez, pesca desportiva, canoagem, cicloturismo são algumas das modalidades que organizações do PCP vão realizar em competições de promoção do desporto na Festa do «Avante!». Um esforço que envolve já milhares de atletas, de todas as idades, e também inúmeras pessoas que participam na organização de torneios e campeonatos. A grande novidade desportiva da edição de 1993 da Festa do «Avante!» será no entanto a organização de uma prova de triatlo, onde os participantes terão de jogar xadrez, disparar o tiro com dardo e fazer a escalada de uma parede artificial. Uma ideia inovadora que procura trazer à Festa novos desportistas, jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos.

O Triatlo «Avante!» será uma prova que decorrerá nos três dias da Festa, seguramente emocionante, bela e muito competitiva, exigindo um conjunto de dotes físicos e mentais bastante elevados. A prova-lo está o facto de a pontuação máxima possível de atingir ser de 195 pontos, considerando no entanto a organização ser praticamente impossível alcançar esse resultado. O número de inscrições é muito limitado e os jovens que desejarem participar devem contactar a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!» na Rua António Serpa, em Lisboa. O Torneio de Futebol de Salão começou já com alguns torneios de qualificação, no que constitui uma exuberante promoção da Festa do «Avante!», dada a habitual participação de centenas de equipas e milhares de praticantes. Mas outros torneios vão decorrer antes de Setembro.

A sete metros de distância de dois tipos de alvos, se disputa o torneio de tiro com dardo, utilizando uma espingarda de pressão de ar numa modalidade que exige extrema capacidade de concentração. No mês de Junho começam os torneios de promoção à Festa do «Avante!» através deste desporto, para os quais estão as inscrições abertas.

O jogo de Damas apareceu na Festa pela mão do camarada Mário Diniz Vaz, que trazia nas primeiras edições da iniciativa meia dúzia de tabuleiros e duas ou três caixas com pedras, desafiando novos e velhos para sucessivos jogos e improvisando pequenas competições. Assim se criou uma tradição na Festa, a desenvolver-se hoje em dia com a organização de torneios de promoção, já desde este mês de Maio, mas também simultâneas com grandes mestres e, claro, o grande torneio a decorrer na própria

Atalaia.

Também em tabuleiro se joga o Xadrez, jogo/desporto que desde sempre teve lugar privilegiado na Festa do «Avante!» e cuja organização actual tem ambições superiores ao torneio que habitualmente se disputa no terreno. As inscrições estão abertas para os torneios de promoção de Xadrez, que se iniciam em Julho e que, mais uma vez, vão reunir centenas de praticantes e adeptos da modalidade.

«Avantejo»

Subir o rio Tejo no dia 22 de Agosto é o desafio proposto aos amantes da canoagem que queiram participar no «Avantejo». A distância é de nove milhas, percorridas com a corrente a favor, fazendo a ligação entre a Trafaria e o Seixal. Uma prova aberta a vários escalões etários que conta com o apoio da Associação Náutica do Seixal e de um grupo de experientes organizadores deste tipo de desporto. Uma falua tradicional do maior rio do nosso país, recuperada pela Câmara Municipal do Seixal, irá fazer companhia aos participantes do percurso.

O contacto com a natureza é proporcionado pelos tradicionais torneios de pesca desportiva que se iniciam em Julho, outra modalidade já tradicional no calendário desportivo da Festa e que habitualmente reúne centenas de entusiasmados e pacientes praticantes.

No ano passado, meia centena de participantes de todas as idades estiveram na prova de cicloturismo de promoção à Festa. Este ano pretende-se ultrapassar esse já de si extraordinário número para fazerem, com a calma sempre associada a este desporto não competitivo, os 50 quilómetros do percurso que partirá e chegará ao Seixal, passando por Almada, no próximo dia 29 de Agosto. A organização contará, nos aspectos técnicos, com o apoio do Núcleo Cicloturista das Torcatas.

Chinquillo júnior

A Festa do «Avante!» orgulha-se de, desde sempre, ter promovido e organizado provas de jogos tradicionais portugueses para cuja preservação se pretende dar uma ajuda. Este ano a novidade será a



organização de um torneio de chinquillo júnior, uma ideia surgida o ano passado na tentativa de encontrar novos praticantes, um desafio posto pelos organizadores que recebeu uma entusiasmante resposta. Assim, a partir de Agosto, vão organizar-se torneios locais e regionais de malha grande e pequena e malha corrida (a chamada conquiilha). Finalmente uma referência a uma das maiores organizações desportivas da Festa: a Corrida da Festa, uma prova de atletismo que tem reunido o apoio e a

participação de alguns dos melhores atletas nacionais sem perder as características de corrida popular que fazem deste um acontecimento especial. Sendo, no calendário desportivo nacional, uma das primeiras provas de estrada da época, serve para iniciar a preparação dos atletas federados, ao mesmo tempo que nela participam centenas de desportistas populares, representando clubes e associações ou a título individual. Para todo este programa desportivo poder ser

concretizado, espera-se naturalmente o entusiasmo e a participação das organizações do PCP, em estreita colaboração com a equipa organizadora das iniciativas de promoção do desporto da «festa!», que trabalha em conjunto já há três anos, e envolve amigos que não são militantes do Partido, tal como aliás acontece nas competições propriamente ditas. Um facto que acontece com naturalidade, já que este tipo de iniciativas oferece condições para uma participação desportiva e competitiva raras de

Todos os fins-de-semana COMEÇAM AS JORNADAS DE TRABALHO

A primeira
jornada
é já no sábado



Compra já a tua EP!

De novo este ano uma das prioridades da preparação da Festa do «Avante!» é fazer aumentar o já de si bom resultado obtido o ano passado no que diz respeito ao número de EPs - Entradas Permanentes na «festa!» - vendidas antecipadamente. O esforço de promoção da venda antecipada da EP inclui este ano uma novidade: a realização, não de um único, mas sim de dois sorteios que premiarão talões de entradas permanentes na Festa. Quanto mais cedo for comprada a EP maiores possibilidades existem de se ser contemplado com um dos seis prémios em causa, já que as concorrentes ao 1º sorteio integrarão (com excepção dos premiados) o lote de participantes no segundo sorteio.

O prazo final para entrega de talões nos serviços administrativos da Festa (na Avenida António Serpa ou na Atalaia) termina, já, no próximo dia 10 de Julho, realizando-se o sorteio no dia seguinte, no decorrer da Jornada de Trabalho que nesse fim-de-semana ocorrerá no terreno da Festa. O mesmo processo será seguido para o segundo sorteio, terminando o prazo de entrega a 28 de Agosto e realizando-se o sorteio a 29.

Cabe às organizações do PCP a responsabilidade de dinamizarem e promoverem a venda militante da EP, dando assim uma decisiva contribuição para a concretização dos projectos idealizados para a Festa deste ano. Há que estabelecer metas e objectivos a cumprir em determinados prazos, de acordo com as possibilidades de cada uma das organizações, tentando encontrar as melhores formas de abordagem e promoção do ingresso para os três dias da «festa!».

Só um bom resultado de vendas antecipadas de EPs facultará atempadamente os meios necessários ao Partido para concreti-

zar todos os complexos (e dispendiosos) trabalhos preparatórios da «festa!». Esta é assim, também, uma questão política da maior importância, para todos desde já considerarmos. É que a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização da Festa do «Avante!», desta importante iniciativa política e cultural, resulta precisamente da venda antecipada das EPs. A receita assim obtida funciona como *seguro de vida* da própria «festa!».

Os resultados dos dois sorteios serão publicados no «Avante!» nos dias 15, 22 e 29 de Julho (para o primeiro sorteio) e 2, 9 e 16 de Setembro (para o segundo sorteio). Os prémios podem ser reclamados nos serviços administrativos da Festa, na Avenida António Serpa 26, 2º esquerdo em Lisboa, com a apresentação do bilhete premiado. Os prazos para levantamento dos prémios terminam a 30 de Setembro no que diz respeito ao primeiro sorteio e a 30 de Novembro em relação ao segundo sorteio.

Os prémios para o sorteio de 11 de Julho são, do primeiro ao terceiro: um vale de férias/viagens no valor de 250 contos; um vale de material fotográfico no valor de 100 contos e um vale de livros no valor de 60 contos. Os prémios para o último sorteio são um vale de férias/viagens no valor de 125 contos; uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos.

A compra antecipada da EP, é também um gesto de solidariedade para com esta iniciativa que mobiliza tantos milhares de pessoas.

Para adquirir uma EP basta procurá-la nos centros de trabalho do PCP em todo o país ou nas mãos de dezenas de milhar de activistas.

O fim dos estaleiros «Swan Hunter»

■ Manoel de Lencastre

Olhemos o mundo. Ontem, julgávamo-lo organizado em termos que pareciam claros. Mas tudo se transformou. Desfeitas essas definições, as coisas aparecem-nos, hoje, na confusão que é própria das profundas alterações mundiais que estão à vista e de outras que se anunciam. No fim, está tudo mais claro ainda. E nunca foi tão bom, como agora, observar-se o imperialismo estagnar, atrapalhar-se, tropeçar, à vista do precipício. E nunca tão bom, como agora, assistir-se às manobras hesitantes, desequilibradas, aflitivas, dos políticos ao serviço do velho capitalismo a que chamam, desvalorizando esse nome, «a democracia».

Reflexões

Andam pelas ruas da amargura, na verdade, os conceitos burgueses de liberdade e de democracia. E o espectáculo farnos-ia rir a bandeiras despregadas, se não fossem as destruições monumentais e os terríveis sofrimentos a que dão lugar.

Em Angola, homens com certa visão da vida quiseram para o seu povo um futuro próspero, organizado, pacífico, progressista. Mas outros, entenderam que à combinação estabelecida faltavam dois ingredientes essenciais: a «liberdade» e a «democracia» burguesas — o patético resultado, doloroso, inadmissível, criminoso, está à vista.

No Afeganistão, os melhores filhos e filhas dessa devastada terra quiseram, com o seu povo, realizar um passo em frente na História — cortando com o passado apodrecido, avançaram construindo blocos de apartamentos com aquecimento central, em Cabul, escolas, hospitais e, heroicamente, propuseram-se modernizar e planificar a economia abrindo caminho para a industrialização e iniciando a expropriação das terras dos velhos magnatas latifundiários. O seu crime estava em que a esse tímido e precário programa faltavam o sal e a pimenta das chamadas «liberdade» e «democracia» e os resultados, como se sabe, estão à vista.

Chegou a vez do Camboja. Vinte anos de morticínios não têm sido suficientes, ao que parece. Americanos, agindo em nome da liberdade e da democracia, tentavam subjugar o Vietname; no processo seguravam Phom-Penh e, querendo instalar aí um regime similar ao de Saigão, deixaram no povo um vivo sentimento de revolta que acabou por resultar, infelizmente, nos tumultuosos e fatais acontecimentos a que, atónito, o mundo assistiu. Mas, patriotas e estrangeiros amigos do povo do Camboja quiseram colocar aquela terra no mapa das nações vivas, uma vez mais — uma monumental tarefa, quase impossível, à qual faltavam, igualmente, os perfumes especiais da «democracia» e da «liberdade», sem os quais, segundo os vassalos do capitalismo, não há progresso. Por isso terão falhado. Hoje, num país sem cobertura clínica onde a malária devora, num território em guerra e sem leis, sem estradas, sem água potável e sem telefones, o povo tem fome e, olhando com desespero, o que encontra? O império do dinheiro estabeleceu raízes em Phom-Penh. Especuladores malaios, tailandeses e de Hong Kong dirigem o reino da livre empresa. Prosperam negócios de bordéis, massagistas-prostitutas, clubes noturnos. A «liberdade» e a «democracia» estão instaladas naquela terra de medievais simplicidades onde as consequências da próxima monção e as crenças dos camponeses em espíritos que resistiram ao andar dos séculos ainda condicionam a existência.

Mas os dirigentes mandatados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, gente de ciências certas, chegaram com uma resposta para todos os problemas: eleições. A fome, a guerra, os resultados de 20 anos de destruições bárbaras, a morte, as humilhações do povo ficarão para o novo governo que sair dessas eleições-fantasma. Assim, o mundo moderno vai dali lavar as suas mãos. Com as eleições, a «liberdade» e a «democracia» registarão um novo triunfo, o do mais selvagem capitalismo. E tudo continuará... pior ainda.

Mais notícias da recuperação

1. A indústria alemã acaba de «encaixar» novos e mais violentos golpes. Os prejuízos da «Volkswagen» foram de 113 milhões de contos (DM 1,25 mil milhões) só nos primeiros três meses do ano corrente. A «Daimler-Benz» e a «BMW» registaram também sensacionais quebras. «Estamos a atingir o fundo do oceano», disse um analista do «Crédit Suisse First Boston».

Os prejuízos da «Lufthansa», em 1992, foram de DM 400 milhões, mas, outros, em posições supostamente respeitáveis, realizam lucros rápidos e consideráveis. Foi o caso do dirigente sindical para as indústrias do aço e da metalurgia (IG Metall), Herr Franz Steinkühler, que, baseado no conhecimento que possuía da situação de certas empresas em cujo conselho de administração tinha assento (de bradar aos céus!), investiu um milhão de marcos na Bolsa de Frankfurt para realizar no mesmo dia um lucro instantâneo de 7000 contos. O ordenado deste «digno» dirigente sindical é de 20 000 contos anuais.

2. No Japão, enquanto os preços dos terrenos continuam a baixar assustadoramente, em Osaka e Tóquio, especialmente, os balanços dos grandes bancos oscilam sob o peso das violentas quebras sustentadas nos inflacionados números dos seus activos.

Os valores de todas as propriedades rurais, industriais, urbanas, têm registado descidas catastróficas arrastando, assim, as garantias oferecidas como colaterais e subvertendo o equilíbrio das relações entre devedores por hipotecas e credores hipotecários o que, em duas palavras, quer dizer, caindo tudo na ruína. Reforçando estas tendências, as falências de empresas nipónicas aumentaram de 3,9%, em Abril, e as dos comerciantes, de 23,7%, em relação ao ano passado.

3. O «Dow-Jones» (índice de valores da Bolsa de New York) bateu, recentemente, todos os seus máximos, o que significa a tomada de posições estratégicas em certos nomes de mais significado e o recuo de todos os outros originando perdas aos pequenos investidores. Simultaneamente, a corrida ao ouro deu lugar a uma grande subida dos respectivos preços. A «Time-Warner» (dívidas: USDólares 10 mil milhões) já começou a vender. O défice da balança comercial, em Março, atingiu a soma de USDólares 10,2 mil milhões. Regista-se nova estagnação do consumo. As empresas, temendo novos encargos com a Segurança Social e a Saúde, recusam-se a admitir pessoal.



4. O governo francês advertiu toda a indústria de que a partir de agora não poderá contar com a respectiva salvação à custa dos dinheiros públicos. O ministro Gerard-Longuet (Indústria) manifestou-se insatisfeito com a situação financeira dos gigantes franceses da informática «SGS Thomson» e «Bull» aos quais aconselhou «uma nova estratégia no futuro».

Por outro lado, a «Rhône-Poulenc» (químicas) viu tombar os seus lucros em quase 20%, e as perdas da «Renault», na sua aliança com a «Volvo», atingiram o valor de Ff. 240 milhões. Mas, enquanto o ministro do Trabalho, Monsieur Michel Giraud, anunciava que a taxa de desemprego (10,7% actualmente) continuaria a subir, os bancos ingleses estabelecidos em França (Barclays e Nat-West) diziam «au revoir» e fugiam do mercado francês após 80 anos de prósperos negócios.

Espanha

Tempo de excitantes acontecimentos. Eleições à porta. Peregrinações a Santiago de Compostela — a Galiza está toda em festa neste ano santo do «Jacobeo». Em Madrid, tivemos a semana da «feria» de San Izidro, com as tradicionais e espectaculares corridas de toiros que o tempo, incerto, prejudicou — as sombras de Belmonte, Manolete, Paquirri pairando sobre as diversas praças e milhares de lenços brancos dizendo adeus aos triunfadores assim como aos que, na maca, seguiam para a enfermaria (três vimos nós).

Mas na praça de toiros de Valencia (cheia), o presidente do governo, Felipe Gonzalez, defendia energicamente a modernização da Espanha surgida sob os seus governos, mas a crédito, e fazia apelos à juventude convidando-a a resistir à indiferença e a votar no futuro. Defendeu, igualmente, a desvalorização da peseta. Porém, as coisas marcham mal e o desemprego tocou os 3,3 milhões de pessoas. A verdade é

que a quinta-feira negra (dia da desvalorização) revelou ter o «Banco de España» perdido, nos últimos oito meses, quase todas as suas reservas (fala-se em 3000 milhões de contos). Isto, numa conjuntura que, para além do chocante número de desempregados, anunciava ainda nova subida da taxa de inflação.

A campanha eleitoral iniciou-se. Gonzalez disse reconhecer «os erros do passado», mas compromete-se a mais modernizações e, como se compreende, a mais dívidas, coisa que parece não assustar a juventude e muitos sectores da baixa classe média que, agarrada a pequenos negócios de duvidoso futuro, não pode sobreviver sem novas dívidas até que chegue o dia do juízo final. Quanto ao principal candidato da direita, José Maria Aznar (Partido Popular) reúne multidões à sua volta mas o seu programa não passa de um vasto caudal de promessas demagógicas e frases soltas sem real sentido. «No queremos socialistas» ou «Espanha para los españoles» são algumas das expressões preferidas. Mas Aznar deslocou-se a Londres, há dias, e, submissamente, vimo-lo entrar no N.º 10 de Downing Street, para comparar e discutir com o funcionário Major as respectivas possibilidades futuras. Esta inacreditável visita colocou nas mãos dos chamados socialistas, de Gonzalez, um maravilhoso argumento da mais fácil comprovação: então «el señor Aznar» não conhece a situação da Grã-Bretanha dos nossos dias ou a periclitante posição do funcionário Major à frente do mais desacreditado governo britânico dos últimos 50 anos? Aznar, sem dúvida alguma, cometeu uma «gaffe» política de todo o tamanho. Foi aprender alguma coisa sobre privatizações, ao que se diz. E continua a berrar: «No queremos socialistas!» Pois, só por isso tem muito quem o aplauda e adore. Os franquistas.

É Julio Anguita, dirigente da plataforma «Izquierda Unida», quem toca a tecla mais afinada: «Os princípios e as concepções, em Gonzalez e Aznar, são os mesmos. A Espanha precisa mudar de vida. Não queremos dívidas!»

O canto do cisne

Em Wallsend (Tyne, região de Newcastle), chegou a hora final. Cento e cinquenta anos após a sua fundação, os estaleiros navais «Swan Hunter», construtores de navios para a marinha de guerra e de petroleiros, anunciaram o encerramento. Perdida a obtenção da encomenda que lhes asseguraria a sobrevivência, entregaram-se em «receivership» (nas mãos dos liquidatários oficiais). Estes, com toda a prontidão, declararam que os 2200 operários ainda ao serviço serão despedidos logo que termine o trabalho em curso: três fragatas para a «Royal Navy». Outros 5000 trabalhadores ligados a pequenas indústrias dependentes do trabalho dos «Swan Hunter» ficaram desde já com um pé no desemprego, também.

A taxa de desemprego, em Wallsend, é de 50% da população activa e, em todo o Nordeste de Inglaterra onde as principais indústrias eram as do carvão, do aço e das construções e reparações navais, o número total de postos de trabalho perdidos desde 1978 é já de 240 000 — está tudo fechado. Um homem de 40 anos de idade, chorando à entrada dos estaleiros onde trabalhara desde rapaz, incapaz de pronunciar-se, apertava a cabeça entre as mãos. Ainda em 1974, os «Swan Hunter» empregavam 25 000 operários. Agora, até as raparigas dos escritórios choram convulsivamente, posto que sabem que estão condenadas — e a verdade é que as suas perspectivas não são das melhores. Para onde vai uma jovem secretária do Nordeste, despedida dos estaleiros navais e cujas qualificações são modestas? Existe uma alternativa: meter-se no comboio para Londres e procurar vida na cidade nocturna de «luzes brilhantes». Ou fazer como certas raparigas formosas de York, que se vendem em Edimburgo aos fins-de-semana? Nós vemo-las nos comboios, quando de regresso. Mas as raparigas nordestinas despedidas dos estaleiros também têm a sua dignidade. Só o funcionário Major e o seu governo não compreendem isso. Porque eles próprios não a possuem.

Disse o mecânico dos «Swan Hunter», Bill Gray: «Este costumava ser um estaleiro do qual nos orgulhámos, porque a sua própria história nos engrandecia. Não merecíamos morrer desta maneira.»

«Swan Hunter», tal como a «Leyland-Daf», também falida recentemente, eram grandes empresas nacionalizadas. Mas, privatizadas pelos governos da maníaca Thatcher e do funcionário Major, caíram como castelos de cartas.

EM FOCO

Um
livro
por
quinzena
(XI)

■ Pedro Ramos de Almeida

Do mestre de Salazar ao verdadeiro professor de democracia

1. Parece que os ditadores nunca foram crianças: em miúdos já seriam antecipadamente velhos, tão velhos quanto a história da sociedade de exploração, do antagonismo e da ignorância que servem, desta ou daquela forma. E mesmo se o foram, não terão sido de certeza semelhantes àquelas com que todos crescemos.

O poder em que desgastaram a sua vida transformou a memória da sua infância e adolescência. Acresce que tudo se passa como se nunca tivessem aprendido; como se viver a comandar lhes fosse sempre pessoal e natural. De resto, isto de ser professor ou mestre de ditadores é de certeza profissão rara e ingrata...

No que a Salazar (AOS) se refere, tudo indica que, ele sim, terá tido como mestre político — pelas primeiras voltas e subidas do seu caminho de governante — um velho e batido explicador monárquico, mestre da intriga e da arte de satisfazer a gula de poder dos grupos sociais dominantes: Quirino Avelino de Jesus (QAJ) de seu nome...

Só que tudo o que se sabe e que resta desta relação de ensinância é somente conhecido na base de arquivos, que ainda hoje apenas sumidamen-

Partido Regenerator (monárquico), em 1900, e seguidamente do Partido Nacionalista, de Jacinto Cândido. Com a implantação da República, o monárquico QAJ recolhe-se por alguns anos à Ilha da Madeira. Em 1920, já ressurgiu no Continente a dirigir o periódico conservador *Economista Português*, a colaborar noutra publicação monárquica — *A Época* — e ainda no órgão denominado *União*, do reorganizado (em 1917) Centro Católico, onde ganha «assinável autoridade». É lá que começará a conviver com AOS.

Em 1921, «numa aparente viragem» (?) é colaborador da *Seara Nova*. Está também com António Sérgio na revista *Homens Livres*, que reúne integralistas e republicanos. Em 1923, escreve, com Ezequiel Campos, «A crise portuguesa», onde se preconiza «o essencial da política económica e financeira que Salazar virá posteriormente a aplicar na pasta das Finanças». Curiosamente, como é típico da I República, «será neste período conselheiro em questões económicas e financeiras dos governos de Álvaro de Castro e do ministro das Finanças da Esquerda Democrática, Pestana Júnior», deslocando-se também a Angola em missão oficial.

O que, entretanto, não impede que em 1925 seja acusado por Cunha Leal de envolvimento na intenciona do «18 de Abril» desse ano, «sendo certo que apoia o golpe militar de 1926».

«Com a entrada de AOS para o Governo, em 1928, torna-se num seu tão influente como discreto colaborador». Note-se: «os seus relatórios e opiniões marcam decisivamente a orientação da «reconstituição» económica» e a «nova política colonial» do início do Estado Novo. Tal como lhe é atribuída «relevante intervenção» na elaboração dos textos básicos do novo regime: o Acto Colonial (1930), os Estatutos da União Nacional (1932) e o projecto de Constituição (pelo menos o projecto de projecto, divulgado em 1932, e em que depois terão trabalhado, além de AOS, Marcello Caetano, Armindo Monteiro e Fezas Vital. Participa activamente na intriga política conducente à ascensão de Salazar ao poder e prepara alguns dos seus discursos (destaquem-se, por exemplo, as intervenções de 28.V.1932, na Sala do Conselho de Estado, e de 5.VII.1932, no acto de posse do I Governo da sua presidência), e notas oficiosas — como a de 7.IV.31, após a rendição dos revoltosos da Madeira, etc., etc.

Quirino de Jesus veio a falecer em 3.IV.1935, com 80 anos. A data da sua morte, era vogal do Conselho Superior das Colónias.

3. A proximidade analítica, conceptual, e até a intimidade formal de mestre reconhecido pelo aluno, é evidente no contacto entre QAJ e AOS: onde é que — fora talvez o caso do Cardeal Cerejeira — se verá alguém sentir-se à vontade para o elogiar pedagogicamente, escrevendo-lhe: «O seu espírito, que está no máximo da sua força (e Deus sabe as dores do *enfantement*) tem, além das qualidades que a natureza lhe deu, uma disciplina raramente observada entre nós. Uma boa disciplina duplica as possibilidades» (carta de 28.VIII.1931).

E repare-se, é destas considerações que QAJ parte para, nesta mesma carta (p. 100/2), situar:

• **o seu anticomunismo:** «O carácter é essencialmente filho do vigor, da vontade que domina e governa a sensibilidade e os sentimentos. As virtudes individuais que aponte são elementos do carácter; mas a vontade é, como ficou dito nas *Ideias Fundamentais em Educação Física*, uma potência neutra que pode fazer o bem

ou o mal, consoante as directrizes morais. É necessária para se fazer alguma coisa de grande em bem ou em mal, e o caso dos comunistas presos que me aponta é um exemplo interessante. E não podia ser de outra maneira: quem iria confiar empresas perigosas a pessoas fracas de carácter?»;

• e até a sua maneira de ver o **totalitarismo:** «tmo o desenvolvimento excessivo do poder público, que considero útil temporariamente, mas só num tempo curto»; e a as reservas formais que põe ao **hitlerianismo:** «Há uma crítica construtiva e **moderadora** dos impulsos hitlerianos de certos pequenos déspotas» — maneira essa de ver que ajudará a estabelecer no salazarismo as típicas diferenças formais, de actuação e estruturação; característica afinal daqueles Estados fascistas ou fascizantes cuja tarefa central não é ainda o embate e a repressão contra um forte — mesmo se dividido — movimento operário e trabalhador, à beira de uma revolução socialista — mas acima de tudo a busca da desmotivação, neutralização e paralisia da consciência e capacidade de luta da organização operária e popular, numa fase em que esta se encontra ainda muito atrasada.

4. Típico, aliás, desta mesma concepção, será a forma como QAJ encarará o papel da **União Nacional (UN)** e a via da sua instituição (p. 105/8): num documento de trabalho (não datado, provavelmente do período compreendido entre Julho de 30 e Maio de 31), QAJ concebe a UN como um mero instrumento de acção do Ministério do Interior, «completamente sujeito a ele política e administrativamente», no claro entender da **CLNRF**.

Aliás, é o que QAJ escreve quase expressamente: «A União Nacional não tem ainda Directório Central. Só depois o pode, ter, por certas dificuldades.

«O Gabinete do Interior precisa todavia de uma cooperação central transitória no trabalho geral da organização e movimentação da União Nacional em todo o país.

«Daí a necessidade de um órgão provisório de que façam parte, sob as vistas do Ministro» — então o coronel Lopes Mateus — «o seu Chefe de Gabinete, um dos seus secretários, dois membros da Comissão Distrital da União de Lisboa e mais alguns rapazes militares e civis (...).

«O país será dividido em três circunscrições: Norte, Centro e Sul, da qual farão parte as Ilhas. Cada circunscrição será confiada especialmente a quatro membros da Comissão, que superintenderá no país inteiro. Membros:

1. Sousa Gomes — [(1895/1947); médico; chefiou a repressão do movimento de 7.II.1927, em Setúbal; foi secretário de AOS em 1928 e director do *Diário da Manhã* de 1932 a 1934].

2. Secretário do Ministro — [Tenente José Catela, que virá a ser director da PIDE].

3. O Lobão — [António Cortês Lobão (?). Mais tarde deputado à Assembleia Nacional, em 1934].

4. O Theotónio — [o conhecido governante salazarista Pedro Theotónio Pereira, 1902/1972].

5. O consultor jurídico das Finanças — [deve referir-se a Marcello Caetano, 1908/1980].

6. O Antonino Pestana — [Eduardo Antonino Pestana (?), 1891/1963; dirige o *Diário da Manhã* em 1931/32].

7. O Duarte Leite.

8. O Mário Costa — [capitão, 1893/1968 (?); ligado à Companhia de Moçambique].

9. O reitor de Chaves — [Carlos Moreira (?). Advogado e depois também membro do Conselho de Governo de Moçambique].

10. Braga Paixão — [Vitor Manuel (?). Morreu em 1982. Colaborador do *Diário da Manhã*], ou o chefe de Gabinete do Gustavo [Cordeiro Ramos, adepto de Mussolini, então ministro da Instrução].

11. O chefe da Liga 28 de Maio? — [Raul Pereira Caldas, Conde Silves].

12. Eduardo? Neves da Costa? — [Eduardo? Neves da Costa?]

Tudo pessoal destacado da governação, ou seus dilectos colaboradores... Nem o futuro director da PIDE escapa...

Não demonstrará a natureza e a proposta composição desta comissão que se pretende desde logo converter a UN em mero instrumento do ministro do Interior, sob a directa tutela de AOS?

De facto, a **União Nacional**, ao contrário do que ainda hoje alguns afirmam, nunca será o Partido do Governo de AOS, o partido único, sob o Estado Novo.

Muito mais simplesmente ela será, desde os seus primeiros passos, apenas um serviço governamental estreitamente unido aos órgãos repressivos do regime, sob o controlo pessoal de AOS.

Será só em 23.XI.1932 que AOS dará posse às Comissões Central e Consultiva, afirmando que «chegou o momento (...) de se dar à União Nacional o seu corpo superior de direcção»...

A União Nacional não é de facto um movimento de opinião de salazaristas que orienta o Governo. É apenas outro instrumento, de acção política intermitente, sobretudo «eleitoral», do poder pessoal de AOS.

Aliás, Costa Brochado, o conhecido propagandista do salazarismo, escreverá, em 1987, sobre a UN: «Esse terrível partido único, como as oposições lhe chamavam, nem sequer tinha filiados. Melhor, tinha uns tantos que faziam gala de pagar quotas e usar distintivos. Era uma repartição, e pouco frequentada...»

E hoje? Claro, já não há salazarismo. Claro que o Ministério da Administração Interna já não se chama Ministério do Interior: tem menos relevo, outra natureza, objectivos diferentes, e apesar de tudo menos meios. Claro que as liberdades conquistadas têm muita força e impõem outro respeito. Mas, apesar delas, o poder pessoal, esse, é que ainda não desapareceu. E o partido do chanceler continua a não ser uma corrente de opinião a ele associada, a que ele deve contas e de quem recebe orientação. É apenas um altifalante de que ele se serve, e que nem sequer lhe corrige a fala... E vai para 10 anos que o poder das classes dominantes é exercido em seu nome...

Consequências da falta de um professor de democracia? Ainda irá a tempo, nesta selva neoliberal?

Creio que não! O melhor professor de democracia é a luta popular de massas. E essa, pelo menos, não falta, nem faltará o seu alargamento. É de contar com ela.

Roteiro do Povo

O artigo sob este título, o último publicado na série «Um livro por quinzena», foi claramente acometido por uma revoada de gralhas, gralhinhãs e gralhíssimas. Não sendo muito lucrativo dedicarmos-nos à caça retrospectiva, vimos apenas tentar relembrar duas verdades históricas referidas, e bem, por Lino Lima.

Primeira: a Frente Popular espanhola apenas «começava a fazer uma tímida reforma agrária»; segunda: o início consagrado da Guerra franquista contra a Espanha é assinalado a 18 de Julho — e não a 18 de Agosto — de 1936. Infelizmente, sempre foram mais 31 dias de massacres cruentos e inapagáveis... — PRA

Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus a Oliveira Salazar



te sobejaram para a pesquisa de alguns... A sorte, com todos os seus limites, foi que, entre eles, figurasse a **Comissão do Livro Negro sobre o Regime Facista (CLNRF)** — de que faziam parte, entre outros, Fernando Piteira Santos, há pouco falecido, e José Magalhães Godinho — que fez publicar, em 1987, a 1.^a edição das «*Cartas e Relatórios de Quirino de Jesus e Oliveira Salazar*», 220 páginas ilustradas.

Por esta e outras duas dezenas de obras é que esta Comissão, que dependia da Presidência do Conselho de Ministros, já se encontra extinta. O poder pessoal lá sabe as épocas em que se reconhece e as leis por que se rege...

2. Quirino Avelino de Jesus nasceu em 1855, no Funchal, vindo a licenciar-se em Direito, em Coimbra, em 1892, numa altura em que já era chefe de contabilidade da Caixa Geral de Depósitos. Em 1890 é director do *Correio Nacional*, órgão do episcopado. Dois anos depois, funda a revista *Portugal em África*, onde teorizará sobre o «Terceiro Império», uma «proposta de viragem da política colonial portuguesa» naquele continente. Ideólogo católico, será figura destacada da «primeira geração de doutrinadores ligados à experiência inicial do Centro Católico», lançada em 1892. Será também deputado do

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Publicitário

Aquela empresa de batata frita teve inauguração basto catita. Cavaco estava lá. Gestos bonitos para a sua TV, a favorita e ele sempre a dar guita, a dar mais guita e diz (que fita) que não quer conflitos o que é preciso é mais batata frita (e trinca a batatinha)

Estamos fritos...

Imagem na TV

«Eu defendo os interesses dos mais fracos...» dizia o professor num esgar frio. Palavra, ouvi-o, caro amigo, e vi-o, com um milhão de macacos!

No exacto momento de tão cruéis assédios diz a TV que tinham os remédios sofrido aumento em dezasseis por cento.

Os mais fracos, assim bem defendidos, ficam tão comovidos...

Vacas loucas

O Graça Moura fundamentalista turvo, levanta a crista. O Pereira que é Pacheco, um pero peco só de o ouvir falar dá uma doida vontade de emigrar. Silva Marques, o rato ao desbarato O Couto de má-fé que já nem sabe de que terra é. A Zita, o novo arrote enfeite do esgoto.

Cuidado, de alibi em alibi as vacas loucas andam por aí...

Hipócritas

Descontentes estão os pescadores. Revoltam-se na aldeia os camponenses. Falam contra o governo dez mil vezes operários, empregados, professores.

«Estamos falidos!», dizem os produtores. Ralham comerciantes, sem fregueses. Ah, que ingratos que são os portugueses, tão injustos os gritos e os clamores...

Calma, senhores! Se estais mal da vida (o desemprego, a fome prometida, a tristeza, a angústia que aí vêm)

Se este governo desgoverna e trama então por que é? É só porque nos ama é só porque ele quer o nosso bem!

(Ao ouvi-los falar quase sentimos que a culpa é nossa — só porque existimos...)

■ IGNOTUS SUM

A nova da NATO

Como se sabe, a NATO foi criada para combater o comunismo, não se sabendo hoje muito bem para que serve aquele aparato bélico todo face ao desmoronamento da União Soviética e do bloco socialista. Todavia parece que os "falcões" do Ocidente ainda acham que a NATO não está suficientemente forte, pelo que a alargaram... até à Albânia (!), integrando este pequeno inimigo de ontem como membro associado da Organização! Tudo isto por causa da Sérvia - dizem os atlantistas - que, assim, fica "seriamente avisada" que não deve desestabilizar os Balcãs... Os Balcãs só podem ser desestabilizados pela NATO.

História de hospital

O julgamento que levou ao banco dos réus o antigo secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, está, lentamente, a levar perante a Justiça o próprio Ministério da Saúde do Governo do PSD, na altura tutelado por Leonor Beleza. Os últimos desenvolvimentos do caso surgiram com a afirmação feita em tribunal por Helena Gomes, vogal da Comissão Instaladora do Hospital S. Francisco Xavier, de que "quando abriu em 24 de Abril, o Hospital não estava em condições". E não estava, como na altura denunciou o PCP, acusando o Governo de Cavaco Silva de estar a pôr em risco a saúde pública com objectivos

eleitoralistas. A resposta do Executivo foi classificar a denúncia de "demagógica"...

Que expectativas?

Quando António Guterres fala, raramente surpreende com algo de novo. O seu discurso costuma revelar propósitos, no concreto, tão próximos dos do PSD que até já no PS afirmou alguém não ser muita a diferença entre os dois partidos. Quase se poderia dizer que Cavaco Silva fala pelos dois. Assim, não deixa de ser curioso que Guterres tenha vindo afirmar, em Viana do Castelo, que o PSD "defraudou expectativas". Se é verdade que as defraudou, a gente pergunta-se que expectativas tinha Guterres sobre o PSD para agora vir lamentar-se. Mais uma vez, no discurso de Guterres, são mais as parecenças com a atitude política do PSD do que a vontade de se aproximar da esquerda. Até na "estranheza" que mostrou ao queixar-se de Cavaco criticar todos os partidos da oposição menos (!) o PCP, "denunciando" logo a "intenção secreta" de o PSD querer "namorar o PCP", Guterres faz a demonstração de uma estranha "ciúmeira". E, ao sacudir-se da associação feita por Cavaco entre a "queda do comunismo" e a falência do socialismo, logo revelou a sua vontade de emparceirar com o PSD, lembrando que foi o PS "quem mais lutou" contra os comunistas em Portugal. Realmente, há poucas

diferenças entre os propósitos de Guterres e as práticas do partido no poder.

A lógica do garrafão

Cavaco Silva deu uma extensa entrevista ao "Expresso", fazendo uma espécie de discurso do "Estado da Nação" em versão roda de amigos. Aí se soube que anda a ler o Conde de Abranhos e as memórias de Schultz e que já fala dos problemas nacionais através de parábolas. A que contou a propósito da crise agrícola em que o País se afundou, rezava assim: "Há dias, numa manifestação de agricultores, um tractorista perguntou a outro homem: "Então onde é que está o garrafão do vinho? "Não trouxe, foste tu que ficaste de o trazer. "Não faz mal, vai ali ao supermercado e traz de lá um garrafão de vinho para nós despejarmos". E comentava Cavaco: "Isto não é negar que haja excesso de vinho. Mas foi assim que as coisas se passaram". O desvario promete. Cavaco Silva não só considera (como o afirmou há dias) que os nossos agricultores "não produzem" e que é mentira que haja colheitas a apodrecer na terra e nos armazéns, como já acha que os produtos agrícolas nascem nos supermercados. A política de Cavaco Silva tem servido para arruinar quase todos e dar "pipas de massa" a alguns. A ele, pelos vistos, tem-lhe dado pipas de inteligência.

frases da Semana

"Força de bloqueio é uma expressão que não costumo utilizar. Se calhar não a encontram mais de duas vezes dita por mim."

*(Cavaco Silva - «Expresso-Revista», 22.05.93)

"Lech Walesa teve mais honestidade política do que muitos políticos da nossa praça, quando elogiou a obra do Governo português..."

*(Cavaco Silva, aniversário do PSD em Leiria - «Diário de Notícias», 23.05.93)

"Todos os nossos índices continuam a classificar-nos entre os países mais pobres e atrasados da CE. Que futuro nos espera?"

*(Mário Soares, prefácio ao VII volume das intervenções políticas - «Diário de Notícias», 21.05.93)

"As imagens das aldeias do interior desertificadas não são sintomas de desenvolvimento, mas sim o emblema da nossa frustração colectiva."

*(Idem)

"O PSD não está ao serviço do bem comum."

*(Júlio Castro Caldas, bastonário da Ordem dos Advogados - «Independente», 21.05.93)

"O PSD não tem aparelho ideológico produtivo."

*(Idem)

"A ratificação do Tratado de Maastricht, ocorrida na Dinamarca após o não de há um ano, é uma boa notícia para todos quantos, à esquerda, vêm na União Europeia um caminho de futuro para a construção de um continente mais solidário, democrático e pacífico."

*(Joaquim Pina Moura - «Público», 24.05.93)

"Os magistrados têm liberdade de expressão. O seu "dever de reserva", que se aceita existir, não é um valor constitucional que possa "esmagar" a sua liberdade de expressão, sobretudo se exercida na Assembleia da República. No dia em que se impedir magistrados de irem à Assembleia da República falarem livremente sobre projectos de legislação, estaremos a impedir que os deputados, eventuais convidados e "opinião pública" tenham acesso à opinião dos "aplicadores da lei"."

*(Francisco Teixeira da Mota, «Falar Direito» - «Público», 23.05.93)

"Não fui conivente com o passado autárquico do PSD."

*(António Taveira, candidato do PSD à Câmara do Porto - «Público», 24.05.93)

"Não tenho dúvida em apoiar Macário."

*(Marcelo Rebelo de Sousa - «O Diabo», 25.05.93)

"Acho que sou sensual."

*(Macário Correia - «Nova Gente», 24.05.93)



Encontro de Quadros Intelectuais do PCP

Domingo, dia 30, a partir das 10.00 h.
no Hotel Lisboa Plaza

Às 17.15
sessão pública de encerramento
com participação do camarada
Carlos Carvalhas

AMADORA

Venteira - Visita CDU à freguesia, sábado, com concentração inicial junto à estação da CP da Amadora, às 9.00, e passagem por Pq. Delfim de Guimarães, Mercado da Junta de Freguesia, Piscina da Venteira, Escola Primária nº 1, Av. Nuno Álvares Pereira, Praça Pedro de Meneses, Bovel, Valejas.

Falagueira - Plenário de militantes da freguesia: no salão da Junta de Freguesia, sábado às 15.00.

Reboleira - Plenário de militantes da freguesia: sábado, às 21.30, no salão da Junta de Freguesia.

AVEIRO

Encontro Distrital da CDU, com a participação de eleitos, candidatos e outros activistas da CDU e ainda de Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP: na Biblioteca da Esc. Secundária Homem Cristo, sábado a partir das 14.30.

CASCAIS

Encontro CDU do Concelho de Cascais, durante o qual serão divulgados os objectivos eleitorais e apresentados os primeiros candidatos aos órgãos municipais e as equipas CDU para Mudar Cascais: domingo, a partir das 14.30, no Hotel Praia-Mar, em Carcavelos, com a participa-

ção do camarada José Casanova.

Lanche-convívio da organização da freguesia de Cascais, com a participação dos camaradas Carlos Grilo e Vítor Silva: sábado a partir das 16.00, no CT de Cascais.

LISBOA

"O agravamento da crise e reflexos no aumento da pobreza" - colóquio promovido pela DORL. Na Sala Milão do Hotel Roma, sexta-feira às 21.00, com a participação do camarada António Abreu.

Reunião de camaradas eleitos na estrutura sindical e nas CTs dos Seguros: no CT Vitó-

ria, hoje, quinta-feira, às 18.00.

Plenário do Sector da EDP: no CT Vitória, hoje às 18.30.

Carnide - Reunião de camaradas dos Sectores Profissionais residentes na freguesia: na Junta de Freguesia, hoje, às 21.00

Olivais - Lanche-convívio promovido pela organização da freguesia: hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho dos Olivais.

Assembleia da organização do Sector Norte de Empresas da Cidade de Lisboa: sexta-feira às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação da camarada Maria da Piedade Morgadinho.

Penha de França - Plenário da organização da freguesia: sexta-feira às 21.30, no CT de Arroios.

Campolide - Almoço-convívio da CDU: sábado, às 13.00, no Sport Lisboa e Campolide (Rua Victor Bastos, 31-A).

Reunião nacional de quadros bancários - sábado, a partir das 10.00, no CT Soeiro Pereira Gomes.

Almoço-convívio da célula do BESCL - sábado, em Almada.

Almoço-convívio no Centro de Trabalho da Ajuda - sábado.

Beato - inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP (na Calçada do Teixeira, 14, à Estrada de Chelas). Participação do camarada Dias Lourenço. Sábado às 15.00.

Alto do Pina - Plenário da organização da freguesia: sábado às 15.00 na sede da UPPSS.

Encontro de Quadros Intelectuais do PCP: domingo, dia 30, a partir das 10.00, no Hotel Lisboa Plaza (Trav. do Salitre, 7). Às 17.15, sessão pública de encerramento, com presença e intervenção do camarada Carlos Carvalhas.

Plenário de quadros do Sector de Transportes para discussão do trabalho eleitoral: segunda-feira às 18.30 no CT Vitória.

Reunião do Sector de Hotelaria: terça-

Agenda

Novo Centro de Trabalho do PCP no Beato

(Calç. do Teixeira, 14, à estrada de Chelas)

Inauguração
Sábado, às 15.00 h.
com a participação
do camarada
Dias Lourenço

-feira às 16.00 no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário do Sector da Função Pública: terça-feira às 18.30 no CT Vitória.

Reunião da Coordenadora de Fundos da Zona Norte: quarta-feira às 18.45 no CT Vitória.

Reunião do núcleo de Miraflores da Carris: quarta-feira às 18.30 no CT de Alcântara.

MAFRA

"Analisar e perspectivar o futuro" - debate sobre o concelho de Mafra, com a participação de Daniel Branco, Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, e de Olga Pires, candidata à Presidência da CM de Mafra: hoje, quinta-feira, às 21.30, na Casa da Cultura D. Pedro V (Rua da Praça).



Marvila - Plenário da organização da freguesia: quarta-feira às 21.00 no CT de Marvila.

LOURES

Odivelas - Debate sobre Segurança Pública: sexta-feira às 21.30, na Escola Primária da Codivel, com a participação de João Amaral, Joaquim Santinhos, Manuel Veiga e João Sancho.

Almoço-convívio da Juventude CDU de Odivelas - sábado às 13.00 no CT de Odivelas.

Póvoa de Santo Adrião - Encontro-debate sobre "Vida Local. Problemas e soluções". Participam o vereador Duarte Nuno e o presidente da JF, Lourenço Batista. Sábado às 15.30.

MONTIJO

4, 5 e 6 de Junho
no Pavilhão da
Montiagri

CONVÍVIO
ALENTEJANO

encontro com jovens ALVARO CUNHAL

actualidade do ideal comunista



célula dos STCP, sábado às 10.00 no CT da Boavista.

SEXAL

Encontro concelhio da CDU: domingo, a partir das 10.00, no Clube Recreativo da Cruz de Pau. Participa o camarada Manuel Sobral.

SINTRA

Espectáculo promovido pela CDU na Várzea de Sintra/Sociedade Recreativa, sábado às 21.30, com a participação Anabela, representante da RTP no Festival da Eurovisão, Suzy Paula, Eduardo Sant'Ana, Alex, José Eduardo. Estará presente Lino Paulo, candidato da CDU à presi-

dência da Câmara Municipal.

Encontro CDU sobre a situação do ensino no concelho de Sintra: na Escola C+S de Rio de Mouro, sábado a partir das 15.00, com a participação de Lino Paulo e António Filipe.

Plenário de militantes da freguesia de S. João das Lampas: no CT, sexta-feira às 21.30, com a participação de António Cordeiro.

Visita CDU à freguesia de Almargem do Bispo: domingo, a partir das 9.30, com a participação de João Amaral, Lino Paulo, Jaime da Mata e Felício Loureiro.

VILA FRANCA DE XIRA

Alverca - Plenário geral de militantes da freguesia: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Reunião plenária de membros do Partido que trabalham nas OGMA: sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho de Alverca.

Reunião nacional das células do Partido na CIMPOR: Sábado a partir das 11.00 no Centro de Trabalho de Alhandra.

Castanheira do Ribatejo - Visita de eleitos, activistas e apoiantes à freguesia: sábado. Concentração junto ao CT do PCP às 14.30.

MUDAR CASCAIS Encontro CDU do Concelho de Cascais

- Objectivos eleitorais
- apresentação dos cabeças de listas aos órgãos autárquicos

Domingo,
a partir das 14.30,
no Hotel Praia-Mar / Carcavelos,
com a participação do camarada
José Casanova

Colóquio
promovido pela DORL

O AGRAVAMENTO DA CRISE E REFLEXOS NO AUMENTO DA POBREZA NO DISTRITO DE LISBOA

Sexta-feira, às 21.00 h.
na Sala Milão do Hotel Roma

FESTA 1993
Sábado
1ª Jornada de Trabalho!

EXCURSÃO A CUBA

"EMBAIXADA DE PAZ E SOLIDARIEDADE"

15 a 30 de Julho de 1993

15 DIAS

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa (pela Ibéria, via Madrid), em regime de meia pensão (dormida, pequeno almoço e uma refeição) em hotéis de 3 e 4 estrelas. Esc. 225.000\$00

Esta viagem é organizada pelo CPPC de colaboração com o Movimento Cubano para a Paz e a Soberania dos Povos, que preparará para todos os interessados um importante e oportuno programa político-cultural, que prevê visitas a uma escola, a um acampamento da juventude, à Câmara Municipal de Havana e ao Departamento de Turismo e Artesanato, à Associação de Amizade com os Povos, e encontros com o movimento sindical, com o Conselho Eucuménico, com o Movimento da Paz, etc.

No plano cultural, estão previstas visitas aos centros históricos das cidades que visitar bem como a museus, restaurantes e cafés tradicionais e espectáculos.

O programa turístico prevê visitas às regiões de Havana, Cienfuegos (incluindo Trindade, património mundial) ou Santiago, e ainda, Varadero onde desfrutaremos as magníficas praias.

INSCRIÇÕES ATÉ 30 DE JUNHO

Estão previstas viagens idênticas para os meses de Agosto e Setembro

CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - 1200 LISBOA
Tel. 386 3375/6 - Fax 386 32 11

a talhe de FOICE

Coutada

Aqui há uns dias, uma fúria de mudanças abateu-se sobre o Ministério da Educação. Foi um corropio de entradas e saídas na Avenida 5 de Outubro, que culminou com a tradicional solenidade da tomada de posse e os 32 novos responsáveis da educação alinhadinhos a escutar as douradas palavras do seu não menos douto patrono. Nas suas mãos está o futuro, e a juventude, a Europa, os desafios, as responsabilidades, enfim, um sem-número de sacrifícios, que isto de governar, dirigir, gerir, congeminar, é como se sabe muito difícil e os escolhidos não devem esperar outra recompensa que a alegria do dever cumprido. Para a posteridade ficaram as fotos de família publicadas nos jornais, as gravações vídeo das transmissões televisivas, o momento inesquecível em que cada um inscreveu o seu nome nos livros de registo da rés pública. Se não foi assim deveria ter sido, que nem a justeza do acto nem a solenidade do momento justificavam outra coisa.

A altura escolhida por Couto dos Santos, tal como os critérios de selecção, não podiam ser melhores. Com efeito, que melhor oportunidade do que esta para mudar o staff, quando no ensino anda tudo numa roda-viva à procura do fio condutor da reforma que se anuncia para entrar em funcionamento no próximo ano lectivo?

As escolas, inundadas nos últimos tempos com edições de luxo explicativas dos novos objectivos, novos programas e novas grelhas curriculares, vão enfim poder dedicar-se à meditação transcendental das dúvidas suscitadas pelos mesmos, enquanto a recém-chegada equipa arruma os lápis e as canetas nas secretárias, renova os calendários e as agendas, troca o lugar dos telefones e das cadeiras, conhece os cantos à casa e folheia os dossiers deixados pelos antecessores. Que tudo isto ocorra quando a preparação do novo ano lectivo já devia estar concluída e ainda agora a procissão vá no adro, é perfeitamente irrelevante. Que as escolas não saibam o que fazer aos seus professores por desconhecerem ainda que cursos lhes serão atribuídos, não é caso para alarme. Que professores e alunos não tenham a mínima ideia do que fazer no caso de insucesso em disciplinas eliminadas pela reforma, é um pormenor de somenos. Que as escolas não tenham a mais pálida ideia de como poderão arrancar com a aplicação de programas para os quais não estão minimamente equipadas em meios técnicos, é perfeitamente displicente.

O importante mesmo é avançar.

Veja-se, por exemplo, a fleuma mais que britânica do nosso douto ministro, Couto dos Santos de seu nome, ao ser confrontado com a nomeação para director-adjunto de Educação Básica de um indivíduo que, para além de não ter vínculo à Função Pública, ainda por cima tem cadastro na polícia e anda a braços com a justiça com dois processos por abuso de confiança e burla e um outro por cheques sem cobertura. O ministro não tugi nem mugiu, salvo seja, pelo menos publicamente. Primeiro exonerou o dito personagem por "erros formais" na nomeação; o próximo passo, espera-se, é a desnomeação. Sem uma explicação, sem uma desculpa, como quem passa uma borracha e ala que se faz tarde. O que é preciso mesmo é avançar. Nem que seja para o abismo. E quem sofrer de vertigens que tenha o bom-senso de ficar de fora.

■ AF

Mortes em Évora Inquérito do Ministério iliba administração do Hospital

A divulgação das conclusões finais do inquérito levado a cabo pela Inspeção-Geral de Saúde sobre o caso das mortes por excesso de alumínio de hemodialisados no Hospital Distrital de Évora deixou sindicatos dos médicos, Associação de Insuficientes Renais e Câmara Municipa-

pal perante esta perplexidade: acusam-se médicos e técnicos do hospital, incluindo todos os seus médicos nefrologistas, mas iliba-se a administração nomeada pelo Ministério da Saúde.

O inquérito admite 11 mortes de insuficientes renais (a associação afirma serem 16) e contabiliza 72

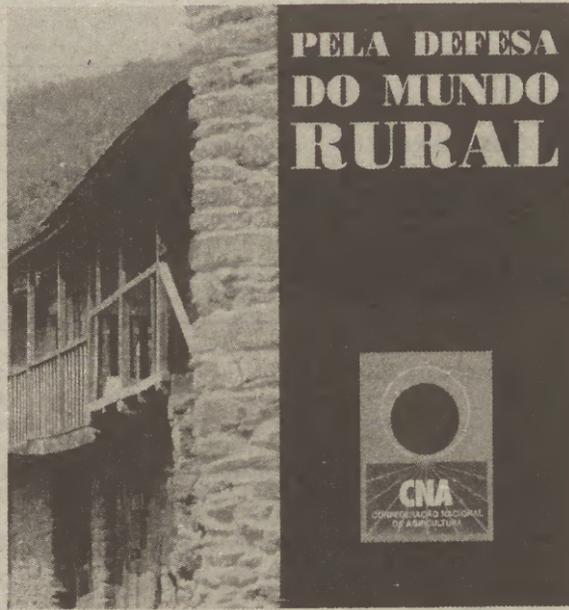
doentes com sintomas de «intoxicação crónica pelo alumínio» sem que os relatórios clínicos revelem «qualquer evidência» dessa sintomatologia.

O Ministério da Saúde decidiu instaurar dois novos processos disciplinares a dois médicos do hospital de Évora, entre os quais o actu-

al responsável pelo serviço de hemodiálise, e confirmou a instauração dos processos anteriormente levantados a cinco outros funcionários.

Decorre entretanto um inquérito da Procuradoria-Geral da República e um inquérito parlamentar cuja conclusão poderá ainda demorar algum tempo.

Conferência sobre o Mundo Rural



Uma conferência sobre o Mundo Rural vai decorrer num hotel de Lisboa no próximo domingo numa organização da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) para um debate que se centrará na defesa do mundo rural e na necessidade de inverter a situação portuguesa de desertificação do interior: na faixa litoral com 40 quilómetros vive 3/4 da população enquanto nas zonas rurais, nos últimos dez anos, nove por cento da população saiu.

Na conferência participam a Associação Nacional das Freguesias e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Acção Cató-

lica Rural e a Juventude Agrícola Rural Católica, a Federação dos Sindicatos Ferroviários Portugueses e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e ainda o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Sindicato dos Professores da Região Centro.

Na conferência vão proferir comunicações o Padre dr. António Fontes (etnógrafo), o Professor Doutor Carlos Cabral (do ISA), a investigadora e Eng.ª Agrónoma Fernanda Amaro (do INIA) e o Professor Doutor Oliveira Baptista (ISA).

A CNA convidou o Presidente da República, Mário Soares, a fazer-se representar na iniciativa.

MDM entrega Distinções de Honra

As Distinções de Honra atribuídas pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) referentes aos anos de 1992 e 1993 serão entregues no próximo domingo na Sala Ogival do Castelo de São Jorge em Lisboa.

Em relação a 1992 a Distinção de Honra do MDM contempla Inês Fontinha, presidente do «Ninho» e da Federação Europeia para o desaparecimento da prostituição (criada em Novembro de 1992) e as mulheres vidreiras da Marinha Grande, «pela sua participação activa e combativa na história de sector com prestígio internacional e na defe-

sa dos seus direitos e os dos seus companheiros de trabalho», segundo afirma um comunicado do movimento.

A primeira arquitecta portuguesa, Maria José Estanco, a atleta Albertina Dias, campeã mundial de corta-mato, Teresa Beleza, a terceira mulher a doutorar-se em Direito com a tese «Mulheres, Direito, Crime ou a perplexidade de Cassandra» receberão a distinção de Honra do MDM de 1993, um prémio criado em 1982 sendo esta a primeira vez que premeia em simultâneo mulheres que se destacaram em diversos sectores.

Na Baixa da Banheira Pioneiros promovem corrida desportiva

Com este lema, a Associação «Os Pioneiros de Portugal» vai realizar no próximo dia 30 de Maio (DOMINGO), no PARQUE ZECA AFONSO, na Freguesia da Baixa da Banheira a 4.ª Corrida Desportiva pelos Direitos da Criança.

Com início às 10 horas e 30 minutos, todas as provas terão as partidas e chegadas, no mesmo local (junto às instalações da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira).

As inscrições, poderão ser feitas por escrito, para a Sede Distrital — Edifício Arrábida, Av. 5 de Outubro, n.º 35 2900 Setúbal, na Junta de Freguesia ou no local da Corrida, 30 minutos antes da prova.

Podem participar atletas individuais ou em representação de Escolas, Clubes ou Associações.

Os Atletas devem levantar os dorsais 30 minutos antes da Prova.

Bragança CDU tem projecto próprio

Em Conferência de Imprensa, a CDU apresentou o cabeça de lista à Câmara Municipal de Bragança.

A candidatura da CDU será encabeçada pelo Dr. ANTÓNIO Alberto Vaz Pereira MORAIS, de 44 anos de idade, licenciado em Sociologia, Técnico Superior do Parque Natural de Montesinho. É actualmente membro da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP, tendo até 1990 pertencido à Direcção do Sector de Artes e Letras da DORL. O camarada é natural de Parada e reside na cidade de Bragança. No período de 1975/76 foi membro da Comissão Distrital de Bragança, com a responsabilidade da Organização Concelhia.

Entre outras actividades exercidas pelo candidato destacamos a de membro da Assembleia de Freguesia do Lumiar e activista sindical da Função Pública.

Na apresentação da candidatura o camarada António Morais apresentou uma declaração, da qual extraímos algumas passagens:

«Independentemente da apresentação, a seu tempo, de um programa eleitoral pormenorizado, adiantam-se já algumas questões que consideramos mais pertinentes.

Em primeiro lugar, a candidatura da CDU, impõe-se por razões de interesse para a resolução dos problemas locais», disse. E mais adiante:

«Com efeito as inúmeras carências com que a população do nosso concelho se debate, exige e impõe, a participação da CDU. Esta coligação tem dado provas, onde eleita, de trabalho, honestidade e competência.»

Depois de apontar alguns dos mais graves problemas do concelho, o candidato António Morais afirmou que «a gestão municipal protagonizada durante mais de 13 anos por executivos de maioria PSD e CDS, ou nos últimos 4 anos pelo PS, têm merecido a nossa discordância.»

A CDU como força política nacional «tem um projecto próprio, que os seus eleitos têm procurado concretizar quer em situações onde está em maioria quer em situações de minoria. É neste contexto que apresentamos a nossa candidatura.», concluiu.